



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Promotorias de Justiça

MP MA

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 20/07/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Ministério Público do Estado do Maranhão**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **MP-MA** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/f0865e57-b358-45dc-80a5-4682bb9ff5c7>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/8ef5fdd7-56ce-448b-b434-5b6045e4dbe6/>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

QUESTÃO 01. Constitucionalismo multiplex é aquele que apresenta

- a) a possibilidade de a Constituição ser modificada por múltiplos mecanismos, como a mutação constitucional e o processo legislativo de emendas constitucionais.**
- b) mecanismos múltiplos de mudança constitucional para fazer um Estado significativamente menos democrático do que era antes.**
- c) a construção do diálogo institucional entre o Poder Judiciário, o Ministério Público e órgãos dos diversos Poderes na busca de solução para casos complexos, evitando o efeito backlash.**
- d) o mesmo problema jurídico como relevante para várias ordens estatais, supraestatais e ordens internacionais distintas.**
- e) múltiplos mecanismos de combate ao discurso de ódio (hate speech) com a finalidade de preservar o pluralismo democrático.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema “Constitucionalismo multiplex”, expressão que, na doutrina, é frequentemente usada como sinônimo de transconstitucionalismo.

A alternativa A está incorreta. Trata de formas de alteração constitucional, como emenda e mutação, mas não define o constitucionalismo multiplex, e sim aspectos da dinâmica de mudança constitucional interna.

A alternativa B está incorreta. Confunde o conceito com uma ideia de regressão democrática, que não faz parte da definição do constitucionalismo multiplex.

A alternativa C está incorreta. Refere-se ao diálogo institucional entre poderes para evitar o efeito backlash, conceito relacionado à legitimidade de decisões judiciais complexas, mas não define o constitucionalismo multiplex.

A alternativa D está correta. Segundo o professor Marcelo Neves, esse conceito diz respeito à ideia de que um mesmo problema jurídico pode ser relevante e discutido em múltiplas ordens normativas distintas, como ordens estatais, supra estatais e internacionais, sendo um reflexo da crescente interdependência entre os sistemas jurídicos no cenário global.

A alternativa E está incorreta. Aponta para mecanismos de combate ao discurso de ódio, tema relacionado a direitos fundamentais e pluralismo, mas não se relaciona com o conceito de constitucionalismo multiplex.

QUESTÃO 02. No que tange às medidas provisórias, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Estados-membros e Municípios podem editar medidas provisórias, desde que constem do processo legislativo previsto na respectiva Constituição Estadual e, no caso dos Municípios, além da Constituição do Estado-Membro a que pertencer, também da sua Lei Orgânica Municipal.**

b) A medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional podia, até a Emenda Constitucional 32/2001, ser reeditada dentro do seu prazo de eficácia de trinta dias, mantidos os efeitos de lei desde a primeira edição.

c) A edição de medida provisória exige o pressuposto concomitante da presença de relevância e urgência, e o decreto-lei, não mais existente na ordem jurídica brasileira, exigia que houvesse urgência ou interesse público relevante.

d) A Emenda Constitucional no 32/2001, em defesa dos direitos fundamentais e atendendo aos reclamos da doutrina, consagrou a absoluta vedação à edição de medidas provisórias sobre matéria de Direito Penal e Processual Penal.

e) O Chefe do Executivo pode editar medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República, em homenagem ao princípio da eficiência na Administração Pública.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata do tema de "medidas provisórias", com foco nas limitações constitucionais impostas à sua edição, conforme o art. 62, § 1º, IV da Constituição Federal.

A alternativa A está correta. Estados e Municípios podem editar medidas provisórias, desde que haja previsão na Constituição Estadual ou Lei Orgânica Municipal, conforme a autonomia legislativa desses entes.

A alternativa B está correta. Antes da EC nº 32/2001, as medidas provisórias podiam ser reeditadas sucessivamente, mesmo sem apreciação do Congresso, mantendo os efeitos legais desde a primeira edição.

A alternativa C está correta. A Constituição exige relevância e urgência simultâneas para medidas provisórias. Já o antigo decreto-lei exigia apenas urgência ou interesse público relevante.

A alternativa D está correta. A EC nº 32/2001 proibiu medidas provisórias em matéria penal e processual penal, protegendo os direitos fundamentais e respeitando o princípio da reserva legal.

A alternativa E está incorreta. A Constituição veda expressamente, no art. 62, §1º, IV, a edição de medidas provisórias sobre matéria já disciplinada em projeto de lei aprovado e pendente de sanção ou veto presidencial. Assim, ainda que se invoque o princípio da eficiência, tal medida é inconstitucional.

QUESTÃO 03. No que se refere aos crimes de responsabilidade, é correto afirmar que

a) a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União.

b) a definição dos crimes de responsabilidade é da competência legislativa privativa da União, mas o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento estão submetidos à competência concorrente.

c) a definição dos crimes de responsabilidade é da competência legislativa privativa da União, mas o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento está submetido à competência supletiva dos Estados-membros, de observância obrigatória aos Municípios.

d) a definição dos crimes de responsabilidade é da competência legislativa privativa da União, mas o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência

legislativa supletiva dos Estados, bem como, em razão do peculiar interesse local, da competência dos Municípios.

e) a definição dos crimes de responsabilidade é da competência legislativa privativa da União, mas o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento se estendem a todos os entes em prestígio da autonomia política de que são dotados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema de competência legislativa sobre crimes de responsabilidade

A alternativa A está correta. Segundo a Súmula Vinculante nº 46 do STF, tanto a definição dos crimes de responsabilidade quanto o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa privativa da União.

As alternativas B, C, D e E estão incorretas. Todas essas alternativas incorretamente atribuem às demais esferas federativas (Estados e Municípios) competência concorrente, supletiva ou compartilhada para legislar sobre processo e julgamento dos crimes de responsabilidade, o que viola a súmula vinculante nº 46, que é clara ao atribuir essa competência exclusivamente à União.

QUESTÃO 04. Assinale a alternativa correta.

a) São inelegíveis, em todo o território nacional, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau ou por adoção, de Governador de Estado, ou de quem o haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.

b) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade do Governador de Estado-membro.

c) A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, afasta inelegibilidade do Governador de Estado-membro.

d) São inelegíveis, em todo o território nacional, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção de Governador de Estado-membro, ou de quem o haja substituído dentro dos últimos doze meses. anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

e) São inelegíveis, em todo o território nacional, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau ou por adoção de Governador de Estado-membro, ou de quem o haja substituído dentro dos últimos doze meses. anteriores ao pleito, mesmo que já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema inelegibilidade.

A alternativa A está incorreta. A inelegibilidade é até segundo grau, conforme o artigo 14, § 7º da CRFB: “§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.”

A alternativa B está correta. A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade do Governador de Estado-membro. Conforme a súmula vinculante 18:

"Súmula vinculante 18-STF: A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal."

A alternativa C está incorreta. Em desconformidade com a Súmula Vinculante 18: "Súmula vinculante 18-STF: A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do artigo 14 da Constituição Federal."

A alternativa D está incorreta. A substituição é dentre os seis meses, conforme o artigo 14, § 7º da CRFB: "§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição."

A alternativa E está incorreta. A inelegibilidade é até segundo grau e a substituição é dentre os seis meses, conforme o artigo 14, § 7º da CRFB: "§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição."

QUESTÃO 05. A Constituição do Estado do Maranhão protege a utilização dos babaçuais objetivando

a) sua preservação natural e a do meio ambiente, bem como sua utilização como fonte de renda do trabalhador rural.

b) sua preservação natural e a do meio ambiente, bem como regular e induzir investimentos da grande indústria, visando à criação de novas fábricas e à busca por maior eficiência na produção.

c) sua preservação natural e a do meio ambiente, transformando-os em unidades de conservação e impedindo quaisquer atividades nas florestas de babaçuais.

d) sua preservação natural e a do meio ambiente, incentivando as grandes empresas a buscar a inovação na produção e comercialização de produtos derivados do babaçu, a fim de atender a novas demandas e mercados.

e) sua preservação natural e a do meio ambiente, bem como a restrição de uso à atividade de exploração científica, objetivando o conhecimento das propriedades do fruto em benefício da vida e da saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da proteção Constitucional dos babaçuais no Estado do Maranhão

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 196 da Constituição do Estado do Maranhão, os babaçuais devem ser preservados tanto ambientalmente quanto como fonte de renda para o trabalhador rural. A norma também garante sua exploração em regime familiar e comunitário, especialmente em terras públicas e devolutas.

As alternativas B e D estão incorretas. Ambas as alternativas desviam o foco da proteção ambiental e do trabalhador rural ao priorizarem interesses industriais e empresariais, o que não é o objetivo da norma constitucional.

As alternativas C e E estão incorretas. Tais alternativas restringem indevidamente o uso dos babaçuais, ignorando seu papel como meio de subsistência dos trabalhadores rurais, conforme previsto no texto constitucional.

QUESTÃO 06. Quanto às imunidades formal e material, é correto afirmar que

a) os vereadores não possuem imunidade formal nem material, ao contrário dos Deputados Estaduais, Distritais, Federais e Senadores.

b) os vereadores possuem imunidades formal e material, assim como os Deputados Estaduais, Distritais, Federais e Senadores.

c) os vereadores possuem imunidade formal em todo o território nacional, mas não possuem imunidade material.

d) os vereadores possuem imunidade formal apenas na circunscrição do Município onde exercem a função, mas não possuem imunidade material.

e) os vereadores não possuem imunidade formal, mas apenas a imunidade material na circunscrição do Município onde exercem a função, havendo entendimento segundo o qual ela se estende também às redes sociais; desde que as manifestações estejam relacionadas ao exercício do mandato e dentro do contexto municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das imunidades formal e material dos vereadores.

A alternativa E está correta. Conforme o entendimento do STF no Tema 469, os vereadores não possuem imunidade formal, mas têm imunidade material restrita à circunscrição do município onde exercem mandato. Essa imunidade também pode se aplicar às manifestações em redes sociais, desde que relacionadas ao exercício do mandato e dentro do contexto municipal.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. Tais alternativas atribuem incorretamente aos vereadores imunidades que não lhes são reconhecidas ou ampliam indevidamente o alcance dessas imunidades, divergindo da jurisprudência consolidada pelo STF e do Art. 29, VIII, CF.

QUESTÃO 07. Quanto ao controle de constitucionalidade de normas municipais e estaduais em relação de compatibilidade com a Constituição Estadual, é correto afirmar que

a) os Tribunais de Justiça podem, ao realizar controle de constitucionalidade abstrato de legislações municipais e estaduais em face da Constituição Estadual, utilizar como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que sejam consideradas como de reprodução obrigatória, mesmo que não estejam presentes de forma expressa e literal no corpo da Constituição do estado-membro.

b) os Tribunais de Justiça podem, ao realizar controle de constitucionalidade abstrato de legislações municipais e estaduais em face da Constituição Estadual, utilizar como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que sejam consideradas como de reprodução obrigatória, sendo exigido, no entanto, que estejam presentes de forma expressa e literal no corpo da Constituição do estado-membro.

c) os Tribunais de Justiça não podem, ao realizar controle de constitucionalidade abstrato de legislações municipais e estaduais em face da Constituição Estadual, utilizar como parâmetro

normas da Constituição Federal, mesmo que sejam consideradas como de reprodução obrigatória, sob pena de violação do § 2º do artigo 125 da Constituição Federal.

d) os Tribunais de Justiça não podem, ao realizar controle de constitucionalidade abstrato de legislações municipais e estaduais em face da Constituição Estadual, utilizar como parâmetro normas da Constituição Federal.

e) os Tribunais de Justiça podem, ao realizar controle de constitucionalidade abstrato de legislações municipais e estaduais em face da Constituição Estadual, utilizar como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que sejam consideradas como de reprodução obrigatória e figurem como cláusula pétrea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do controle de constitucionalidade realizado pelos Tribunais de Justiça estaduais.

A alternativa A está correta. A alternativa está de acordo com o entendimento do STF na ADI 5647, segundo o qual é possível que os Tribunais de Justiça, ao exercerem o controle de constitucionalidade de leis estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, utilizem normas da Constituição Federal como parâmetro, desde que estas sejam de reprodução obrigatória, mesmo que não estejam previstas de forma literal na Constituição estadual. Essa posição prestigia a unidade da Constituição Federal, respeitando a repartição de competências federativas.

A alternativa B está incorreta. Embora reconheça a possibilidade de uso de normas da CF como parâmetro no controle de constitucionalidade estadual, exige que essas normas estejam expressamente previstas na Constituição Estadual. Contudo, o STF entende que a literalidade não é necessária, bastando que se trate de norma de reprodução obrigatória.

A alternativa C está incorreta. Afirma que os Tribunais de Justiça não podem utilizar normas da Constituição Federal como parâmetro em controle de constitucionalidade estadual, mesmo que sejam de reprodução obrigatória. Esse entendimento contraria a jurisprudência consolidada do STF, que admite tal uso quando se trata de norma de reprodução obrigatória, conforme decidido na ADI 5647.

A alternativa D está incorreta. Nega totalmente a possibilidade de uso da Constituição Federal como parâmetro no controle de constitucionalidade de normas estaduais ou municipais pelos Tribunais de Justiça. Esse entendimento não é compatível com o posicionamento do STF, que autoriza o uso de normas federais de reprodução obrigatória como parâmetro de controle estadual.

A alternativa E está incorreta. Acrescenta um requisito inexistente ao exigir que as normas federais usadas como parâmetro sejam cláusulas pétreas. A jurisprudência do STF não exige esse critério; basta que sejam de reprodução obrigatória, mesmo que não tenham status de cláusula pétrea.

QUESTÃO 08. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da ADPF 130, qual é a relação entre a liberdade de imprensa e os direitos à imagem e à honra?

a) A liberdade de imprensa é sempre limitada pelos direitos à imagem e à honra, independentemente do contexto.

b) Os direitos à imagem e à honra têm precedência sobre a liberdade de imprensa em todos os casos.

c) A liberdade de imprensa tem precedência sobre os direitos à imagem e à honra, sendo que abusos devem ser eventuais reparados posteriormente por meio de direito de resposta ou indenização.

d) A liberdade de imprensa e os direitos à imagem e à honra possuem igual peso, devendo ser analisados caso a caso sem precedência definida.

e) A liberdade de imprensa só é garantida quando não há críticas a figuras públicas ou agentes do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da ponderação entre liberdade de imprensa e os direitos à imagem e à honra, conforme decidido pelo STF na ADPF 130.

A alternativa A está incorreta. Afirma que a liberdade de imprensa é sempre limitada pelos direitos à imagem e à honra, o que inverte a lógica da ponderação adotada pelo STF. A Corte reconhece que a imprensa tem primazia, sendo um pilar da democracia, e que limitações só ocorrem em casos excepcionais de abuso.

A alternativa B está incorreta. Diz que os direitos à imagem e à honra têm precedência absoluta sobre a liberdade de imprensa, o que contraria o entendimento do STF. A Corte afirmou que não há hierarquia fixa e que a liberdade de imprensa deve prevalecer como regra, com a reparação de abusos sendo posterior.

A alternativa C está correta. O STF na ADPF 130 afirmou que a liberdade de imprensa tem precedência, sendo essencial para o Estado Democrático de Direito. No entanto, eventuais abusos devem ser resolvidos posteriormente, por meio de direito de resposta ou indenização por danos morais, respeitando os direitos fundamentais envolvidos.

A alternativa D está incorreta. Embora traga uma visão de ponderação, omite o entendimento do STF de que a liberdade de imprensa tem primazia, sendo regra, e que a análise caso a caso ocorre apenas quando houver abuso evidente.

A alternativa E está incorreta. Restringe a liberdade de imprensa apenas a situações sem críticas a figuras públicas ou agentes do Estado, o que viola diretamente o núcleo da liberdade de expressão e contraria frontalmente a decisão da ADPF 130, que destaca a importância da crítica jornalística a autoridades públicas.

QUESTÃO 9. No que concerne à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), consideradas as alterações implementadas pela Lei nº 14.230/2021, em atenção à jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) A voluntariedade do agente público satisfaz o aspecto subjetivo para a configuração do ato de improbidade administrativa.

b) Após o advento da Lei nº 14.230/2021, a configuração de ato de improbidade administrativa que contrarie os princípios da Administração Pública exige o reconhecimento da produção de danos ao erário.

c) Ante o caráter personalíssimo das penas impostas em decorrência dos atos de improbidade administrativa, o herdeiro do agente público condenado não é alcançado pelas sanções aplicadas.

d) No caso de determinada conduta ser caracterizada como ato de improbidade administrativa e também como ato lesivo à Administração Pública, para fins da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), não será cabível, para essa conduta, a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992.

e) A assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia dos atos administrativos praticados pelo administrador público é obrigada a atuar na defesa desse último, caso venha a responder por ato de improbidade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei de Improbidade Administrativa.

A alternativa A está incorreta. A voluntariedade do agente não basta para satisfazer o aspecto subjetivo, por vedação expressa contida no art. 1º, §2º, da Lei 8.429/92: *§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.*

A alternativa B está incorreta. Pelo contrário, não se exige o reconhecimento da produção de danos ao erário, conforme previsto no §4º do art. 11 da Lei 8.429/92: *§ 4º Os atos de improbidade de que trata este artigo exigem lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para serem passíveis de sancionamento e independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.*

A alternativa C está incorreta. Os herdeiros do agente público condenado são sim alcançados pelas sanções aplicadas, conforme determina o art. 8º, caput, da Lei 8.429/92: *Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.*

A alternativa D está correta. É a literalidade do Art. 3º, §2º, da Lei 8.429/92: *2º As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.* (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021)

A alternativa E está incorreta. Não há essa obrigatoriedade, conforme definiu o STF na ADI 7.042: STF, ADI 7042 - *(b) declarar a inconstitucionalidade parcial, com redução de texto, do § 20 do art. 17 da Lei 8.429/1992, incluído pela Lei 14.230/2021, no sentido de que não existe "obrigatoriedade de defesa judicial"; havendo, porém, a possibilidade dos órgãos da Advocacia Pública autorizarem a realização dessa representação judicial, por parte da assessoria jurídica que emitiu o parecer atestando a legalidade prévia.*

QUESTÃO 10. No âmbito de uma operação policial em determinada comunidade de uma cidade do Maranhão, João foi ferido por projétil de arma de fogo, durante troca de tiros entre policiais e traficantes. Foi realizada perícia da cápsula encontrada, para saber de onde havia partido o disparo. O resultado da perícia, no entanto, foi inconclusivo. Nesse contexto, João ajuizou ação de indenização contra o Estado, requerendo a reparação por danos morais e materiais.

Nesse contexto, à luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) A responsabilidade extracontratual do Estado não está configurada, uma vez que, ante o caráter inconclusivo da perícia, não há o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

b) A responsabilidade extracontratual do Estado é passível de reconhecimento na situação narrada, de modo que, com base na teoria da dupla garantia, João pode demandar o Estado, que,

se condenado, poderá demandar regressivamente os policiais envolvidos na operação, nos casos de dolo ou culpa.

c) A responsabilidade extracontratual do Estado é passível de reconhecimento na situação narrada, e, com base na teoria da dupla garantia, João deve demandar o Estado e os policiais envolvidos na operação, de maneira solidária.

d) Adota-se, quanto aos danos decorrentes de operações policiais em comunidade, a teoria do risco integral, de modo que é prescindível a demonstração do nexos causal entre a conduta da polícia e o dano a João.

e) As operações policiais em comunidades são equiparáveis a atos de multidão, razão pela qual são consideradas excludentes da responsabilidade extracontratual do Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está incorreta. Como visto no comentário da Letra B, a responsabilidade extracontratual do Estado estará sim caracterizada.

A alternativa B está correta. É o entendimento do STF para a situação concreta narrada no enunciado. A responsabilidade civil do Estado restará configurada inclusive quando a perícia for inconclusiva. *EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ADMINISTRATIVO. OPERAÇÃO POLICIAL OU MILITAR EM COMUNIDADE. VÍTIMA POR DISPARO DE ARMA DE FOGO. ORIGEM DO DISPARO INCONCLUSIVA PELA PERÍCIA. NEXO DE CAUSALIDADE. REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. TEMA 1237. JULGAMENTO DE MÉRITO. PROVIMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. 1. A responsabilidade da União está configurada mesmo diante da inconclusão da perícia quanto à origem do projétil, uma vez que os integrantes da Força de Pacificação do Exército assumiram o risco ao proceder uma operação em local habitado, desencadeando intensa troca de tiros, evidenciada a ausência de cautela inerente ao dever de diligência dos militares do Exército. Além disso, não houve comprovação da interrupção do nexos de causalidade. 3. Diante do dever-poder constitucional de investigar, dos direitos fundamentais tutelados pela legislação criminal, do direito à memória e à verdade aos familiares das vítimas, é notória a responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro. 3. Recurso extraordinário com agravo a que dá provimento, com a proposta de fixação da seguinte Tese: "Sem perícia conclusiva que afaste o nexos, há responsabilidade do Estado pelas causalidades em operações de segurança pública". (STF - ARE: 1385315 RJ, Relator.: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 11/04/2024, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 12-06-2024 PUBLIC 13-06-2024)*

A alternativa C está incorreta. Nestes casos, pela dupla garantia, apenas poderá ser ajuizada ação contra o Estado. *A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. STF. Plenário. RE 1027633/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 14/8/2019 (repercussão geral) (Info 947).*

A alternativa D está incorreta. Não se adota a teoria do risco integral, mas a teoria do risco administrativo, conforme decidiu o STF no ARE 1385315/RJ.

A alternativa E está incorreta. Não são equiparadas a atos de multidão, não configuram excludentes da responsabilidade do Estado.

QUESTÃO 11. Acerca dos aspectos atinentes a bens públicos e modalidades de intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

a) Os bens públicos não podem ser desapropriados.

b) Segundo entendimento do STF, é possível a um determinado Estado da federação realizar tombamento de bem da União.

c) A requisição administrativa é modalidade de direito real da Administração Pública que permite a intervenção relativa a bens móveis e imóveis.

d) A tredestinação de determinado bem desapropriado pelo Poder Público não é admitida pelo ordenamento jurídico.

e) A jurisprudência do STF não admite a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade de bem expropriado, após o trânsito em julgado de sentença condenatória proferida na ação desapropriatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre bens públicos.

A alternativa A está incorreta. A União poderá desapropriar bens dos Estados e dos Municípios. Decreto-Lei nº 3.365/41. Art. 2º *Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.*

A alternativa B está correta. De fato, é possível que um Estado da federação realize o tombamento de bem da União por possuir competência concorrente quanto ao tema. *STF - ACO 1208: Agravo em ação cível originária. 2. Administrativo e Constitucional. 3. Tombamento de bem público da União por Estado. Conflito Federativo. Competência desta Corte. 4. Hierarquia verticalizada, prevista na Lei de Desapropriação (Decreto-Lei 3.365/41). Inaplicabilidade no tombamento. Regramento específico. Decreto-Lei 25/1937 (arts. 2º, 5º e 11). Interpretação histórica, teleológica, sistemática e/ou literal. Possibilidade de o Estado tomar bem da União. Doutrina. 5. Lei do Estado de Mato Grosso do Sul 1.526/1994. Devido processo legal observado. 6. Competências concorrentes material (art. 23, III e IV, c/c art. 216, § 1º, da CF) e legislativa (art. 24, VII, da CF). Ausência de previsão expressa na Constituição Estadual quanto à competência legislativa. Desnecessidade. Rol exemplificativo do art. 62 da CE. Proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico regional. Interesse estadual. 7. Ilegalidade. Vício de procedimento por ser implementado apenas por ato administrativo. Rejeição. Possibilidade de lei realizar tombamento de bem. Fase provisória. Efeito meramente declaratório. Necessidade de implementação de procedimentos ulteriores pelo Poder Executivo. 8. Notificação prévia. Tombamento de ofício (art. 5º do Decreto-Lei 25/1937). Cientificação do proprietário postergada para a fase definitiva. Condição de eficácia e não de validade. Doutrina. 9. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 10. Agravo desprovido. 11. Honorários advocatícios majorados para 20% do valor atualizado da causa à época de decisão recorrida (§ 11 do art. 85 do CPC). (ACO 1208 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 24/11/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-278 DIVULG 01-12-2017 PUBLIC 04-12-2017)*

A alternativa C está incorreta. A requisição administrativa não configura um direito real da Administração Pública, uma vez que não há aquisição da propriedade, apenas há posse de forma temporária em situações de emergência e com indenização, se for o caso.

A alternativa D está incorreta. A tredestinação lícita é permitida e prevista expressamente no art. 5º, §6º, I, do Decreto-Lei 3.365/41: § 6º *Comprovada a inviabilidade ou a perda objetiva de interesse público em manter a destinação do bem prevista no decreto expropriatório, o expropriante deverá adotar uma das*

seguintes medidas, nesta ordem de preferência: I - destinar a área não utilizada para outra finalidade pública; ou.

A alternativa E está incorreta. Pelo contrário, o STF definiu que a ação civil pública pode contestar desapropriação após expirado o prazo da ação rescisória. Tema 858 da Repercussão Geral. *I - O trânsito em julgado de sentença condenatória proferida em sede de ação desapropriatória não obsta a propositura de Ação Civil Pública em defesa do patrimônio público, para discutir a dominialidade do bem expropriado, ainda que já se tenha expirado o prazo para a Ação Rescisória; II - Em sede de Ação de Desapropriação, os honorários sucumbenciais só serão devidos caso haja devido pagamento da indenização aos expropriados.*

QUESTÃO 12. A respeito do controle judicial da Administração Pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A impetração de Habeas Data é meio adequado para a obtenção, pelo próprio contribuinte, dos dados relativos ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos Estados.

() A competência do Ministério Público para a propositura de Ação Civil Pública está relacionada à tutela da coletividade, razão pela qual o STF entendeu não haver legitimidade do Parquet no manejo desse tipo de ação com vistas a anular ato administrativo de aposentadoria.

() A legitimidade para manejo da ação de improbidade administrativa com o objetivo de assegurar a proteção do patrimônio público é concorrente entre o Ministério Público e a Fazenda Pública interessada, sem prejuízo da atribuição exclusiva do Parquet para formalizar acordo de não persecução civil.

a) V - V - F.

b) F - V - F.

c) V - F - F.

d) F - V - V.

e) F - F - V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o controle judicial da Administração Pública.

Item I – correto. Foi o que decidiu o STF no RE 673707: 2. A tese fixada na presente repercussão geral é a seguinte: “O Habeas Data é garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.” (RE 673707, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 17/06/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-195 DIVULG 29-09-2015 PUBLIC 30-09-2015)

Item II – incorreto. O STF possui entendimento em sentido contrário. 8. *Recurso Extraordinário parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido, fixando-se a seguinte tese para aplicação a casos idênticos, na forma do art. 1.040, III, do Código de Processo Civil de 2015: “O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão patrimônio público”.* (RE 409356, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-187 DIVULG 28-07-2020 PUBLIC 29-07-2020)

Item II – incorreto. As Fazendas Públicas também possuem legitimidade para propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil, nos termos da ADI 7042 do STF: Os entes públicos que sofreram prejuízos em razão de atos de improbidade também estão autorizados, de forma concorrente com o Ministério Público, a propor ação e a celebrar acordos de não persecução civil em relação a esses atos. STF. Plenário. ADI 7042/DF e ADI 7043/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgados em 31/8/2022 (Info 1066).

A alternativa correta é a letra C (V – F – F).

QUESTÃO 13. No que concerne ao Terceiro Setor, assinale a alternativa correta.

a) As instituições hospitalares privadas não gratuitas, ainda que promovam, de alguma forma, a assistência social, não são passíveis de classificação como organizações da sociedade civil de interesse público.

b) Os bens das organizações sociais e das organizações da sociedade civil de interesse público não estão sujeitos à decretação de medidas de indisponibilidade.

c) A perda da qualificação das organizações da sociedade civil de interesse público deve ser requerida pelo Poder Público envolvido no ajuste firmado ou pelo Ministério Público.

d) As organizações sociais atuam em conjunto com o Poder Público, mediante Termo de Parceria, com o objetivo de estimular pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

e) É vedada a cessão de servidor público para atuar nas organizações sociais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Terceiro Setor.

A alternativa A está correta. De fato, as instituições hospitalares privadas não gratuitas não são passíveis de classificação como organizações da sociedade civil de interesse público. Lei 9790/99. *Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei: [...] VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;*

A alternativa B está incorreta. É possível sim decretar a indisponibilidade de bens das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil: Lei 9.790/99. *Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.*

A alternativa C está incorreta. A perda da qualificação das organizações da sociedade civil de interesse público pode ser requerida por qualquer cidadão. Lei 9.790/99. *Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.*

A alternativa D está incorreta. OSCIP = Termo de Parceria - Artigo 9º, Lei 9.790/99. *Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as*

entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei. OS = Contrato de Gestão - Artigo 5º, Lei 9.637/98: Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.

A alternativa E está incorreta. É permitida a cessão especial de servidor para as organizações sociais: Lei 9637/98. Art. 14. *É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.*

QUESTÃO 14. João, servidor público, foi condenado por ato de improbidade administrativa em decorrência de prejuízo ao erário derivado de conduta dolosa praticada em 2014. A ação de improbidade foi ajuizada em janeiro de 2015 e sentenciada em julho de 2019, com trânsito em julgado em janeiro de 2022. José, ocupante de cargo em comissão, foi sentenciado por ato de improbidade administrativa em agosto de 2021, por conduta de imperícia praticada em dezembro de 2020 que resultou em prejuízo ao erário, tendo recorrido dessa decisão. O julgamento do recurso foi iniciado, mas se encontra atualmente suspenso em razão de pedido de vista de um dos julgadores de determinado Tribunal. Maria, servidora pública, foi condenada por ato de improbidade administrativa, em decorrência de conduta negligente praticada em 2018, tendo ocasionado dano ao erário. A condenação definitiva ocorreu em janeiro de 2020, com o trânsito em julgado da decisão, não tendo havido, ainda, a execução da pena de ressarcimento ao erário. Acerca da improbidade administrativa, considerada a Lei nº 8.429/1992 e a aplicabilidade no tempo das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021 relativas à revogação da modalidade culposa e à previsão da prescrição intercorrente, em atenção à jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

a) Somente José e Maria serão alcançados pela Lei nº 14.230/2021, para fins de extinção da condenação imposta, uma vez que a conduta de João foi dolosa e os novos marcos interruptivos da prescrição não retroagem.

b) José e Maria serão alcançados pela Lei nº 14.230/2021, para fins de extinção da condenação imposta, assim como João, tendo em conta a retroação da prescrição intercorrente entre o ajuizamento da ação e a sentença.

c) Apenas José será alcançado pela Lei nº 14.230/2021. De modo a extinguir a condenação imposta, incluído o dever de ressarcimento ao erário, uma vez que o direito administrativo sancionador não é compatível com a retroatividade da lei mais benéfica em relação às condenações de João e de Maria já transitadas em julgado.

d) Maria e João não serão alcançados pela Lei nº 14.230/2021, diferentemente de José, mas aquela será a única cujo ressarcimento ao erário não será possível, uma vez que essa penalidade está prescrita.

e) José, Maria e João não serão alcançados pela Lei nº 14.230/2021, uma vez que os atos praticados são anteriores a essa lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta. Maria não será alcançada pela Lei n 14.230/2021, conforme Tema 1.119 da Repercussão Geral do STF.

A alternativa B está incorreta. Maria não será alcançada pela Lei n 14.230/2021, conforme Tema 1.119 da Repercussão Geral do STF.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da Letra D. A extinção da condenação não é automática, o juízo pode atestar dolo no caso concreto, mesmo com a aplicação da Nova Lei de Improbidade. (Tema 1.199 da Repercussão Geral do STF: “2) *A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;*”.

A alternativa D está correta (pela Banca): João não se beneficiará da Lei 14.230/2021, uma vez que houve dolo na sua conduta (Tema 1.199 da Repercussão Geral do STF): “3) *A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;*”. Maria não se beneficiará da Lei 14.230/2021, uma vez que a norma que revogou a modalidade culposa é irretroativa e não alcança o processo de execução das penas e seus incidentes (Tema 1.199 da Repercussão Geral do STF: “2) *A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;*”. Com relação à pena de ressarcimento ao erário, como decorre de ato culposo, não há que se falar em imprescritibilidade, aplicando-se ao caso a prescrição de 5 (cinco) anos. Portanto, como o fato ocorreu em 2018, se a execução da pena fosse ocorrer hoje (2025) estaria prescrita. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SENTIDO E ALCANCE DO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO. 5. São, portanto, imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa. 6. Parcial provimento do recurso extraordinário para (i) afastar a prescrição da sanção de ressarcimento e (ii) determinar que o tribunal recorrido, superada a preliminar de mérito pela imprescritibilidade das ações de ressarcimento por improbidade administrativa, aprecie o mérito apenas quanto à pretensão de ressarcimento. (RE 852475, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019). José poderá se beneficiar, uma vez que praticou ato culposo em dezembro de 2020 e a sentença ainda não transitou em julgado, incidindo o item 3 do Tema 1.199 da Repercussão Geral do STF: “3) *A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;*”.

A alternativa E está incorreta. A nova lei aplicar-se-á a José.

QUESTÃO 15. A respeito dos princípios da Administração Pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Segundo a jurisprudência do STF, não se admite como legítima a conduta da Administração Pública que realize exclusivamente o interesse público secundário, em detrimento do interesse público primário.

() A doutrina é uníssona quanto ao status da supremacia do interesse público sobre o privado como princípio geral de direito inerente a qualquer sociedade.

() O Princípio da Autotutela encerra um poder-dever da Administração Pública que lhe permite atuar de ofício na correção de condutas administrativas, sob a perspectiva da legalidade e do mérito.

a) F – F – V.

b) V – V – V.

c) V – F – V.

d) V – V – F.

e) F – V – V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Princípios da Administração Pública.

Item I – correto. O interesse primário precisa estar alinhado ao secundário e não em detrimento dele. *Os interesses secundários não são atendíveis senão quando coincidirem com os primários, únicos que podem ser perseguidos por quem axiomáticamente os encara e representa – Celso Antônio Bandeira de Mello – Curso de Direito Administrativo 2010, página 23 (ADPF 219, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 20-05-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)*

Item II – incorreto. Doutrina não é uníssona. Carlos Ari Sundfeld / Gustavo Bnebojn pensam em repensar o interesse público.

Item III – correto. De fato, o princípio da autotutela permite a revisão, de ofício, de condutas administrativas. Súmula 473, STF: *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

A alternativa correta é a Letra C (V – F – V).

QUESTÃO 16. Assinale a alternativa correta.

a) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Colégio de Procuradores propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros e, por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.

b) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros e, por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.

c) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Conselho Superior propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros e, por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em

caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.

d) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Conselho Superior, em conjunto com o Colégio de Procuradores, propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros e, por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.

e) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Conselho Superior, em conjunto com o Colégio de Procuradores, ouvida a Corregedoria Geral, propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros e, por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Em relação à destituição do Procurador-Geral de Justiça, o art. 11, V, determina o seguinte: “Art. 11 – O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: V – propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça pelo voto 2/3 (dois terços) de seus membros, e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;”.

É, portanto, uma competência do Colégio de Procuradores de Justiça. Assim, a alternativa A está correta. As alternativas B, C, D e E ficam incorretas, pois trazem o órgão competente de forma incorreta.

QUESTÃO 17. Segundo a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, é correto afirmar que:

a) Cabe ao Conselho Superior deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes, ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos na referida lei.

b) Cabe ao Conselho Superior deliberar, por iniciativa da Corregedoria Geral, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos na referida lei.

c) Cabe ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes, ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos na referida lei.

d) Cabe ao Colégio de Procuradores deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes, ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos na referida lei.

e) Cabe ao Colégio de Procuradores, ouvida a Corregedoria Geral, sob pena de nulidade, deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes, ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos na referida lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Acerca da ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, o artigo 11, X, traz o seguinte: “Art. 11 – O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: X – deliberar, por iniciativa da maioria de seus integrantes, ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público vitalício, nos casos previstos nesta lei;”.

É, portanto, uma competência do Colégio de Procuradores de Justiça. Assim, a alternativa D está correta. As alternativas A, B e C ficam incorretas, pois trazem o órgão competente de forma incorreta. A alternativa E fica incorreta, pois fala ser necessário ouvir a Corregedoria Geral, o que não consta no texto da Lei.

QUESTÃO 18. Assinale a alternativa INCORRETA.

a) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Colégio de Procuradores julgar recurso contra decisão de confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira.

b) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Colégio de Procuradores julgar recurso contra decisão condenatória em procedimento administrativo disciplinar.

c) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Colégio de Procuradores julgar recurso contra indeferimento de representação para instauração de inquérito civil alusivo a direitos e interesses difusos e coletivos.

d) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Colégio de Procuradores julgar recurso contra decisão proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade.

e) Nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão, cabe ao Colégio de Procuradores julgar decisão sobre a disponibilidade e remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Acerca do julgamento de recursos pelo Colégio de Procuradores, é o art. 11, IX, que traz o regramento. Vejamos: “Art. 11 – O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe: IX – julgar recurso contra decisão; a) de confirmação, ou não de membro do Ministério Público na carreira; b) condenatória em procedimento administrativo disciplinar; c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade; d) de disponibilidade e remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; e) que negar autorização a afastamento de membro do Ministério Público para os fins do disposto no artigo 100, parágrafo único, X; f) que recusar promoção por antiguidade, na forma do artigo 83 desta Lei.”

Portanto, a alternativa correta é a letra C, sendo a única competência que não consta no rol exaustivo do artigo 11, IX, da LC 13/1991.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, pois todas trazem competências que, de fato, são do Colégio de Procuradores. Constan, respectivamente e nesta ordem, das alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do inciso IX do art. 11 da LC 13/1991, transcritos acima.

QUESTÃO 19. Após regular trâmite e conclusões da Comissão Processante de processo disciplinar instaurado em razão de irregularidades e/ou faltas funcionais praticadas por membro do Ministério Público do Estado do Maranhão, qual órgão da Administração Superior decidirá pela absolvição ou condenação?

- a) A Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- c) O Colégio de Procuradores de Justiça.
- d) O Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
- e) O Conselho Superior do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Acerca do processo disciplinar instaurado em razão de irregularidades e/ou faltas funcionais, o art. 176 da LC 13/1991 determina o seguinte: “Art. 176 – O processo administrativo, com as conclusões da Comissão processante, será submetido ao Conselho Superior, que o apreciará no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do seu Regimento Interno. Parágrafo único – As diligências que se fizerem necessárias serão realizadas dentro do prazo referido neste artigo.”

E o art. 177 complementa: “Art. 177 – Decidindo o Conselho Superior pela condenação do acusado, remeterá os autos do processo administrativo para a autoridade competente para a aplicação da penalidade, que a efetivará em 5 (cinco) dias; decidindo pela absolvição, determinará o seu arquivamento.”

Portanto, a alternativa correta é a letra E: O órgão da Administração Superior que decidirá pela absolvição ou condenação é o Conselho Superior do Ministério Público.

As alternativas A, B, C e D ficam, pois, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 20. De acordo com o artigo 26 da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991 (e suas atualizações) – que dispõe sobre organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Estado do Maranhão –, além das funções previstas na Constituição Federal, na referida lei complementar e em outras leis, incumbe ao Ministério Público, EXCETO:

- a) Propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual.
- b) Promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios.
- c) Promover, privativamente, ação penal pública, na forma da lei.
- d) Executar penalidades impostas pelo Tribunal de Contas do Estado.

e) Ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por Tribunais e Conselhos de Contas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão.

A alternativa A está incorreta. Esta é, sim, uma competência do Ministério Público, conforme art. 26, I, da LC 13/1991: “Art. 26 – Além das funções previstas na Constituição Federal, nesta e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público: I – propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual;”.

A alternativa B está incorreta. Esta é, sim, uma competência do Ministério Público, conforme art. 26, II, da LC 13/1991: “Art. 26 – Além das funções previstas na Constituição Federal, nesta e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público: II – promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;”

A alternativa C está incorreta. Esta é, sim, uma competência do Ministério Público, conforme art. 26, III, da LC 13/1991: “Art. 26 – Além das funções previstas na Constituição Federal, nesta e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público: III – promover, privativamente, ação penal pública, na forma da lei;”

A alternativa D está correta. Esta é a única que não consta como competência do Ministério Público, a partir do rol do art. 26 da LC 13/1991.

A alternativa E está incorreta. Esta é, sim, uma competência do Ministério Público, conforme art. 26, IX, da LC 13/1991: “Art. 26 – Além das funções previstas na Constituição Federal, nesta e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público: IX – ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por Tribunais e Conselhos de Contas;”.

QUESTÃO 21. Conforme o artigo 28 da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991 (e suas atualizações) – que dispõe sobre a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Estado do Maranhão –, no que tange ao controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais, é permitido ao membro do Parquet, EXCETO:

- a) Ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais.**
- b) Ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial.**
- c) Representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder.**
- d) Requisitar à autoridade competente a instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial.**
- e) Impedir que o advogado de vítima de fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial tenha acesso aos autos de inquérito que apuram abuso de autoridade, para garantia da concretização da verdade real na apuração de crime supostamente reprimido com abuso de autoridade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão.

No que tange ao controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais, é o artigo 28 da LC 13/1991 que traz o regramento. Vejamos: “Art. 28 – O Ministério Público exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais, podendo: I – ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais; II – ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial; III – representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder; IV – requisitar à autoridade competente a instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial; V – promover a ação penal por ilegalidade e/ou abuso de poder; VI – exercer outras atribuições previstas em lei. Parágrafo único – A prisão de qualquer pessoa por parte de autoridade estadual, deverá ser comunicada imediatamente ao Ministério Público, com indicação do lugar onde se encontra o preso e cópia dos documentos comprobatórios da legalidade da prisão.”

Portanto, a alternativa correta é a letra E, sendo a única alternativa que não traz uma permissão ao membro do Parquet, não constando no rol do art. 28 da LC 13/1991.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, pois todas são atitudes que, de fato, são permitidas ao membro do Ministério Público. Constam, respectivamente e nesta ordem, dos incisos “I”, “II”, “III” e “IV” do art. 28 da LC 13/1991, transcritos acima.

QUESTÃO 22. Nos termos do § 3º do artigo 49 da Lei Complementar nº 014, de 17 de dezembro de 1991 (Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão), com redação conforme a Lei Complementar nº 085, de 16 de novembro de 2025, que trata do Tribunal do Júri, é correto afirmar que:

a) Serão convocadas reuniões extraordinárias sempre que, por motivo justificado, não se puder efetuar mais de duas reuniões ordinárias ou quando houver processo de réu preso há mais de noventa dias.

b) Serão convocadas reuniões extraordinárias sempre que, por motivo justificado, não se puder efetuar mais de duas reuniões ordinárias ou quando houver processo de réu preso há mais de cento e vinte dias.

c) Serão convocadas reuniões extraordinárias sempre que, por motivo justificado, não se puder efetuar a reunião ordinária ou quando houver processo de réu preso há mais de cento e oitenta dias.

d) Serão convocadas reuniões extraordinárias sempre que, por motivo justificado, não se puder efetuar a reunião ordinária ou quando houver processo de réu preso há mais de sessenta dias.

e) Para não atrapalhar a atividade jurisdicional da Comarca, mesmo havendo motivo justificado, não serão convocadas reuniões extraordinárias, salvo quando houver réu preso há mais de noventa dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

Em relação ao Tribunal do Júri, o art. 49, caput e § 3º, da LC 14/1991, assim determina: “Art. 49. Nos termos judiciais de todas as comarcas, o Tribunal do Júri reunir-se-á, ordinariamente em qualquer dia útil do mês. (...) §3º Serão convocadas reuniões extraordinárias sempre que, por motivo justificado,

não se puder efetuar a reunião ordinária ou quando houver processo de réu preso há mais de sessenta dias.”

Portanto, a alternativa correta é a letra D: Serão convocadas reuniões extraordinárias sempre que, por motivo justificado, não se puder efetuar a reunião ordinária ou quando houver processo de réu preso há mais de 60 dias. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 23. Nos termos do artigo 55 da Lei Complementar nº 014, de 17 de dezembro de 1991 (Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão), com a redação conforme a Lei Complementar nº 15 de dezembro de 1992, que trata da Justiça Militar do Estado do Maranhão, é correto afirmar que:

a) Ao Tribunal de Justiça caberá decidir a respeito da perda do posto e patente dos Oficiais e da graduação dos Praças, ficando autorizada a concessão de reforma de policial militar julgado inapto a permanecer nas fileiras da corporação.

b) Ao Tribunal de Justiça caberá decidir a respeito da absolvição ou condenação de Oficiais e Praças, competindo somente às corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar a perda do posto e patente dos Oficiais e da graduação dos Praças.

c) Ao Tribunal de Justiça caberá decidir a respeito da absolvição ou condenação de Oficiais e Praças, competindo somente à Secretaria de Estado da perda do posto e patente dos Oficiais e da graduação dos Praças.

d) Ao Tribunal de Justiça caberá decidir a respeito da perda do posto e patente dos Oficiais e da graduação dos Praças, e também a respeito da concessão de reforma de policial militar julgado inapto a permanecer nas fileiras da corporação.

e) Ao Tribunal de Justiça caberá decidir a respeito da perda do posto e da patente dos Oficiais e da graduação dos Praças, mas não a respeito da concessão de reforma de policial militar julgado inapto a permanecer nas fileiras da corporação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

Quanto à Justiça Militar do Estado do Maranhão, o art. 53 da LC 14/1991 assim dispõe: “Art. 53. Compete a Justiça Militar o processo e julgamento dos crimes militares definidos em lei, praticados por Oficiais e Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Maranhão.”

E o art. 55 complementa: “Art. 55. Ao Tribunal de Justiça caberá decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos oficiais e da graduação dos Praças.”. Observe que o referido dispositivo não confere ao Tribunal de Justiça a competência para decidir sobre a concessão de reforma de policial militar julgado inapto.

Portanto, a alternativa correta é a letra E: Ao Tribunal de Justiça caberá decidir a respeito da perda do posto e da patente dos Oficiais e da graduação dos Praças, mas não a respeito da concessão de reforma de policial militar julgado inapto a permanecer nas fileiras da corporação.

As alternativas A, B, C e D ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 24. Nos termos do artigo 30 da Lei Complementar nº 014, de 17 de dezembro de 1991 (Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão), NÃO se encontram entre as competências originárias do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão processar e julgar:

a) Os Deputados Estaduais, os Secretários de Estado, o Procurador-Geral da Justiça e da Defensoria Pública, bem como os Membros do Ministério Público nos crimes de responsabilidade.

b) Os Prefeitos, nos crimes de responsabilidade.

c) Os Juízes de Direito nos crimes de responsabilidade.

d) O Procurador-Geral do Estado.

e) O “habeas corpus”, quando forem pacientes quaisquer das pessoas referidas nas alternativas anteriores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

As alternativas A e D estão incorretas. Ambas trazem competência do Tribunal de Justiça, conforme art. 30, I, “b”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: b) os Deputados Estaduais, os Secretários de Estado, os Procuradores Gerais de Justiça, do Estado e da Defensoria Pública, bem como os Membros do Ministério Público nos crimes comuns e de responsabilidade;”.

A alternativa B está correta. Os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça em caso de crimes comuns, e não em crimes de responsabilidade. Conforme art. 30, I, “c”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: c) os Prefeitos, nos crimes comuns;”.

A alternativa C está incorreta. De fato, esta é uma competência do Tribunal de Justiça, conforme art. 30, I, “d”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: d) os Juízes de Direito nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;”.

A alternativa E está incorreta. De fato, esta é uma competência do Tribunal de Justiça, conforme art. 30, I, “e”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: e) o Habeas Corpus quando forem pacientes quaisquer das pessoas referidas nos incisos anteriores;”.

QUESTÃO 25. Nos termos do artigo 30 da Lei Complementar nº 014, de 17 de dezembro de 1991 (Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão), encontram-se entre as competências originárias do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão processar e julgar:

a) Os Prefeitos, por atos de improbidade administrativa.

b) O “habeas data” e o Mandado de Segurança contra atos do Prefeito.

c) O Mandado de Injunção, quando a elaboração da norma reguladora for atribuição de entidade ou autoridade municipal.

d) Os conflitos de jurisdição entre Magistrados de primeira instância, exceto os da Justiça Militar e os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas do Estado.

e) Os recursos das decisões da Corregedoria Geral da Justiça e da Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

A alternativa A está incorreta. Os prefeitos serão julgados pelo Tribunal de Justiça em caso de crimes comuns, e não por atos de improbidade administrativa. Conforme art. 30, I, “c”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: c) os Prefeitos, nos crimes comuns;”.

A alternativa B está incorreta. O rol de autoridades não engloba o Prefeito. Conforme art. 30, I, “f”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: f) o “Habeas Data” e o Mandado de Segurança contra atos do governador do estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado, dos procuradores-gerais da Justiça e do Estado, do defensor-geral, dos secretários de Estado, do próprio Tribunal de Justiça, do seu presidente ou de seus órgãos, dos presidentes destes, dos corregedores-gerais da Justiça e do Foro Extrajudicial e dos desembargadores;”.

A alternativa C está incorreta. Autoridades municipais não se incluem no rol. Conforme art. 30, I, “g”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: g) o Mandado de Injunção, quando a elaboração da norma reguladora for atribuição de órgão ou entidade ou autoridade estadual da administração direta e indireta ou do próprio Tribunal;”.

A alternativa D está incorreta. Incluem-se os magistrados da Justiça Militar e os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas do Estado. Conforme art. 30, I, “i”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: i) os conflitos de jurisdição entre os Magistrados de entrância, inclusive os da Justiça Militar e os conflitos de atribuição entre autoridades judiciárias e administrativas do Estado;”.

A alternativa E está correta. Conforme art. 30, I, “k”, da LC 14/1991: “Art. 30. Compete ao Tribunal de Justiça: I – processar e julgar originariamente: k) os recursos das decisões da Corregedoria Geral da Justiça e Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial;”.

QUESTÃO 26. Aurineide, residente em São Luís (MA), adquiriu, em 2015, um imóvel rural de propriedade de Charliston, mas logo descobriu que parte das terras estava invadida por terceiros. Além disso, percebeu que o contrato de compra e venda apresentava um vício que poderia ensejar sua anulação. Na mesma época, Aurineide também firmou com uma empresa local um contrato de prestação de serviços, cujas parcelas mensais deixaram de ser pagas pela contratada a partir de junho de 2018. Em 2024, Aurineide procurou uma advogada para saber quais medidas ainda poderia adotar.

Considerando o regramento da prescrição e da decadência no Código Civil, assinale a alternativa correta.

a) A pretensão de Aurineide de exigir as parcelas do contrato de prestação de serviços prescreveu em cinco anos contados do vencimento de cada obrigação não paga.

b) A pretensão de Aurineide de anular o contrato de compra e venda, por vício de erro essencial, está sujeita à decadência de dez anos, contados da data da celebração do negócio.

c) A proteção possessória do imóvel rural é imprescritível, razão pela qual Aurineide poderá reivindicar a posse da área invadida a qualquer tempo, independentemente do lapso temporal.

d) A prescrição pode ser reconhecida de ofício pelo juiz enquanto a decadência, em qualquer hipótese, exige a provocação da interessada.

e) Em se tratando de prescrição, o prazo é sempre contado a partir do momento em que o titular do direito tem ciência efetiva do dano; regra que se aplica a qualquer relação obrigacional no âmbito civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da prescrição.

A alternativa A está correta, já que o prazo de prescrição para exigir as parcelas do contrato de prestação de serviços é de 5 anos, tendo como termo inicial do transcurso do seu prazo o nascimento da pretensão (teoria da actio nata). Veja literalidade do CC/2002: "Art. 206. Prescreve: § 5º Em cinco anos: I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;"

A alternativa B está incorreta, já que a pretensão de anular o contrato de compra e venda, por vício de erro essencial, está sujeita à decadência de quatro anos, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico. Veja literalidade do CC/2002: "Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. Art. 178. É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;"

A alternativa C está incorreta. As ações possessórias, ou seja, aquelas que buscam proteger a posse, estão sujeitas a prazos de prescrição. O Código Civil, em seus artigos 1.210 a 1.222, estabelece as regras para a proteção da posse, incluindo os prazos para ajuizamento das ações possessórias.

A alternativa D está incorreta, pois a prescrição e decadência legal passaram a poder ser reconhecidas de ofício pelo magistrado. O art. 194 previa a impossibilidade de reconhecimento de ofício da prescrição. Pelo Enunciado 155 da III Jornada de Direito Civil, o art. 194 do Código Civil de 2002, ao permitir a declaração ex officio da prescrição de direitos patrimoniais em favor do absolutamente incapaz, derogara o disposto no § 5º do art. 219 do CPC. Mas, depois de alterações na lei processual, o juiz passou a poder conhecer de ofício a prescrição, nos termos do art. 332, §1º, do CPC/2015. Do contrário, quebra-se indelevelmente a lógica da caducidade. Assim, a única hipótese de impossibilidade de conhecimento ex officio de caducidade ficou com a decadência convencional. Veja literalidade do CC/2002: "Art. 193. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita. Art. 210. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei".

A alternativa E está incorreta, pois o prazo de prescrição nem sempre é contado a partir do momento em que o titular do direito tem ciência efetiva do dano. Veja que nos artigos 205 e 206 do Código Civil, são descritas diversas situações em que o prazo da prescrição inicia sua contagem em momento diferente daquele em que o titular do direito tem ciência efetiva do dano. Veja um exemplo: "Art. 206. Prescreve: § 1º Em um ano: II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo: a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;"

QUESTÃO 27. Edenilce aluga todos os anos para Rosaret, desde 2015, um chalé entre os dias 1º e 10 de setembro. Embora o contrato contenha cláusula de multa de 5% em caso de mora no pagamento, Rosaret sempre atrasou o pagamento, sem que Edenilce jamais exigisse a multa. Em 2024, Edenilce, agora endividada, decide cobrar todas as multas dos anos anteriores. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta à interpretação do negócio jurídico.

a) Edenilce poderá cobrar as multas a qualquer momento, desde que respeitado o prazo prescricional aplicável.

b) A cobrança das multas é cabível porque a situação configura vício de lesão, dado o evidente desequilíbrio econômico no contrato.

c) Em caso de dúvida quanto à exigibilidade das multas, a interpretação mais favorável deve recair sobre Edenilce, que é a parte credoras

d) Edenilce não poderá exigir as multas, pois sua conduta reiterada de não cobrança gera legítima expectativa na outra parte, sendo aplicável a vedação ao comportamento contraditório.

e) Edenilce não poderá cobrar a multa porque sua verdadeira intenção era ceder o chalé a título gratuito, tratando-se de hipótese de reserva mental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da supressio.

Trata-se de clara aplicação do princípio geral do direito *venire contra factum proprium*, a vedação ao comportamento contraditório. Segundo o professor Paulo Sousa, não pode o credor aceitar receber a prestação de determinada forma, de uma hora para outra, pretender receber “conforme contratado”, de maneira contraditória. A situação, além disso, também exemplifica, com maestria, caso de *supressio* ou *Verwirkung* (situações nas quais a pessoa não exercita seu exercício no tempo adequado, pelo que o transcurso do tempo torna seu exercício abusivo). O princípio da supressio, também conhecido como *venire contra factum proprium*, estabelece que uma parte não pode exercer um direito que antes havia renunciado, ainda que tacitamente, gerando uma expectativa em outra parte. O princípio da supressio, no Direito Civil, impede que uma parte exerça um direito que, apesar de existir, não foi exercido por um longo período, gerando na outra parte a expectativa legítima de que esse direito não seria mais cobrado. É uma aplicação da boa-fé objetiva, impedindo o comportamento contraditório. Por tanto, Edenilce não poderá exigir as multas, pois sua conduta reiterada de não cobrança gera legítima expectativa na outra parte, sendo aplicável a vedação ao comportamento contraditório.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa correta a respeito de contratos, conforme as disposições do Código Civil.

a) A exceção de contrato não cumprido aplica-se tanto aos contratos unilaterais quanto aos bilaterais.

b) As partes podem convencionar que a mora prolongada caracterizará inadimplemento absoluto, autorizando a resolução do contrato e a cobrança de perdas e danos.

c) A teoria da onerosidade excessiva incide exclusivamente sobre os contratos unilaterais, em razão da ausência de reciprocidade entre as partes.

d) Verificada a impossibilidade superveniente da prestação, sem culpa do devedor, este responderá por perdas e danos limitados à obrigação principal inadimplida.

e) Nos contratos celebrados por prazo indeterminado, não se admite a rescisão unilateral por meio de denúncia, salvo se houver cláusula expressa autorizando tal prática.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema contratos.

A alternativa A está incorreta. O art. 476 do Código Civil dispõe que nos contratos bilaterais, nenhum dos contratantes pode exigir o cumprimento da parte do outro, antes de cumprida a sua própria obrigação. É a chamada exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*). Segundo o professor Paulo Sousa: “Em se tratando de contrato bilateral, ambas as partes possuem direitos e obrigações recíprocos, numa interdependência de prestações (sinalagma). Claro que o peso, o custo, das obrigações de uma das partes pode ser maior que o da outra, mas isso não descaracteriza o sinalagma presente nas relações bilaterais. Somente aos contratos bilaterais aplica-se a exceção de contrato não cumprido. Em se tratando de contratos unilaterais, ao contrário, não há que se falar em aplicação da exceção, tendo em conta que apenas uma das partes é onerada por ele (ausência de bilateralidade)”.

A alternativa B está correta. A mora, em termos contratuais, ocorre quando uma das partes atrasa o cumprimento de suas obrigações. No entanto, a mora pode se converter em inadimplemento absoluto quando o atraso é tão significativo que a prestação se torna inútil para o credor, ou quando as partes assim convencionarem no contrato. Ao estabelecer que a mora prolongada equivale a inadimplemento absoluto, as partes estão previamente definindo as consequências do atraso excessivo. Nesse caso, a parte lesada pelo atraso pode optar pela resolução do contrato, ou seja, pelo seu fim, e ainda exigir indenização por perdas e danos. Segundo o professor Paulo Sousa: “O inadimplemento absoluto se caracteriza por criar uma impossibilidade ao credor de receber a prestação devida, convertendo-se a obrigação principal em obrigação de indenizar”. Veja o que o CC/2002 dispõe a respeito: “Art. 474. A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial. Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos”.

A alternativa C está incorreta, pois a teoria da onerosidade excessiva não incide exclusivamente sobre contratos unilaterais. Ela se aplica tanto a contratos bilaterais (com obrigações para ambas as partes) quanto a contratos unilaterais (com obrigação para apenas uma das partes). A teoria da imprevisão diz respeito à possibilidade de ocorrência de fatos novos que não podiam ser previstos pelas partes nem podem ser imputados a elas, os quais trazem reflexos para a execução do contrato. No Brasil, a aplicação da teoria está prevista, em especial, nos artigos 478 a 480 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, já que se a impossibilidade de cumprir a obrigação não foi causada por qualquer ação ou omissão do devedor, a obrigação se extingue. Nesse caso, o devedor não precisa pagar perdas e danos adicionais além do valor da obrigação em si. Veja literalidade do CC/2002: “Art. 234. Se, no caso do artigo antecedente, a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos”.

A alternativa E está incorreta. A rescisão unilateral é o ato de uma das partes rescindir o contrato por sua própria vontade, sem a necessidade de justa causa ou acordo mútuo. A lei reconhece a rescisão unilateral como um direito potestativo. O artigo 473 do Código Civil Brasileiro dispõe sobre a possibilidade de rescisão unilateral, desde que haja notificação prévia e razoável à outra parte: “Art. 473. A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte”.

QUESTÃO 29. Nadilma ajuíza demanda visando reconhecimento da incapacidade de sua irmã Jurema, que apresenta quadro severo de transtorno bipolar. Caso seja nomeada curadora de Jurema, qual será o efeito jurídico decorrente dessa nomeação?

a) O prazo prescricional da dívida que Nadilma possui em favor de Jurema, que já se encontra prestes a se consumir, poderá transcorrer normalmente, pois a curatela não afeta prazos prescricionais.

b) Nadilma poderá ser civilmente responsabilizada pelos danos que Jurema causar a terceiros, desde que os atos tenham ocorrido estando Jurema sob sua autoridade e em sua companhia.

c) Se o irmão de Nadilma, que a nomeou, tutora testamentária da filha dele, vier a falecer, Nadilma deverá exercer, cumulativamente, a curatela de Jurema e a tutela da sobrinha, não sendo possível a recusa de qualquer dos encargos.

d) A autoridade de Nadilma como curadora abrangerá os atos da vida civil de Jurema, mas não se estenderá à administração dos bens dos filhos menores desta, caso existam.

e) Ainda que desejasse compartilhar o encargo, Nadilma terá que exercer sozinha a curatela de Jurema, uma vez que a legislação brasileira não admite a figura da curatela compartilhada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da curatela.

A alternativa A está incorreta. Nos pareceu uma alternativa confusa, pois poderíamos considerá-la correta em base ao art. 198 do Código Civil, já que Jurema é relativamente incapaz, por tanto, a prescrição corre com normalidade. Porém, acreditamos que a alternativa está incorreta, pois o Código Civil determina que é incapaz para a curatela aquele que tem obrigação para/em face da pessoa curatelada. Veja que embora a lei estabeleça uma ordem de preferência para a nomeação do curador o juiz pode nomear outra pessoa, pois exige-se que o curador escolhido não tenha conflitos de interesse com o curatelado. Veja literalidade do CC/2002: "Art. 3. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos. Art. 198. Também não corre a prescrição: I - contra os incapazes de que trata o art. 3;".

A alternativa B está correta, pois Nadilma poderá ser civilmente responsabilizada pelos danos que Jurema causar a terceiros, desde que os atos tenham ocorrido estando Jurema sob sua autoridade e em sua companhia, nos termos do Código Civil: "Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia; II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;".

A alternativa C está incorreta, pois é possível recusar a nomeação como tutor ou curador. Neste caso em concreto, considerando que Naldima já exerça a curatela de Jurema, poderá recusar a tutela da sobrinha, nos termos do Código Civil: "Art. 1.736. Podem escusar-se da tutela: VI - aqueles que já exercerem tutela ou curatela;".

A alternativa D está incorreta, pois a autoridade de Nadilma como curadora abrangerá os atos da vida civil de Jurema, e se estenderá à administração dos bens dos filhos menores desta, caso existam, nos termos do Código Civil: "Art. 1.778. A autoridade do curador estende-se à pessoa e aos bens dos filhos do curatelado, observado o art. 5.",

A alternativa E está incorreta, pois o Código Civil admite a figura da curatela compartilhada: "Art. 1.775-A. Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa".

QUESTÃO 30. Joana exerce, desde 2012, a posse de um imóvel rural onde reside e cultiva alimentos com seus filhos. Antes disso, o bem era mantido sob a posse de seu pai Enoir, que o ocupou pacificamente por 20 anos, realizando benfeitorias e sem jamais ter sido contestado. Após o falecimento de Enoir, Joana deu continuidade à ocupação do imóvel com ânimo de dona. Em 2024, ao procurar uma advogada para pleitear a usucapião da área, surgiu a dúvida sobre a possibilidade de somar sua posse à de seu pai, bem como sobre a natureza da posse exercida. Com base nas disposições do Código Civil sobre a posse e seus efeitos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) O possuidor pode, para fins de contagem do tempo necessário à usucapião, somar sua posse à dos antecessores, desde que as posses sejam contínuas, pacíficas e, no caso da usucapião ordinária, acompanhadas de justo título e boa-fé.

b) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários com os mesmos caracteres que possuía o autor da herança, salvo quando se tratar de posse de má-fé.

c) O sucessor universal continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, não sendo necessária nova investidura ou ato material de apreensão da coisa.

d) Ao sucessor singular é permitido somar sua posse à de seu antecessor, desde que haja continuidade no exercício da posse, para fins de efeitos legais como a usucapião.

e) Salvo prova em contrário, presume-se que a posse conserva o mesmo caráter com que foi adquirida, seja ela justa ou injusta, de boa-fé ou de má-fé.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata do tema posse.

A alternativa A está correta, já que dispõe a literalidade do Código Civil: "Art. 1.243. O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos artigos antecedentes, acrescentar à sua posse a dos seus antecessores (art. 1.207), contanto que todas sejam contínuas, pacíficas e, nos casos do art. 1.242, com justo título e de boa-fé".

A alternativa B está incorreta, já que a posse se transmite aos herdeiros ou legatários com os mesmos caracteres que possuía o autor da herança, inclusive quando se tratar de posse de má-fé, nos termos do Código Civil: "Art. 1.206. A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres".

A alternativa C está correta, já que a lei estabelece que a posse, como um direito, é transmitida aos herdeiros com as mesmas características que possuía no patrimônio do falecido, sem a necessidade de novos atos de posse. Veja literalidade do CC/2002: "Art. 1.206. A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres. Art. 1.207. O sucessor universal continua de direito à posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais".

A alternativa D está correta, nos termos do Código Civil: "Art. 1.207. O sucessor universal continua de direito à posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais".

A alternativa E está correta, nos termos do Código Civil: "Art. 1.203. Salvo prova em contrário, entende-se manter a posse o mesmo caráter com que foi adquirida".

QUESTÃO 31. Jardson foi condenado judicialmente a prestar alimentos mensais em favor de sua filha Geicy, representada por sua mãe, Graciete. Anos depois, Geicy atinge a maioridade e inicia um curso superior, trabalhando meio período como estagiária. Jardson, sem promover ação judicial, decide interromper espontaneamente o pagamento da pensão, por entender que a maioridade extingue automaticamente a obrigação. A luz do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A obrigação alimentar extingue-se automaticamente com o atingimento da maioridade civil pelo alimentado, independentemente de decisão judicial.
- b) O alimentante poderá cessar o pagamento dos alimentos após a maioridade do filho, desde que este esteja empregado ou receba alguma forma de remuneração.
- c) A obrigação alimentar somente poderá cessar por decisão judicial ainda que o credor tenha atingido a maioridade civil.
- d) Com a maioridade civil do alimentado, os alimentos passam ser devidos automaticamente à mãe, Graciete, que poderá pleiteá-los em nome próprio
- e) A maioridade civil extingue o dever alimentar do pai apenas se houver cláusula expressa nesse sentido na sentença ou no acordo homologado judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata de pensão alimentícia.

A Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabelece que o cancelamento da pensão alimentícia de um filho que atingiu a maioridade está sujeito a decisão judicial, mediante contraditório, mesmo que nos mesmos autos. Isso significa que a maioridade civil do filho, por si só, não extingue automaticamente a obrigação alimentar. É necessário um processo judicial para que o pai ou a mãe, que paga a pensão, possa solicitar a exoneração da obrigação. Por tanto, a obrigação alimentar somente poderá cessar por decisão judicial, ainda que o credor tenha atingido a maioridade civil.

QUESTÃO 32. Anecivalda faleceu deixando dois filhos, Vandelço e Keyde, e um testamento válido no qual instituiu apenas Keyde como herdeira de um imóvel urbano. Além do bem deixado por testamento, Anecivalda possuía contas bancárias com investimentos não mencionados no testamento. Vandelço, inconformado, questiona judicialmente a validade do testamento e a possibilidade de exclusão de sua legítima. Com base exclusivamente no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O testamento de Anecivalda prevalecerá integralmente, sendo possível excluir Vandelço da sucessão, mesmo que ele seja herdeiro necessário.
- b) O testamento somente terá validade se abranger a totalidade do patrimônio da falecida, sob penal de nulidade absoluta.
- c) Sendo Vandelço herdeiro necessário, ele tem direito à legítima, correspondente a 50% do patrimônio total Anecivalda, independentemente do conteúdo do testamento.
- d) Keyde, como herdeira testamentária, poderá receber todos os bens deixados por Anecivalda, inclusive a parte correspondente à legítima, desde que tenha sido nomeada inventariante.
- e) O herdeiro necessário somente tem direito à legítima se for expressamente contemplado no testamento, ainda que exista patrimônio suficiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da sucessão legítima.

As alternativas A e D estão incorretas, pois Vandelço é herdeiro necessário e tem direito à legítima, nos termos do CC/2002: "Art. 1.846. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima".

A alternativa B está incorreta, pois a pessoa pode dispor em testamento da totalidade dos bens ou de parte deles, nos termos do CC/2002: "Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte".

A alternativa C está correta, pois Vandelço é herdeiro necessário e tem direito à herança junto ao seu irmão, repartida meio a meio, nos termos do art. 1.846 do Código Civil. Além disso, cabe destacar que mesmo que o testamento disponha uma destinação diferente aos bens da legítima, a lei dispõe que a legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento para destinação à outras pessoas além dos legítimos herdeiros. Veja a literalidade do Código Civil: "Art. 1.845. São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge. Art. 1.846. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima. Art. 1.857. § 1 A legítima dos herdeiros necessários não poderá ser incluída no testamento".

A alternativa E está incorreta, pois o herdeiro necessário tem direito à legítima, que neste caso é a metade do patrimônio do falecido, independentemente de estar ou não mencionado no testamento. Veja que a disposição dos bens por meio do testamento, não é uma obrigação, podendo ou não a pessoa capaz dispor de seus bens em testamento. Por tanto, a realização ou não de testamento, não é requisito para que os herdeiros necessários herdem a legítima. Veja literalidade do Código Civil: "Art. 1.846. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima. **Art. 1.857. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte**".

QUESTÃO 33. Maria, uma empresária bem conhecida na cidade de Barreirinhas (MA), apaixonada pela preservação dos Lençóis Maranhenses e pela promoção da educação ambiental, decidiu instituir uma fundação destinada a financiar projetos de preservação ambiental e educação para crianças ribeirinhas. No entanto, após seu falecimento, verificou-se que os bens deixados em testamento para a constituição da fundação eram insuficientes para alcançar os fins pretendidos. Diante dessa situação, considerando as disposições do Código Civil brasileiro sobre as fundações, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados a outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

b) Fundações podem ser constituídas por indivíduos, por pessoas jurídicas, como empresas, ou até mesmo pelo Poder Público.

c) Ao criar uma fundação, o instituidor poderá, desde logo, definir a forma de sua administração

d) Se o estatuto não for elaborado no prazo fixado pelo instituidor, ou, na ausência de prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

e) É inviável criar fundações por testamento, sendo obrigatória a formalização por escritura pública em vida.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**. A questão trata das fundações.

A alternativa A está correta, nos termos do CC/2002: "Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante".

A alternativa B está correta, pois as fundações podem ser constituídas por indivíduos, pessoas jurídicas como empresas, ou até mesmo pelo Poder Público.

A alternativa C está correta, nos termos do CC/2002: "Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la".

A alternativa D está correta, nos termos do CC/2002: "Art. 65. Parágrafo único. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

A alternativa E está incorreta, pois é possível criar fundações por meio de testamento, nos termos do CC/2002: "Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la".

QUESTÃO 34. Inaura, mulher transexual que, após a realização de cirurgia de transgenitalização, retificou tanto o prenome quanto o sexo no registro civil, relata que Valdison, seu vizinho de 17 anos, filho de Clivonilson, de 50 anos, tem reiteradamente proferido ofensas de cunho transfóbico em público, perante os demais moradores do bairro. Diante desse contexto e à luz do Código Civil, bem como dos princípios que regem os direitos da personalidade e a responsabilidade civil, é correto afirmar que

a) Valdison, por ser absolutamente incapaz, não responde civilmente, cabendo apenas ao seu pai, Clivonilson, reparar integralmente os danos causados a Inaura.

b) a prática de ofensas transfóbicas, além de gerar obrigação de indenizar por dano moral, configura violação aos direitos da personalidade de Inaura, que são intransmissíveis e irrenunciáveis.

c) a responsabilidade civil dos pais, no caso, é objetiva, prescindindo da análise de culpa na conduta de Valdison, bastando a demonstração do dano e do nexo de causalidade.

d) Valdison, na qualidade de relativamente incapaz não possui qualquer responsabilidade civil, ainda que parcial, pois sua condição de menor de idade transfere integralmente a obrigação ao seu pai.

e) o exercício dos direitos da personalidade, como a de proteção à identidade gênero, está condicionado à demonstração de interesse econômico efetivo, nos termos do Código Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema contratos.

A alternativa A está incorreta. Valdison tem 17 anos, portanto, não é absolutamente incapaz. Veja literalidade do CC/2002: "Art. 3. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos".

A alternativa B está correta, pois aquele que violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral comete ato ilícito, e fica obrigado a repará-lo. Ademais, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis. Veja literalidade do CC/2002; "Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária. Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

A alternativa C está incorreta. A responsabilidade civil dos pais, nesse caso, é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa dos pais. Porém, a responsabilidade do filho é subjetiva, ou seja, a responsabilidade do filho dependerá de se houve culpa, conforme o artigo 932, I, do Código Civil: "Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;".

A alternativa D está incorreta, pois o relativamente incapaz possui responsabilidade civil, mas de forma mitigada e subsidiária. Isso significa que, embora ele possa ser responsabilizado pelos danos que causar, essa responsabilidade é atenuada e, em geral, os responsáveis legais também são responsabilizados. Veja o que dispõe o CC/2002 a respeito: "Art. 928. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes".

A alternativa E está incorreta, pois o exercício dos direitos da personalidade, como por exemplo a proteção da identidade de gênero, são considerados direitos fundamentais e não estão condicionados à demonstração de interesse econômico. Conforme dispõe o professor Paulo Sousa: "Eles são distintos dos direitos patrimoniais, que envolvem questões financeiras e econômicas. São direitos extrapatrimoniais, pois não compõem o patrimônio da pessoa".

QUESTÃO 35. Diante da multiplicidade de ações individuais discutindo a mesma tese jurídica relacionada à responsabilidade civil do Estado por falhas em concursos públicos, o Tribunal de Justiça local decidiu instaurar o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). Em outro caso, o mesmo tribunal instaurou Incidente de Assunção de Competência (IAC) para fixar entendimento sobre a aplicação retroativa de novo critério de prescrição em ações de improbidade administrativa, ainda sem repetição expressiva de processos. Sobre esses institutos do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O IRDR exige prova de risco à isonomia e à segurança jurídica, mas não depende de multiplicidade de processos com idêntica questão de direito.
- b) O Incidente de Assunção de Competência exige controvérsia atual e repetitiva, sendo cabível apenas quando houver relevante multiplicidade de causas.
- c) As decisões proferidas em IRDR e IAC possuem eficácia vinculante apenas entre as partes do processo originário em que foram suscitados os incidentes.
- d) O IRDR pode ser instaurado de ofício ou por provocação de partes, MP ou Defensoria Pública, desde que haja simultaneamente repetição de processos e risco à segurança jurídica.
- e) O IAC pode ser instaurado mesmo sem multiplicidade de processos, desde que a questão jurídica seja relevante e haja divergência entre câmaras do tribunal.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

A alternativa A está incorreta. O IRDR depende da multiplicidade de demandas, conforme dispõe o CPC no art. 976: “É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente: I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito; II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.”;

A alternativa B está incorreta. O Incidente de Assunção de Competência é cabível quando não há multiplicidade de causas, conforme previsto no Art. 947 do CPC: “É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.”;

A alternativa C está incorreta. A decisão proferida no IAC vincula todos os órgãos fracionários, conforme Art. 947 3º: “O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese.”. No IRDR também há a formação de precedente a ser observado, conforme dispõe o Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região; II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986.”;

A alternativa D está correta. Corresponde ao previsto no Art. 977 do CPC: “O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal: I - pelo juiz ou relator, por ofício; II - pelas partes, por petição; III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição. Parágrafo único. O ofício ou a petição será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente.”;

A alternativa E está incorreta. O IAC somente é cabível quando não há repetição de processos, portanto a assertiva se torna errada ao utilizar o termo “mesmo sem”, pois faz crer que seria cabível caso houvesse a repetição.

QUESTÃO 36. Em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, foi requerida, na petição inicial, a interdição imediata de acolhimento de adolescentes por força de uma instituição de maus-tratos e superlotação. A magistrada, sem a prévia oitiva da parte requerida, determinou a suspensão do funcionamento da instituição por 48 horas com base em documentos anexados e na gravidade dos fatos narrados. Na decisão, a juíza não indicou expressamente os fundamentos jurídicos da urgência, limitando-se a afirmar que “as alegações do autor são verossímeis e recomendam cautela diante do interesse público envolvido”. Considerando as normas do Código de Processo Civil (CPC) e os princípios aplicáveis, assinale a alternativa correta.

a) A concessão da tutela é válida porque o CPC autoriza a tutela de urgência sem oitiva do réu, sendo prescindível a fundamentação se houver interesse público relevante.

b) Ainda que presentes os requisitos da tutela de urgência, a falta de fundamentação concreta sobre o perigo de dano compromete a validade da decisão e pode ensejar sua revogação ou reforma.

c) A tutela de urgência só pode ser concedida “inaudita altera parte” quando houver previsão legal específica, o que não ocorre em ações civis públicas.

d) O contraditório diferido é vedado no processo coletivo por afrontar a isonomia e a ampla defesa das entidades demandadas.

e) A juíza agiu corretamente porque, ante a gravidade dos fatos, presume-se o risco e a verossimilhança do direito alegado, dispensando maiores formalidades.

Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata do tema tutela provisória.

A alternativa A está incorreta. No processo civil todas as decisões necessitam ser fundamentadas, ainda que haja interesse público relevante;

A alternativa B está correta. Conforme estabelece o Art. 93, IX, da Constituição Federal e o Art. 11 do CPC, todas as decisões necessitam ser fundamentadas, sob pena de nulidade. O art. 489 do CPC elenca as hipóteses nas quais a decisão não será considerada fundamentada: “§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.”;

A alternativa C está incorreta. Conforme prevê a Lei da ACP no Art. 12: “Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo”;

A alternativa D está incorreta. Conforme já demonstrado é cabível o contraditório diferido no processo coletivo;

A alternativa E está incorreta. A obrigação de fundamentação decorre dos princípios constitucionais do processo civil, conforme já demonstrado, não se confunde, portanto com uma mera formalidade que possa ser dispensada.

QUESTÃO 37. Durante o trâmite de uma ação declaratória, o advogado de uma das partes deixou de apresentar réplica no prazo legal. O juiz proferiu despacho considerando precluso o direito de manifestação e, posteriormente, julgou o mérito da causa. Após a publicação da sentença, a parte pretende alegar nulidade por ausência de intimação pessoal, alegando que não teve ciência da última decisão interlocutória sobre a inversão do ônus da prova proferida antes da sentença. Considerando os regramentos sobre atos processuais, preclusão e coisa julgada constantes no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de réplica impede a prática de qualquer ato posterior pela parte, inclusive a interposição de recurso.

b) A preclusão é absoluta e impede que a parte alegue nulidade posterior mesmo diante de vício de intimação.

c) A intimação por diário oficial supre a necessidade de intimação pessoal nos atos ordinatórios e decisões interlocutórias.

d) A falta de intimação pessoal em decisão que inverte o ônus da prova, se não impugnada antes da sentença, acarreta preclusão e impede qualquer alegação futura.

e) A ausência de intimação pessoal sobre decisão relevante pode ser considerada vício apto a anular a sentença, se demonstrados prejuízo e violação ao contraditório.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema nulidades processuais.

A alternativa A está incorreta. A preclusão da réplica não importa em impossibilidade de praticar os demais atos processuais;

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do disposto na proposição, as nulidades absolutas podem ser arguidas a qualquer tempo, desde que a parte o faça na primeira oportunidade, pois inadmissível a nulidade de algibeira. Dispõe o CPC: “Art. 278. A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.”;

A alternativa C está correta. No caso em tela a intimação seguirá a regra geral e será feita por diário oficial, haja vista não se tratar de promotor de justiça ou defensor público, que possuem a prerrogativa legal de intimação pessoal, conforme dispõe o CPC no Art. 180: “O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.”;

A alternativa D está incorreta. Conforme já explicado não há que se falar em impossibilidade de alegação futura, não sendo esta consequência prevista na legislação;

A alternativa E está incorreta. A intimação será por diário oficial, conforme prevê o Art. 272: “Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.”.

QUESTÃO 38. Em demanda proposta por Crislaura, em trâmite na 4ª Vara Cível da Capital, a magistrada encerrou a instrução e, sem intimar as partes para a apresentação de memoriais, proferiu sentença de improcedência com base em fundamento jurídico que não havia sido debatido no processo. A respeito da situação descrita e dos princípios aplicáveis, é correto afirmar que

a) a decisão é válida, pois a ausência de intimação para alegações finais não acarreta nulidade, desde que o juiz esteja convencido da suficiência do que foi produzido.

b) o juiz, ante o encerramento da instrução, pode sentenciar imediatamente, independentemente de novas manifestações das partes, conforme seu poder de direção do processo.

c) a ausência de intimação para apresentação de memoriais e a decisão com base em fundamento inédito violam o contraditório substancial e o princípio da não surpresa.

d) a nulidade apenas seria reconhecida se demonstrado prejuízo concreto à parte que deixou de se manifestar.

e) a sentença é nula apenas se ausente fundamentação ou desrespeito a precedente obrigatório, não sendo exigido contraditório prévio sobre todos os fundamentos.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema princípio do contraditório.

A alternativa A está incorreta. Há explícita violação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, o que acarreta nulidade processual;

A alternativa B está incorreta. Deve-se observar o princípio do devido processo legal, sem a supressão de fases essenciais à formação do contraditório e o exercício da ampla defesa;

A alternativa C está correta. De fato, o princípio da não surpresa deve orientar as atividades decisórias do magistrado, conforme prevê o Art. 10 do CPC: "O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.";

A alternativa D está incorreta. Conforme prevê o CPC no Art. 276: "Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que lhe deu causa." Em que pese o entendimento das Cortes Superiores sobre a necessidade de demonstração do efetivo prejuízo para que seja aceita a arguição de nulidade, no caso concreto há uma clara ofensa aos princípios constitucionais processuais, o que acarreta na presunção do prejuízo pela ausência de defesa;

A alternativa E está incorreta. Conforme já exposto, o CPC consagra o princípio da vedação à decisão surpresa. O Art. 10 impõe que seja possibilitado o contraditório prévio sobre qualquer fundamento que possa servir de base à decisão. O art. 489 do CPC elenca as hipóteses nas quais a decisão não será considerada fundamentada: "§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso; III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.".

QUESTÃO 39. Fenelon foi intimado para pagar o valor de R\$100.000 em fase de cumprimento de sentença. No 15º dia do prazo, ele apresentou impugnação sem efetuar o depósito do valor executado, alegando nulidade da citação no processo de conhecimento e excesso de execução. O juiz rejeitou a impugnação por intempestividade e inadmissibilidade, dada a ausência do necessário depósito integral da quantia. Inconformado, Fenelon interpôs agravo de instrumento. Considerando as normas do Código de Processo Civil (CPC) sobre o cumprimento de sentença e os recursos cabíveis, assinale a alternativa correta.

- a) A impugnação foi intempestiva, pois o prazo para oferecê-la é de 10 dias contados da intimação.
- b) Sem o depósito da quantia executada, a impugnação não pode ser conhecida, salvo se limitada à alegação de inexigibilidade do título.
- c) A decisão que rejeita a impugnação e não reconhece nulidade de citação não comporta agravo de instrumento, sendo cabível apenas apelação após a penhora.
- d) A ausência de depósito do valor não impede a impugnação, mas afeta o efeito suspensivo; a rejeição por inadmissibilidade viola o CPC.
- e) A impugnação é incompatível com a interposição simultânea de agravo, sendo obrigatória a opção por um dos meios.

Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. O prazo não é de 10 dias e sim de 15 dias, conforme prevê o Art. 523 do CPC: “No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.”;

A alternativa B está incorreta. Contraria o previsto no art.525 § 6º do CPC que prevê: “ A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.”;

A alternativa C está incorreta. De acordo com o previsto no art. 1.015, parágrafo único do CPC, cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas na fase de cumprimento de sentença;

A alternativa D está correta. Conforme já disposto, a falta de depósito impede apenas que a impugnação receba efeito suspensivo;

A alternativa E está incorreta. A alternativa confunde o meio de defesa impugnação com o recurso cabível da decisão. São possíveis as duas manifestações, cada qual em seu momento processual distinto.

QUESTÃO 40. À luz do Código de Processo Civil e dos princípios que regem os meios consensuais de solução de conflitos, assinale a alternativa correta.

a) O juiz poderá designar audiência de mediação ou conciliação como etapa prévia obrigatória à contestação, salvo nos casos em que os direitos discutidos forem patrimoniais disponíveis.

b) A confidencialidade do procedimento é princípio aplicável exclusivamente à mediação, por envolver construção conjunta de soluções, e não se estende à conciliação, cuja proposta parte do conciliador.

c) As partes têm o direito de recusar, de forma expressa, a designação da audiência de mediação ou conciliação, sendo vedado ao juiz determiná-la de ofício nesses casos.

d) A escolha do mediador ou conciliador deverá recair necessariamente sobre profissional de confiança das partes, sendo vedada a nomeação de ofício pelo juiz.

e) A ausência injustificada de qualquer das partes à audiência de mediação ou conciliação designada enseja sua condução coercitiva, nos termos do Código de Processo Civil.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema meios consensuais de conflito.

A alternativa A está incorreta. O Código de Processo Civil prevê a audiência de conciliação ou de mediação como etapa prévia e obrigatória no Art. 334: “Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.”. As possibilidades de não realização estão listadas no § 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição

consensual; II - quando não se admitir a autocomposição.”. Assim, como o direito patrimonial disponível admite a autocomposição, está errada a proposição;

A alternativa B está incorreta. Deve-se observar que tanto a mediação quanto a conciliação são alcançadas pelo princípio da confidencialidade, conforme dispõe o CPC: “Art. 166. A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. § 1º A confidencialidade estende-se a todas as informações produzidas no curso do procedimento, cujo teor não poderá ser utilizado para fim diverso daquele previsto por expressa deliberação das partes.”;

A alternativa C está correta. Conforme dispõe o art. 334, § 4º, I, do CPC: “§ 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.”;

A alternativa D está incorreta. De acordo com o CPC, no Art. 167: “ Os conciliadores, os mediadores e as câmaras privadas de conciliação e mediação serão inscritos em cadastro nacional e em cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, que manterá registro de profissionais habilitados, com indicação de sua área profissional. § 1º Preenchendo o requisito da capacitação mínima, por meio de curso realizado por entidade credenciada, conforme parâmetro curricular definido pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça, o conciliador ou o mediador, com o respectivo certificado, poderá requerer sua inscrição no cadastro nacional e no cadastro de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal.”;

A alternativa E está incorreta. Prevê o CPC no art. 334 § 8º que: “ O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.”

QUESTÃO 41. Jocélia (2 anos), representada por Joana (mãe solo hipossuficiente), promove demanda de alimentos requerendo gratuidade processual e tramitação prioritária do feito. Sem intimação da autora para complementar documentos ou prestar esclarecimentos, houve indeferimento liminar do pedido sob o fundamento de "falta de provas da hipossuficiência", tendo então sido extinto o processo sem resolução de mérito. À luz do acesso à justiça e do devido processo legal, assinale a alternativa correta segundo o Código de Processo Civil (CPC).

a) O indeferimento da petição inicial está correto, pois a alegação de hipossuficiência exige prova documental prévia, não podendo o juiz presumir a condição econômica da parte com base apenas na declaração.

b) A concessão da gratuidade da justiça depende, necessariamente, da apresentação de comprovantes de renda, independentemente de contraditório.

c) a inicial ao indeferir liminarmente oportunizar à autora a chance de sanar eventuais vícios ou complementar documentos, houve violação aos princípios do contraditório, da cooperação e do devido processo legal.

d) A tramitação prioritária não poderia ser concedida no caso concreto, pois a prioridade legal só se aplica a idosos e pessoas com deficiência.

e) O juiz agiu corretamente porque a análise da petição inicial é ato discricionário e pode ser feita com base em juízo de conveniência.

Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema gratuidade de justiça.

A alternativa A está incorreta. O CPC, em seu art. 99, § 3º, prevê que "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural";

A alternativa B está incorreta. A presunção de veracidade é uma regra que deve ser observada, conforme previsto no CPC;

A alternativa C está correta. Conforme prevê o CPC no art. 321 : "O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.";

A alternativa D está incorreta. Há a prioridade, que no caso decorre do melhor interesse e da prioridade da criança e do adolescente, conforme princípios assegurados pelo ECA;

A alternativa E está incorreta. O processo civil constitucional, regido pelo princípio da instrumentalidade das formas, não acolhe tal comportamento do magistrado.

QUESTÃO 42. Após julgamento unânime de apelação cível em tribunal estadual, a parte vencida interpôs recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) alegando violação literal a dispositivo do Código Civil. O recurso foi inadmitido pelo tribunal de origem com fundamento demonstração da relevância da questão federal discutida. Inconformada, a parte agravou da decisão e sustentou que a matéria possuía jurisprudência conflitante entre turmas do STJ. Considerando as normas constitucionais infraconstitucionais aplicáveis ao recursal, assinale a alternativa correta.

a) A admissibilidade do recurso especial independe de demonstração de relevância da matéria, sendo exigido apenas o prequestionamento do dispositivo legal violado.

b) O filtro de relevância da questão federal no recurso especial é requisito aplicável apenas nos recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida.

c) O agravo contra a decisão que inadmite o recurso especial é cabível e deverá ser dirigido diretamente ao STJ, nos termos do art. 1.042 do CPC.

d) A divergência jurisprudencial não é fundamento autônomo para admissão do recurso especial, salvo se reconhecida previamente pelo relator no tribunal local.

e) A jurisprudência do STJ admite recurso extraordinário como meio de uniformizar entendimentos infraconstitucionais em caso de multiplicidade de recursos.

Comentários

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata do tema admissibilidade dos recursos.

A alternativa A está correta. Dispõe o art 105 § 2º da Constituição que: "No recurso especial, o recorrente deve demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que a admissão do recurso seja examinada pelo Tribunal, o qual somente pode dele não conhecer com base nesse motivo pela manifestação de 2/3 (dois terços) dos membros do órgão competente para o julgamento." ;

A alternativa B está incorreta. Conforme demonstrado aplica-se ao Recurso Especial;

A alternativa C está incorreta. Prevê o art. 1.042 do CPC que : “Caberá agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial”;

A alternativa D está incorreta. A divergência não depende de reconhecimento prévio, conforme disposto na assertiva;

A alternativa E está incorreta. O Recurso Extraordinário é de competência do STF, conforme art. 102 III da Constituição compete ao STF: “julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição. d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.”.

QUESTÃO 43. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) impõe rigorosos limites para a despesa total com pessoal dos entes federados e estabelece medidas corretivas. Se um Município ultrapassar o limite prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesa de pessoal (correspondente a 95% do limite máximo de 54%), mas ainda permanecer abaixo do limite máximo, é correto afirmar, conforme a referida Lei, que

a) serão vedados o aumento de despesa com pessoal a qualquer título, a concessão de vantagem, o aumento ou o reajuste de remuneração, exceto os derivados de sentença judicial ou de determinação legal.

b) fica o Município imediatamente impedido de contrair operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, porém pode receber transferências voluntárias da União.

c) o gestor responsável deverá, nos dois quadrimestres seguintes ao excesso, eliminar o percentual excedente, sob pena de anulação de contratos e demissão de servidores públicos estáveis.

d) o Poder Executivo municipal será obrigado a reduzir em pelo menos 20% os gastos com cargos em comissão e funções de confiança no prazo de noventa dias.

e) o Tribunal de Contas respectivo emitirá parecer prévio pela rejeição das contas do Município, independentemente de outras medidas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A alternativa A está correta. Se um Município ultrapassar o limite prudencial de 51,3% da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesa de pessoal (correspondente a 95% do limite máximo de 54%), mas ainda permanecer abaixo do limite máximo serão vedados o aumento de despesa com pessoal a qualquer título, a concessão de vantagem, o aumento ou o reajuste de remuneração, exceto os derivados de sentença judicial ou de determinação legal. Conforme o artigo 22, parágrafo único, inciso I da LRF: “Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre. Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso: I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;”

A alternativa B está incorreta. As proibições de receber transferências voluntárias da União ou do Estado e de contratar operações de crédito (ressalvadas as de refinanciamento da dívida mobiliária ou

as que visam à redução de despesas com pessoal) aplicam-se somente se a despesa total com pessoal ultrapassar (exceder) o limite máximo e o ente não conseguir eliminar o percentual excedente no prazo estabelecido (dois quadrimestres, sendo pelo menos um terço no primeiro). Conforme o artigo 23 caput e § 3º e 4º da LRF “Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20”

A alternativa C está incorreta. A obrigação de eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes (sendo um terço no primeiro) se aplica apenas se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites definidos (o limite máximo de 54% para o Executivo municipal, por exemplo), e não apenas se atingir o limite prudencial (95% do limite máximo). Conforme o artigo 23 caput e § 3º e 4º da LRF: “Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20”

A alternativa D está incorreta. A redução de gastos com cargos em comissão e funções de confiança é uma das providências a serem tomadas quando a despesa com pessoal ultrapassa o limite máximo, conforme o caput do artigo

23 da LRF: “Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.”

A alternativa E está incorreta. O Tribunal de Contas tem a competência de fiscalizar o cumprimento das normas da LRF. Nos termos do Art. 59, § 1º, II, ele prevê que os Tribunais de Contas devem alertar os

Poderes ou órgãos quando a despesa total com pessoal ultrapassar 90% do limite: “Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: § 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem.”

QUESTÃO 44. O princípio constitucional da não vinculação da receita de impostos (art. 167, IV, da CF/1988) é uma importante diretriz para a gestão orçamentária, visando conferir maior flexibilidade aos gestores públicos na alocação de recursos. No entanto, a própria Constituição Federal e a legislação específica preveem exceções a essa regra. É correto afirmar que a vinculação de receita de impostos é expressamente permitida na

a) vinculação da receita de impostos para a criação de um fundo de modernização administrativa do Poder Judiciário.

b) destinação de parcela da arrecadação de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino.

c) reserva de fração da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para custeio de programas sociais de combate à pobreza.

d) vinculação da receita do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) para o pagamento de dívida pública interna e externa contraída pela União.

e) destinação de percentual fixo da arrecadação total de impostos para o pagamento de precatórios judiciais não alimentares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do princípio da não vinculação da receita de impostos.

A alternativa A está incorreta. Não é permitida a vinculação da receita de impostos para a criação de um fundo de modernização administrativa do Poder Judiciário.

A alternativa B está correta. A vinculação de receita de impostos é expressamente permitida na destinação de parcela da arrecadação de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino. Nos termos do artigo 167, inciso IV e 212 da CRFB:

“Art. 167. São vedados: IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;”

“Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.

A alternativa C está incorreta. Não é permitida a reserva de fração da receita do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para custeio de programas sociais de combate à pobreza.

A alternativa D está incorreta. Não é permitida a vinculação da receita do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) para o pagamento de dívida pública interna e externa contraída pela União.

A alternativa E está incorreta. Não é permitida a destinação de percentual fixo da arrecadação total de impostos para o pagamento de precatórios judiciais não alimentares.

QUESTÃO 45. De acordo com o Princípio da Exclusividade Orçamentária (Art. 165, §8º, da CF/1988), na Lei Orçamentária Anual (LOA), não pode conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa. Contudo há ressalvas constitucionais a essa regra. Qual das hipóteses a seguir apresenta uma EXCEÇÃO válida ao Princípio da Exclusividade e pode ser incluída na LOA?

a) A autorização para a abertura de créditos especiais, desde que vinculados a projetos específicos.

b) Dispositivos que alterem a estrutura administrativa de órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

c) Normas gerais de direito tributário, necessárias à regulamentação da receita pública prevista.

d) Autorização para abertura de créditos suplementares.

e) Criação de encargos para órgãos ou entidades da administração indireta não previstos no orçamento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do Princípio da Exclusividade Orçamentária.

A alternativa A está incorreta. A autorização para a abertura de créditos especiais, desde que vinculados a projetos específicos não é uma exceção válida ao Princípio da Exclusividade e pode ser incluída na LOA, conforme o artigo 165, § 8º da CRFB: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

A alternativa B está incorreta. Dispositivos que alterem a estrutura administrativa de órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo não são uma exceção válida ao Princípio da Exclusividade e podem ser incluídos na LOA, conforme o artigo 165, § 8º da CRFB: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

A alternativa C está incorreta. Normas gerais de direito tributário, necessárias à regulamentação da receita pública prevista não são uma exceção válida ao Princípio da Exclusividade e podem ser incluídas na LOA, conforme o artigo 165, § 8º da CRFB: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

A alternativa D está correta. A Autorização para abertura de créditos suplementares é uma exceção válida ao Princípio da Exclusividade e pode ser incluída na LOA, conforme o artigo 165, § 8º da CRFB: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

A alternativa E está incorreta. A criação de encargos para órgãos ou entidades da administração indireta não previstos no orçamento não é uma exceção válida ao Princípio da Exclusividade e pode ser incluída na LOA, conforme o artigo 165, § 8º da CRFB: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.”

QUESTÃO 46. Com a promulgação de sucessivas Emendas Constitucionais que alteraram o regime de precatórios, a disciplina de pagamento de débitos da Fazenda Pública decorrentes de decisão judicial transitada em julgado se tornou um dos pontos mais complexos do direito financeiro. Sobre o tema dos precatórios, é correto afirmar que

a) a Emenda Constitucional nº 113/2021 estabeleceu um limite temporal para o pagamento de precatórios, permitindo o escalonamento até o final do exercício de 2026, excluindo os precatórios de natureza alimentar desse teto geral.

b) o regime especial de pagamento de precatórios, previsto no artigo 100 da Constituição Federal, não se aplica a todos os débitos da Fazenda Pública.

c) precatórios de natureza alimentar não se sujeitam a qualquer tipo de limite de pagamento ou parcelamento em razão do teto anual, devendo ser pagos integralmente nas ordens cronológicas com prioridade.

d) a preferência no pagamento de precatórios é concedida aos débitos de natureza alimentar e, dentro destes, há uma subpreferência para idosos, portadores de doenças graves e pessoas com deficiência, limitada a um valor equivalente ao triplo do estabelecido para as Requisições de Pequeno Valor (RPVs).

e) a vedação de cessão de créditos de precatórios a terceiros é absoluta, garantindo a natureza personalíssima do direito e evitando especulações financeiras no mercado secundário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema precatórios.

A alternativa A está incorreta. A parcela que excede o limite da subpreferência não é excluída do regime geral e, portanto, pode ser sujeita a parcelamento se for um valor muito alto. Conforme o artigo 100, § 2º da CRFB: “§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.”

A alternativa B está incorreta. O regime do art. 100 da CRFB *disciplina* todas as dívidas decorrentes de sentença judicial, seja por precatório, seja por RPV. Conforme caput do artigo 100 da CRFB: “Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.”

A alternativa C está incorreta. Há sim um limite para esses precatórios, conforme o artigo 100, § 20 da CRFB: “§ 20. Caso haja precatório com valor superior a 15% (quinze por cento) do montante dos precatórios apresentados nos termos do § 5º deste artigo, 15% (quinze por cento) do valor deste precatório serão pagos até o final do exercício seguinte e o restante em parcelas iguais nos cinco exercícios subsequentes, acrescidas de juros de mora e correção monetária, ou mediante acordos diretos, perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Precatórios, com redução máxima de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito atualizado, desde que em relação ao crédito não penda recurso ou defesa judicial e que sejam observados os requisitos definidos na regulamentação editada pelo ente federado.”

A alternativa D está correta. A preferência no pagamento de precatórios é concedida aos débitos de natureza alimentar e, dentro destes, há uma subpreferência para idosos, portadores de doenças graves e pessoas com deficiência, limitada a um valor equivalente ao triplo do estabelecido para as Requisições de Pequeno Valor (RPVs). Conforme o artigo 100, § 2º da CRFB: “Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor

equivalente ao triplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.”

A alternativa E está incorreta. É possível a cessão de créditos de precatórios a terceiros, conforme o artigo 100 § 13 da CRFB: “§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.”

QUESTÃO 47. Em determinado estado do Brasil, uma lei foi publicada em 15 de setembro de 2023, majorando a alíquota do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

De acordo com os princípios tributários constitucionais, é correto afirmar que essa nova alíquota poderá ser exigida dos contribuintes

a) imediatamente após a publicação, em 15 de setembro de 2023.

b) a partir de 1º de janeiro de 2024, respeitando-se apenas o princípio da anterioridade anual.

c) a partir de 15 de dezembro de 2023, pois já terão decorridos 90 dias da publicação.

d) somente a partir de 1º de janeiro de 2024, desde que até essa data tenham decorridos no mínimo 90 dias da publicação.

e) a partir de 1º de janeiro de 2025, para dar tempo suficiente para a adaptação dos contribuintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre um princípio muito importante do direito tributário, o princípio da anterioridade, nas modalidades da anterioridade anual e anterioridade nonagesimal.

Para responder essa questão, primeiro vamos verificar estes princípios.

De acordo com o Princípio da anterioridade tributária, o Fisco não pode cobrar tributos no mesmo exercício financeiro (ano) em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, III, “b” da CF/88): Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

Segundo o princípio da anterioridade nonagesimal, o Fisco não pode cobrar tributos antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Trata-se de regra prevista no art. 150, III, “c” (para os tributos em geral) e também no art. 195, § 6º (no que se refere às contribuições sociais): Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b);

Feita essa importante explicação, vamos passar a analisar as alternativas.

A alternativa A está incorreta. Aqui podemos verificar que desrespeita ambos os princípios da anterioridade (anual e nonagesimal).

A alternativa B está incorreta. Ignora a necessidade de respeitar também a anterioridade nonagesimal. Embora neste caso específico a noventena seja cumprida até 1º de janeiro de 2024, a afirmação está incompleta ao mencionar apenas a anterioridade anual.

A alternativa C está incorreta. Embora os 90 dias sejam respeitados, o princípio da anterioridade anual impede a cobrança no mesmo exercício financeiro da publicação da lei.

A alternativa D está correta. Para que a nova alíquota do IPVA possa ser exigida dos contribuintes, é necessário que sejam respeitados os princípios da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal (ou noventena), nos termos do art. 150, III, b, c, da CF.

A alternativa E está incorreta. A Constituição não prevê um prazo tão alongado, apenas a combinação da anterioridade anual e nonagesimal.

QUESTÃO 48. É vedado à União instituir tributo que

- a) seja não cumulativo e se destine ao financiamento da seguridade social.**
- b) importe tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.**
- c) incida sobre a renda das pessoas físicas residentes no exterior.**
- d) tenha caráter exclusivamente extrafiscal e incida sobre importação de produtos essenciais.**
- e) incida sobre serviços prestados entre estados.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre limitações constitucionais ao poder de tributar.

A alternativa A está incorreta. A Constituição não veda a não cumulatividade para tributos destinados à seguridade social.

A alternativa B está correta. Conforme preceitua o princípio da igualdade tributária ou isonomia tributária (art. 150, II da CF) estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Vejamos: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados ao Distrito Federal e aos Municípios: II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos

O texto constitucional regula as limitações ao poder de tributar do Estado para evitar a desarmonia no equilíbrio federativo.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, A União pode, sim, instituir tributos que incidam sobre a renda de pessoas físicas residentes no exterior, nos termos do art. 153, III da CF, a saber: “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: III - renda e proventos de qualquer natureza;” (...) § 2º O imposto previsto no inciso III: I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;”

Contudo, deve estar amparado no princípio da isonomia. Isto porque, conforme jurisprudência do STF, são inconstitucionais diplomas legais que não observem princípios como os da isonomia tributária, da

capacidade contributiva, da vedação ao confisco e da progressividade (Repercussão geral – Tema 1.174).

A alternativa D está incorreta. A União pode instituir tributos com caráter extrafiscal, de modo que aplique um incentivo ou desestímulo de determinada conduta, através da tributação. Diante da função extrafiscal do tributo que exige intervenções calculadas e pontuais nos custos incorridos em cada etapa da cadeia econômica, conforme entendimento jurisprudencial da matéria (STJ. 2ª Turma.REsp 1.587.197-SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 19/04/2022).

A alternativa E está incorreta. Não há vedação constitucional nesse sentido.

QUESTÃO 49. O princípio constitucional tributário da capacidade contributiva pressupõe que

a) tributos indiretos são os mais justos, pois afetam igualmente todos os contribuintes.

b) a tributação deve alcançar com maior intensidade os contribuintes com maior riqueza tributável.

c) a arrecadação de tributos deve ser exclusivamente destinada a programas sociais.

d) todos os contribuintes devem pagar a mesma alíquota independentemente de sua condição econômica.

e) tributos pessoais devem ser abolidos em favor dos impostos indiretos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre princípio da capacidade contributiva.

Este princípio possui amparo no art. 145, §1º da CF e institui que, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

A alternativa A está incorreta. As pessoas de baixa renda tendem a comprometer uma parcela maior de sua renda com o consumo, pagando proporcionalmente mais impostos sobre esses bens e serviços do que pessoas de alta renda. Isso os torna injustos sob a ótica da capacidade contributiva, pois não consideram a situação econômica individual. ICMS, IPI, ISS incidem sobre o consumo e afetam geralmente regressivamente a capacidade contributiva.

A alternativa B está correta. A tributação deve ser progressiva, aplicando alíquotas maiores ou uma carga tributária mais elevada para aqueles que possuem maior capacidade econômica. Ou seja, quanto maior renda, maior patrimônio. Esta afirmação traduz diretamente o cerne do princípio da capacidade contributiva, amparado no art. 145, §1º da CF.

A alternativa C está incorreta. Não há exigência constitucional de que a arrecadação seja exclusivamente para programas sociais. Embora a arrecadação tributária seja fundamental para financiar programas sociais, ela também se destina a cobrir todas as despesas públicas essenciais.

A alternativa D está incorreta. Esta afirmação descreve um sistema de tributação regressivo ou proporcional, ferindo o princípio da isonomia tributária.

A alternativa E está incorreta. A capacidade contributiva pressupõe, inclusive, que os tributos tenham caráter pessoal, pois são esses que permitem uma melhor aferição da capacidade econômica individual do contribuinte.

QUESTÃO 50. Quanto à responsabilidade tributária, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

a) O responsável tributário sempre substitui integralmente o contribuinte na obrigação principal.

b) A responsabilidade tributária decorre de disposição expressa de lei, não se admitindo interpretação extensiva.

c) A responsabilidade tributária depende de prévia concordância do responsável.

d) Não há diferença jurídica entre o responsável tributário e o contribuinte.

e) A responsabilidade tributária pode ser criada por simples resolução administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão trata sobre responsabilidade tributária.

A alternativa A está incorreta. Nem sempre a substituição é "integral" no sentido de englobar todas as obrigações acessórias

A alternativa B está correta. O Art. 128 do CTN estabelece que a lei pode atribuir de modo expreso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo (subsidiário) ou solidário. Vejamos: "Art. 128. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expreso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação."

A alternativa C está incorreta. A responsabilidade tributária é uma imposição legal, conforme o art. 128 do CTN, ou seja, ela é estabelecida por lei independentemente da vontade ou concordância da pessoa que será considerada responsável.

A alternativa D está incorreta. O contribuinte é a pessoa que tem relação pessoal e direta com o fato gerador da obrigação tributária (Art. 121, I, do CTN). O responsável tributário é uma terceira pessoa, legalmente obrigada ao pagamento do tributo, mesmo sem ter realizado o fato gerador diretamente, mas que tem uma vinculação com esse fato gerador ou com o contribuinte (Art. 121, II, do CTN).

Vejamos: "Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade tributária só pode ser criada por lei expressa, conforme preceitua o art. 128 do Código Tributário Nacional.

QUESTÃO 51. Carla compareceu à delegacia informando que ao longo dos últimos meses sofreu ameaças constantes por parte de seu ex-marido, Antônio, com quem conviveu por um ano e meio, estando separados há três meses. Apesar da separação, ele a persegue nas redes sociais, envia mensagens ofensivas e já a aguardou em frente ao local de trabalho. Em uma dessas ocasiões, proferiu ofensas com conteúdo misógino, ameaçando agredi-la fisicamente caso se relacionasse com outro homem. A autoridade policial lavrou boletim de ocorrência e encaminhou o pedido de medida protetiva ao juízo competente. Considerando a situação narrada e a legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

a) Por não haver coabitação no momento das ameaças, a conduta do ex-marido não se enquadra no conceito de violência doméstica e familiar previsto em lei, devendo ser aplicada a legislação penal comum.

b) A autoridade policial não poderia ter lavrado a ocorrência, uma vez que a Lei Maria da Penha exige a convivência mínima de dois anos entre o casal para a configuração das formas de violência nela previstas.

c) Ainda que o comportamento do agressor não tenha resultado em lesões físicas, pode configurar hipótese de violência psicológica e ensejar a incidência da Lei Maria da Penha, inclusive no que tange à configuração do crime de descumprimento de medida protetiva, caso já aplicada judicialmente por fatos anteriores praticados por Antônio.

d) O fato nunca configurará violência psicológica, uma vez que tal forma não está prevista na Lei Maria da Penha.

e) Como os fatos foram praticados por meio digital e em locais públicos, não se configura o vínculo de “ambiente doméstico ou familiar”, sendo inaplicável a Lei nº 11.340/2006.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a temática da violência doméstica e familiar contra a mulher.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a súmula nº 600 do STJ, para se aplicar a Lei Maria da Penha não é necessária a coabitação entre autor e vítima. Esse é o teor do art. 5º, III da Lei Maria da Penha:

Art. 5º, III da Lei 11.340/2006 - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

A alternativa B está incorreta. A Lei Maria da Penha não exige tempo mínimo de relacionamento entre autor e vítima para assegurar à mulher a proteção concedida pela Lei.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 7º, II da Lei Maria da Penha, a violência psicológica é aquela entendida como qualquer conduta que cause à mulher dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o art. 7º da Lei 11.340/2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral.

A alternativa E está incorreta. Aplica-se a Lei 11.340/2006 ao caso em razão da relação íntima de afeto existente entre vítima e ofensor. Esse é o teor do art. 5º, III da Lei Maria da Penha:

Art. 5º, III da Lei 11.340/2006 - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido

QUESTÃO 52. Eduardo, com o intuito de matar sua esposa, administra substância tóxica em sua bebida. Logo após vê-la ingerir parte do líquido, tomado pelo remorso, presta socorro imediato, leva-a ao hospital e impede o resultado letal, tendo a vítima sobrevivido sem qualquer seqüela. Em outro caso, Marina, durante assalto à mão armada, atira contra a vítima, alvejando-a no abdômen. Arrependida, chama o socorro e permanece no local até a chegada da polícia, contudo a vítima falece. Considerando essas situações e a legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- a) Eduardo não responderá por tentativa de homicídio.**
- b) Eduardo responderá por tentativa de homicídio simples.**
- c) Marina fará jus à incidência do arrependimento posterior, com redução obrigatória de pena.**
- d) Eduardo responderá por tentativa de homicídio qualificado.**
- e) Marina responderá apenas por lesão corporal, dado que prestou socorro à vítima.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a temática do arrependimento eficaz (art. 15 do CP), segundo o qual o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados; e do arrependimento posterior (art 16 do CP), que prevê que nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

A alternativa A está correta. Percebe-se que Eduardo, após dar início a empreitada criminosa que tinha como finalidade ceifar a vida de sua esposa, se arrepende da sua conduta e presta socorro imediato à vítima. No hospital, a vítima recebe atendimento e sobrevive sem sequelas. Por essa razão, como no arrependimento eficaz o autor só responde pelos atos já praticados, Eduardo não responderá por tentativa de homicídio.

A alternativa B está incorreta. No arrependimento eficaz, o autor que impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

A alternativa C está incorreta. Marina não fará jus à incidência do arrependimento posterior, pois o crime praticado envolveu violência contra pessoa.

A alternativa D está incorreta. Percebe-se que Eduardo, após dar início a empreitada criminosa que tinha como finalidade ceifar a vida de sua esposa, se arrepende da sua conduta e presta socorro imediato

à vítima. No hospital, a vítima recebe atendimento e sobrevive sem sequelas. Por essa razão, como no arrependimento eficaz o autor só responde pelos atos já praticados, Eduardo não responderá por tentativa de homicídio qualificado.

A alternativa E está incorreta. Não se aplica a figura do arrependimento eficaz, pois apesar de ter prestado socorro à vítima, Marina não conseguiu evitar a sua morte. Responderá pelo crime de latrocínio.

QUESTÃO 53. Durante operação do Ibama em área de floresta nativa situada em terras devolutas no Maranhão, foram apreendidos caminhões transportando toras de madeira extraídas sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Apurou-se que a empresa responsável pela extração estava registrada formalmente, mas havia apresentado projeto de manejo florestal fraudulento, com a inserção de dados falsos em banco de dados da administração pública. Além disso, utilizava crédito virtual de madeira para simular legalidade nas transações comerciais. As investigações revelaram que o transporte ocorria em vias públicas com notas fiscais frias emitidas por empresa de fachada em outro Estado. À luz da legislação penal ambiental vigente, assinale a alternativa correta.

a) A ausência de autorização prévia específica para desmate e transporte impede a configuração do crime ambiental, restringindo-se à infração administrativa e às sanções civis.

b) A conduta configura crime ambiental apenas se restar demonstrado o dano efetivo ao meio ambiente, não bastando à consumação dos crimes ambientais a mera ausência de autorização ou licença.

c) A inserção de informações falsas em sistema de controle ambiental caracteriza apenas crime contra a administração pública, não podendo, em nenhuma hipótese, ser punido em concurso material com o crime ambiental.

d) A extração de madeira de florestas situadas em terras devolutas sem autorização configura crime ambiental, sendo admitida a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

e) Por envolver empresa formalmente constituída, aplica-se exclusivamente sanção administrativa pela infração ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a temática dos crimes ambientais em espécie, previstos na Lei nº 9.605/98, e da responsabilidade penal das pessoas jurídicas por crimes ambientais.

A alternativa A está incorreta. A ausência de autorização prévia específica para desmate e transporte não impede a configuração do crime ambiental, de modo que haverá a responsabilização criminal da pessoa jurídica nos termos do artigo 225, §3º da CF.

A alternativa B está incorreta. Não é necessária a demonstração de dano efetivo ao meio ambiente para que seja configurado crime ambiental. O crime previsto no parágrafo único do art. 46 da Lei nº 9.605/98 é considerado crime de perigo abstrato.

A alternativa C está incorreta. A inserção de informações falsas em sistema de controle ambiental caracteriza crime contra a administração pública (art. 313-A do CP) e somente poderá ser praticado por sujeito próprio (funcionário público). No caso desse mesmo agente praticar também um crime previsto na Lei nº 9.605/98, será possível a sua punição, em concurso material, por ambos os delitos.

A alternativa D está correta. Trata-se de crime previsto no art. 46 da Lei nº 9.605/98, que assim dispõe:

Art. 46. Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem vende, expõe à venda, tem em depósito, transporta ou guarda madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 225, §3º da CF, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

QUESTÃO 54. Em município do interior do Maranhão, um grupo armado e já conhecido na região, liderado por latifundiário, invade, durante a madrugada, um assentamento rural com o intuito de expulsar à força as famílias agricultoras. Durante a ação, há disparos de arma de fogo contra barracos, destruição de plantações e ameaças verbais dirigidas aos moradores, retirando-os da terra, porém nenhuma vítima foi fisicamente lesionada. A Polícia Civil instaura inquérito, e o Ministério Público estadual analisa a capitulação penal adequada à conduta dos envolvidos. Uma análise preliminar indica a possibilidade de existência de qual das seguintes capitulações penais?

a) A conduta configura apenas crime de ameaça, por ausência de lesão corporal e de violência real contra os moradores.

b) Na situação descrita, a destruição de barracos e plantações configura crime de dano simples, sendo atípica se os barracos e plantações tiverem baixo valor de mercado.

c) A invasão com emprego de violência para adquirir a posse de imóvel rural caracteriza o crime de esbulho possessório, podendo coexistir com crime de associação criminosa armada.

d) Por não haver sentença judicial reconhecendo o direito possessório dos agricultores, a posse é juridicamente precária e, portanto, não há possibilidade de ocorrência de crime de esbulho possessório.

e) A ausência de registro regular da terra no cartório de imóveis impede a proteção penal da posse, restringindo a responsabilização ao juízo cível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda o crime de esbulho possessório, previsto no art. 161, §1º, II do CP.

Art. 161 - Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

(...) § 1º - Na mesma pena incorre quem:

II - invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

§ 2º - Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º - Se a propriedade é particular, e não há emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

A alternativa A está incorreta. Trata-se do crime previsto no artigo 161, §1º, II do CP.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão legal ou jurisprudencial que reconheça a atipicidade da conduta pelo baixo valor de mercado dos barracos e plantações destruídos no crime de esbulho possessório.

A alternativa C está correta. Trata-se do crime previsto no artigo 161, §1º, II do CP, que poderá coexistir com crime de associação criminosa armada (art. 288 do CP).

A alternativa D está incorreta. O crime de esbulho possessório não exige que a posse seja reconhecida por sentença judicial para que seja reconhecida a sua proteção e a responsabilização penal do autor do crime previsto no art. 161, §1º, II do CP praticado contra o imóvel.

A alternativa E está incorreta. O crime de esbulho possessório não exige registro regular do imóvel para que seja reconhecida a sua proteção e a responsabilização penal do autor do crime previsto no art. 161, §1º, II do CP praticado contra o imóvel.

QUESTÃO 55. Beatriz foi condenada em acórdão em apelação por crime praticado em fevereiro de 2020. Contra tal acórdão, publicado em 10/2020, a defesa opôs, no prazo legal, embargos de declaração com o intuito de esclarecer suposta contradição na fundamentação da pena, fixada no patamar de dois anos para um crime cuja pena máxima é de 12 anos. Em 12/2025, o relator não conheceu os embargos de declaração. Após tal ato, a defesa peticionou sustentando a ocorrência da prescrição alegando que, desde a publicação do acórdão condenatório, já teria transcorrido o prazo prescricional previsto no Código Penal com base na pena imposta. Considerando que a sentença condenatória já transitou em julgado para a acusação, o relator abriu vistas para o Ministério Público, intimando a instituição para que se manifeste. Diante do caso narrado, considerando um posicionamento institucional constitucionalmente acusatório, o Parquet, por sua vez, deverá, com base na lei,

a) concordar com a declaração da superveniência da causa extintiva da punibilidade, porquanto a demora estatal não pode prejudicar o acusado.

b) discordar da superveniência de tal causa extintiva, uma vez que a prescrição somente poderá ser calculada com base na pena definitiva, o que somente ocorrerá após o julgamento dos embargos de declaração.

c) discordar da ocorrência da prescrição, visto que o não conhecimento dos embargos de declaração, pela sua inadmissibilidade, implicou a suspensão do prazo prescricional durante o período em que estiveram pendentes de apreciação.

d) concordar com a prescrição da pretensão punitiva, uma vez que à pena de dois anos aplica-se prazo prescricional de quatro anos.

e) discordar do pedido, uma vez que a publicação de acórdão condenatório interrompe o curso da prescrição e, sem a definição da pena em definitivo, apenas pode ser analisada a incidência da prescrição em abstrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a temática da prescrição no âmbito do processo penal. Era necessário que o candidato tivesse conhecimento acerca dos dispositivos abaixo elencados.

Art. 116, CP - Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre:

(...)

III - na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, quando inadmissíveis.

Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se:

(...)

IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

Art. 109, CP. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:

(...)

V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois.

A alternativa A está incorreta. Não houve superveniência de causa extintiva da punibilidade no caso narrado.

A alternativa B está incorreta. Como houve o trânsito em julgado para a acusação, deve ser aplicada ao caso a prescrição intercorrente ou superveniente, que será calculada com base na pena definitiva aplicada na sentença condenatória.

A alternativa C está correta. O prazo prescricional da pretensão punitiva foi interrompido em 10/2020 com a publicação do acórdão condenatório. Ademais, o prazo prescricional a ser adotado ao caso narrado é de 4 anos (prescrição intercorrente ou superveniente). Contudo, em razão dos embargos de declaração, interpostos no ano de 2020 e apenas inadmitidos em 12/2025, esse prazo permaneceu suspenso durante o período em que o recurso permaneceu pendente de apreciação. Portanto, não há que se falar na ocorrência de prescrição.

A alternativa D está incorreta. Pelas razões apresentadas na alternativa C, , não há que se falar na ocorrência de prescrição.

A alternativa E está incorreta. Como houve o trânsito em julgado para a acusação, deve ser aplicada ao caso a prescrição intercorrente ou superveniente, que será calculada com base na pena definitiva aplicada na sentença condenatória.

QUESTÃO 56. Durante a execução de um roubo armado a um posto de combustível, dois agentes atuaram em conjunto: André, que rendeu o frentista com uso de revólver, e Bruno, que permaneceu do lado de fora com o carro ligado, pronto para a fuga. Ao perceber que uma viatura policial se aproximava, Bruno fugiu do local sem esperar André, que acabou preso em flagrante. Na instrução, a defesa de Bruno alegou ausência de dolo, afirmando que ele apenas pretendia emprestar o carro, sem saber da intenção de seu comparsa. Com base na situação narrada, assinale a alternativa correta.

a) Bruno não pode ser responsabilizado penalmente, pois a mera permanência no local dos fatos não configura participação.

b) Nos termos da legislação brasileira, a coautoria pressupõe sempre a prática do núcleo do tipo penal, não sendo admitida quando há apenas auxílio material.

c) A desistência de Bruno no momento da fuga caracteriza arrependimento eficaz, afastando sua responsabilização penal.

d) A responsabilização penal do coautor exige que ele exerça a vontade de participar da prática criminosa, conforme as regras legais relativas ao concurso de agentes.

e) A fuga do local dos fatos, sem comunicação prévia ao autor do núcleo verbal do tipo, configura conivência culposa, penalmente irrelevante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a temática do concurso de pessoas para a prática de crimes. De acordo com o art. 29 do CP:

Art. 29, CP - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

§ 1º - Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

§ 2º - Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

É considerado como autor a pessoa que pratica o núcleo do tipo penal (teoria objetivo formal) ou tenha domínio sobre o fato (teoria do domínio do fato). É possível que um crime tenha mais de um autor, situação em que se fala da coautoria. É considerado como coautor aquele tem o mesmo grau de envolvimento do autor. No entanto, pode ter pena distinta, de acordo com o grau de participação e gravidade de seus atos para o crime. Já o partícipe é o agente que possui envolvimento menor com o delito, que ajuda na prática do crime, mas não realiza o ato principal.

Na coautoria, todos os agentes possuem o domínio comum do fato típico, mediante uma divisão de tarefas. Não é necessário que todos os agentes pratiquem o verbo descrito no tipo, bastando que a sua conduta seja essencial para a realização do fato típico.

A alternativa A está incorreta. Ainda que não tenha participado diretamente da violência empregada contra a vítima, o acusado que de forma voluntária e consciente atua para o sucesso do fato criminoso como garantidor da fuga do local para que o corréu promova a subtração da coisa alheia móvel mediante violência ou grave ameaça, pratica o crime do art. 157 do CP.

A alternativa B está incorreta. A legislação brasileira admite a coautoria nas hipóteses de auxílio material. Não é necessário que todos os agentes pratiquem o verbo descrito no tipo, bastando que a sua conduta seja essencial para a realização do fato típico.

A alternativa C está incorreta. A desistência de Bruno no momento da fuga não caracteriza arrependimento eficaz (art. 15 do CP), mas sim a figura da tentativa.

A alternativa D está correta. É o que prevê o artigo 29 do CP. Trata-se de conceito de coautoria admitido majoritariamente pela doutrina.

A alternativa E está incorreta. Conivência culposa, no contexto jurídico, refere-se à situação em que uma pessoa, de forma negligente ou imprudente, permite ou tolera a prática de um ato ilícito por outra, sem a intenção de participar ativamente da ação criminosa, mas cuja conduta negligente contribuiu para o resultado.

QUESTÃO 57. Ao longo de sete meses consecutivos, entre janeiro e julho de 2025, o empresário Pedro, proprietário de uma distribuidora de bebidas, deixou de recolher, dolosamente, o devido Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), omitindo informações nas Declarações de Apuração do ICMS (DMA) apresentadas mensalmente à Secretaria da Fazenda Estadual. O valor de ICMS não recolhido em cada um desses meses, apurado por auto de infração e constituído definitivamente, foi de R\$ 35.000. Em sua defesa, Pedro alegou que a conduta se enquadrava em um único crime continuado. Ao final da instrução, o magistrado reconheceu o crime continuado, mas, ao aplicar a pena, fixou o aumento no patamar mínimo de 1/6. Inconformado com a decisão, o Ministério Público apelou. Considerando que o Parquet deseja apenas discutir a dosimetria da pena do crime continuado, qual dos argumentos a seguir deve estar presente nas razões ministeriais?

a) Requerer a aplicação do cúmulo material das penas, por se tratar de vítimas distintas (Estado como ente federativo e consumidor).

b) Postular a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em razão da baixa lesividade da conduta.

c) Requerer o afastamento do crime continuado e o reconhecimento de um crime único de sonegação fiscal.

d) Requerer a fixação do aumento da pena no patamar de 2/3, nos termos da Súmula 659 do STJ, com base na pluralidade de crimes.

e) Pleitear a nulidade da sentença, uma vez que a existência de desígnios autônomos demonstra a ocorrência de concurso na modalidade material.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a temática dos crimes contra a ordem tributária, previstos na Lei nº 8.137/1990.

Art. 2º Constitui crime da mesma natureza:

(...)

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

A alternativa A está incorreta. A pluralidade de vítimas poderia acarretar o reconhecimento do crime continuado específico, previsto no artigo 71, parágrafo único do CP, mas não ao acúmulo material das penas.

A alternativa B está incorreta. Por se tratar de crime praticado contra o Erário Público não é possível reconhecer a baixa lesividade da conduta.

A alternativa C está incorreta. Em crimes contra a ordem tributária, a caracterização como crime único ou continuado depende da análise do caso concreto, uma vez que dependerá da forma como o crime foi praticado, ou seja, se houve uma única ação ou várias ações com a mesma intenção e circunstâncias, configurando a continuidade delitiva. No caso narrado pelo enunciado, o agente, mediante mais de uma ação, praticou sete crimes da mesma espécie, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, de modo que deverá ser reconhecido o crime continuado.

A alternativa D está correta. No caso narrado, o agente praticou por sete vezes o crime previsto no art. 2º, II da Lei nº 8.137/1990. De acordo com a Súmula 659-STJ: A fração de aumento em razão da prática de crime continuado deve ser fixada de acordo com o número de delitos cometidos, aplicando-se 1/6 pela prática de duas infrações, 1/5 para três, 1/4 para quatro, 1/3 para cinco, 1/2 para seis e 2/3 para sete ou mais infrações.

A alternativa E está incorreta. No caso narrado pelo enunciado, o agente, mediante mais de uma ação, praticou sete crimes da mesma espécie, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, de modo que deverá ser reconhecido o crime continuado, nos termos do artigo 71 do CP.

QUESTÃO 58. Durante inquérito policial instaurado contra investigado por crime contra a administração pública, seu advogado, regularmente constituído, requereu acesso aos autos somente no que tange aos elementos de convicção já documentados pela autoridade policial. O delegado responsável indeferiu o pedido, sob a justificativa de que o procedimento ainda estava em fase de diligências e que o acesso poderia comprometer a investigação, sem, contudo, justificar por qual razão o acesso aos elementos de convicção já produzidos foi negado. O indeferimento foi mantido mesmo após provocação por meio de nova petição defensiva, na qual foi alegada a incidência da súmula vinculante 14 e que o investigado havia sido intimado para prestar esclarecimentos por esse mesmo delegado. Sem conseguir acesso aos autos, a defesa requereu a instauração de inquérito policial, narrando os fatos e comprovando que o delegado continuava a negar o acesso defensivo aos elementos de convicção produzidos. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) O indeferimento é legítimo, pois a autoridade policial tem discricionariedade para restringir o acesso à investigação, conforme exceção prevista na súmula vinculante 14.

b) O Ministério Público deve oferecer denúncia por crime de abuso de autoridade, uma vez que a negativa de acesso aos elementos de prova já documentados, sem fundamentação legal idônea, configura crime.

c) A negativa de acesso aos autos somente configura abuso de autoridade se houver mandado judicial autorizando expressamente o acesso.

d) O delegado cometeu crime de prevaricação, uma vez que a ausência de justificativa para a negativa de acesso demonstra a existência de interesse pessoal sub-reptício.

e) O delegado está correto em sua posição de negar acesso aos autos, porquanto a eventual publicidade do feito, ainda que somente aos investigados, poderia configurar o crime de violação de sigilo funcional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão cobrou do candidato o conhecimento acerca do teor da súmula vinculante nº 14.

Súmula vinculante 14-STF: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Ademais, exigia o conhecimento acerca do crime previsto no art. 32 da Lei 13.869/2019.

Art. 32. Negar ao interessado, seu defensor ou advogado acesso aos autos de investigação preliminar, ao termo circunstanciado, ao inquérito ou a qualquer outro procedimento investigatório de infração

penal, civil ou administrativa, assim como impedir a obtenção de cópias, ressalvado o acesso a peças relativas a diligências em curso, ou que indiquem a realização de diligências futuras, cujo sigilo seja imprescindível:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

A alternativa A está incorreta. O indeferimento é ilegítimo, pois a autoridade policial não tem discricionariedade para restringir o acesso à investigação com inobservância do teor da súmula vinculante nº 14.

A alternativa B está correta. Trata-se de crime previsto no art. 32 da Lei 13.869/2019.

A alternativa C está incorreta. A negativa arbitrária e injustificada de acesso aos autos configura abuso de autoridade ainda que não haja mandado judicial autorizando expressamente o acesso.

A alternativa D está incorreta. A conduta não se amolda ao crime de prevaricação (retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal), mas sim ao crime crime previsto no art. 32 da Lei 13.869/2019.

A alternativa E está incorreta. A negativa arbitrária e injustificada de acesso aos autos configura abuso de autoridade, de modo que o delegado não está com a razão ao negar o acesso aos autos.

QUESTÃO 59. Carlos cumpre pena em regime semiaberto com previsão de término em 2027 e, desde 2023, já realizava saídas temporárias com autorização judicial. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.843/2024, que revogou a possibilidade de saída temporária para visita à família, o juízo da execução determinou, de ofício, a cessação das saídas autorizadas, sob o fundamento de que a nova lei, por ser mais restritiva, tem aplicação imediata às situações em curso. A defesa impetrou “habeas corpus”, sustentando violação ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa. Com base na legislação vigente, nas regras da anterioridade penal, no princípio da legalidade penal e considerando apenas a motivação judicial apresentada, assinale a alternativa correta.

a) A nova lei tem aplicação imediata a todos os casos, inclusive aos apenados com decisões anteriores, pois se trata de norma de execução de pena, e não de direito penal propriamente dito.

b) A saída temporária tem natureza meramente administrativa, sendo plenamente revogável a qualquer tempo, independentemente do momento da prática do crime.

c) A nova legislação pode ser aplicada retroativamente, pois a saída temporária não se enquadra como direito fundamental protegido constitucionalmente.

d) A aplicação imediata da nova lei à execução de pena iniciada sob a vigência da norma anterior configura retroatividade de norma penal mais gravosa, vedada pelo ordenamento jurídico.

e) A vedação da saída temporária somente se aplica aos condenados por crimes hediondos, não alcançando casos de crimes patrimoniais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão exige conhecimento acerca das novidades promovidas pela Lei 14.843/2024, que restringiu as hipóteses de admissibilidade da saída temporária no âmbito da execução penal.

Sobre o tema decidiu o STJ:

O § 2º do art. 122 da Lei de Execução Penal, com a redação da Lei n. 14.843/2024, torna mais restritiva a execução da pena, restringindo o gozo das saídas temporárias aos condenados por crimes hediondos ou cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, não pode ser aplicado retroativamente a fatos ocorridos antes de sua vigência, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

STJ. 6ª Turma. HC 932.864-SC, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 10/9/2024 (Info 827).

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 14.843/2024 tornou mais rigorosa a execução da pena ao restringir as hipóteses de concessão de saídas temporárias. A aplicação retroativa dessa norma constitui *novatio legis in pejus*, razão pela qual não poderá retroagir para alcançar os apenados com decisões anteriores a sua vigência.

A alternativa B está incorreta. A saída temporária é um benefício previsto na Lei de Execução Penal (LEP) que permite que pessoas privadas de liberdade em regime semiaberto saiam temporariamente do estabelecimento prisional. Trata-se de direito adquirido pelo preso, de modo que não poderá ser revogado a qualquer tempo, independentemente do momento da prática do crime.

A alternativa C está incorreta. A saída temporária se enquadra como direito fundamental protegido constitucionalmente, razão pela qual a Lei nº 14.843/2024 constitui *novatio legis in pejus* e não poderá ser aplicada retroativamente.

A alternativa D está correta. Esse é o entendimento firmado pelo STJ.

A alternativa E está incorreta. A Lei nº 14.843/2024 restringiu as hipóteses autorizadoras da saída temporária no âmbito da execução penal. A partir da sua promulgação, não será admitida saída temporária para visita aos familiares para todos os crimes.

QUESTÃO 60. Paula registrou boletim de ocorrência contra seu ex-companheiro, Fábio, com quem conviveu em união estável por cinco anos. Segundo o relato dela, ele passou a enviar dezenas de mensagens diárias com xingamentos, humilhações e ameaças veladas, além de vigiá-la nas redes sociais e comparecer repetidamente em seu trabalho. Diante da situação, foi requerido o reconhecimento da prática de violência psicológica contra a mulher. Considerando a situação narrada e a legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

a) A violência psicológica contra a mulher configura infração de menor potencial ofensivo e, portanto, sua punibilidade exige a tentativa de conciliação entre as partes antes do oferecimento da denúncia.

b) Para a caracterização da violência psicológica, é necessário que a agressão seja praticada presencialmente.

c) A prática de violência psicológica contra a mulher exige vínculo de coabitação entre agressor e vítima no momento dos fatos.

d) A conduta descrita configura apenas contravenção penal de perturbação do sossego, sendo inaplicável a Lei nº 11.340/2006 fora do contexto de convivência atual.

e) A prática de violência psicológica contra a mulher é prevista expressamente na Lei Maria da Penha, podendo ser oferecida denúncia pelo crime previsto no art. 147-B do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o tema de violência doméstica.

A alternativa A está incorreta. A violência psicológica contra a mulher, prevista no art. 147-B do Código Penal, foi incluída pela Lei nº 14.188/2021 e não é considerada infração de menor potencial ofensivo — sua pena é de reclusão de 6 meses a 2 anos e multa, o que afasta a aplicação do Juizado Especial Criminal. Além disso, em matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, não se admite tentativa de conciliação prévia como condição para a persecução penal, conforme o entendimento consolidado pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e jurisprudência dos tribunais superiores.

A alternativa B está incorreta. A violência psicológica pode ocorrer por qualquer meio, inclusive virtual ou digital, como mensagens de texto, e-mails, redes sociais, ou telefonemas. A Lei Maria da Penha e o art. 147-B do Código Penal não exigem contato físico ou agressão presencial para a configuração da violência psicológica.

A alternativa C está incorreta. A Lei Maria da Penha (art. 5º, incisos I a III) abrange relações íntimas de afeto anteriores, mesmo que cessada a convivência, como é o caso de ex-companheiros. O vínculo afetivo anterior é suficiente para a incidência da norma, independentemente de coabitação atual.

A alternativa D está incorreta. A conduta descrita ultrapassa o mero incômodo, configurando violência psicológica — que é crime, e não contravenção. Além disso, como já explicado na letra (C), a convivência atual não é requisito para a aplicação da Lei Maria da Penha.

A alternativa E está correta. A conduta de Fábio — com xingamentos, humilhações, vigilância constante, perseguição e ameaças — configura violência psicológica contra a mulher, nos termos do art. 7º, II, da Lei Maria da Penha, e é tipificada como crime no art. 147-B do Código Penal (inserido pela Lei nº 14.188/2021), que prevê: "Causar dano emocional à mulher que prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação." Portanto, a denúncia pode ser oferecida pelo Ministério Público, com base nessa norma penal específica.

QUESTÃO 61. No campo dos procedimentos processuais penais, no que se refere aos procedimentos ordinário e sumário, determinado réu apresentou resposta à acusação alegando excludente de culpabilidade consistente na inimputabilidade prevista no art. 26 do Código Penal: "É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.". A situação psíquica do agente se confirmou com o laudo do perito oficial. Na hipótese,

a) o juiz poderá absolver o réu, impondo, na mesma sentença, medida de segurança consistente de internação ou tratamento ambulatorial.

b) o juiz deve absolver sumariamente o réu, posto que manifesta causa excludente da culpabilidade.

c) o juiz deverá absolver o réu no mérito, desde que reconheça a existência de circunstância que o isente de pena.

d) o juiz deve afastar a possibilidade jurídica de absolvição sumária, com determinação judicial para que se inicie a instrução criminal.

e) o juiz poderá condenar o réu com redução de pena de um terço a dois terços.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a temática da absolvição sumária no âmbito do procedimento ordinário. De acordo com o art. 397, II do CPP:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: (...) II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 397 do CPP, a causa excludente da culpabilidade pela inimputabilidade do agente não autoriza a absolvição sumária do réu.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 397 do CPP, a causa excludente da culpabilidade pela inimputabilidade do agente não autoriza a absolvição sumária do réu.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 397 do CPP, a causa excludente da culpabilidade pela inimputabilidade do agente não autoriza a absolvição sumária do réu. Ademais, apenas seria possível ao magistrado julgar o mérito da causa após a instrução processual do processo.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 397 do CPP, a causa excludente da culpabilidade pela inimputabilidade do agente não autoriza a absolvição sumária do réu. Por essa razão, caberá ao juiz afastar a possibilidade jurídica de absolvição sumária, com determinação judicial para que se inicie a instrução criminal.

A alternativa E está incorreta. Apenas seria possível ao magistrado julgar o mérito da causa condenando o réu após a instrução processual do processo. Ademais, como o réu era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento o correto seria reconhecer a sua absolvição imprópria (com a consequente aplicação de medida de segurança).

QUESTÃO 62. O Promotor de Justiça recebeu inquérito concluído sobre o crime previsto no art. 134 do Código Penal: “Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria: Pena – detenção, de seis meses a dois anos”. Ao avaliar a investigação, observou-se a existência de prova indiciária suficiente, a impossibilidade de se oferecer transação penal (por ser reincidente em crime doloso) e que se encontrava presente circunstância agravante de ter sido praticado contra irmão (“circunstâncias que sempre agravam a pena”). No caso narrado, o procedimento a ser adotado para processamento do agente será o

a) procedimento ordinário.

b) procedimento sumário.

c) procedimento sumaríssimo.

d) procedimento especial dos crimes de menor potencial ofensivo.

e) procedimento especial aplicável aos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a temática dos procedimentos no âmbito do processo penal. De acordo com o CPP:

Art. 394, CPP. O procedimento será comum ou especial.

§ 1o O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo:

I - ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

II - sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

III - sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

Ademais, são consideradas infrações de menor potencial ofensivo:

Art. 61 da Lei nº 9.099/95. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

A alternativa A está incorreta. O procedimento será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

A alternativa B está incorreta. O procedimento será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

A alternativa C está correta. O procedimento será sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

A alternativa D está incorreta. Os procedimentos especiais são aqueles previstos no Título II do Código de Processo Penal. Não há procedimento especial previsto no CPP para o crime do artigo 134 do CP.

A alternativa E está incorreta. Os procedimentos especiais são aqueles previstos no Título II do Código de Processo Penal. Não há procedimento especial previsto no CPP para o crime do artigo 134 do CP.

QUESTÃO 63. O Ministério Público ofereceu denúncia contra Benedito, dando-o como incurso no art. 155, § 4º, II, do Código Penal. Na descrição fática, restou narrado que “o denunciado deu um forte empurrão na vítima e esta veio ao solo, sofrendo ferimentos no joelho direito, vindo o denunciado a subtrair o relógio e a carteira dela”. Após a instrução criminal e as alegações finais, foi confirmado o ocorrido nos termos da descrição. O juiz terminou por condenar o denunciado pela prática do crime de roubo (art. 157, do Código Penal), estabelecendo a pena adequada ao caso. Considerando o caso narrado, pode-se afirmar que

a) o juiz não agiu corretamente, pois na hipótese deveria dar vista dos autos ao Ministério Público para que fosse aditada a classificação do crime previsto na denúncia.

b) o juiz não agiu corretamente, pois na hipótese deveria dar vista dos autos ao Ministério Público para avaliação sobre a necessidade de aditamento da peça acusatória.

c) o juiz agiu corretamente, pois, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

d) o juiz deveria absolver o denunciado, pois a descrição contida na denúncia não era compatível com a classificação da denúncia, sendo vedado o aditamento de ofício.

e) o juiz deveria dar vista para a defesa se manifestar sobre a incompatibilidade da descrição em relação à capitulação do crime contido na denúncia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda a temática da *emendatio libelli* prevista no art. 383 do CPP.

Art. 383, CPP. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

Verifica-se no caso narrado que os fatos estavam devidamente narrados na exordial acusatória. No entanto, houve um equívoco do Ministério Público no momento da tipificação do fato na denúncia. Nesses casos, é permitido ao magistrado atribuir definição jurídica diversa ao fato, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese autorizadora da *emendatio libelli* prevista no art. 383 do CPP.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de hipótese autorizadora da *emendatio libelli* prevista no art. 383 do CPP.

A alternativa C está correta. Trata-se da previsão do art. 383 do CPP.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de hipótese autorizadora da *emendatio libelli* prevista no art. 383 do CPP.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de hipótese autorizadora da *emendatio libelli* prevista no art. 383 do CPP.

QUESTÃO 64. Afirma a lei que, excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das finalidades de lei para a realização do ato dessa forma.

a) Prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento.

b) Viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal.

c) Impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que não seja possível colher o depoimento destas por videoconferência.

d) Responder à gravíssima questão de ordem pública.

e) Quando não for conveniente a realização do interrogatório na forma presencial, segundo entendimento fundamentado do juiz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A questão aborda a temática da realização do interrogatório por videoconferência regulamentado no artigo 185, §2º do CPP.

Art. 185, CPP. O acusado que comparecer perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado.

(...)

§ 2º Excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso

tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades:

I - prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento;

II - viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal;

III - impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que não seja possível colher o depoimento destas por videoconferência, nos termos do art. 217 deste Código;

IV - responder à gravíssima questão de ordem pública.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese prevista no art. 185, §2º do CPP.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de hipótese prevista no art. 185, §2º do CPP.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese prevista no art. 185, §2º do CPP.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de hipótese prevista no art. 185, §2º do CPP.

A alternativa E está correta. Trata-se de hipótese não prevista no art. 185, §2º do CPP.

QUESTÃO 65. O Ministério Público denunciou João pela prática do crime de homicídio doloso mediante recurso que dificultou a defesa da vítima (art. 121, § 2º, IV, do Código Penal). O juiz, ao final, desclassificou a conduta para o crime de homicídio culposo. O Ministério Público ingressou com recurso em sentido estrito. O juiz se retratou parcialmente e pronunciou João como incurso no art. 121, “caput”, do Código Penal. Nesse caso, intimado e desejando que a pronúncia esteja acompanhada com a qualificadora, o Ministério Público deverá

a) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 5 (cinco) dias, pedindo que se restabeleça a qualificadora na pronúncia.

b) interpor recurso em sentido estrito, no prazo de 2 (dois) dias, pedindo que se restabeleça a qualificadora na pronúncia.

c) por simples petição, recorrer da decisão de retratação, não sendo mais lícito ao juiz modificá-la.

d) interpor recurso de apelação no prazo de 5 (cinco) dias.

e) interpor recurso de apelação subsidiária no prazo de 5 (cinco) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Questão passível de recurso.

A questão aborda a temática dos recursos no âmbito do processo penal. Era necessário que o candidato tivesse o conhecimento dos dispositivos abaixo acerca do RESE.

Art. 581, CPP. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

(...)

IV – que pronunciar o réu.

Art. 586, CPP. O recurso voluntário poderá ser interposto no prazo de cinco dias.

Nos termos do artigo 581, inciso V, do Código de Processo Penal, cabe recurso em sentido estrito (RESE) da decisão de desclassificação proferida pelo juízo de primeiro grau. Ressalte-se que o RESE admite juízo de retratação, nos moldes do artigo 589 do CPP, de modo que, caso o magistrado reconsidere sua decisão anterior e profira nova decisão, esta passa a ter efeito substitutivo, ou seja, substitui integralmente a anterior.

Assim, havendo a prolação de nova decisão — no caso, decisão de pronúncia em substituição à anterior decisão desclassificatória —, o recurso cabível é novamente o recurso em sentido estrito, nos termos do artigo 581, inciso V, do CPP, observando-se o prazo de 5 (cinco) dias, conforme preconiza o artigo 586 do mesmo diploma legal.

Cumpra salientar que, diante da existência de nova decisão, não se mostra adequada a mera apresentação de "petição", mas sim a interposição do recurso cabível, pois somente o recurso tem o condão de provocar a instância revisional para análise da nova decisão, especialmente porque esta, em razão do efeito substitutivo, passa a ser o novo marco decisório apto a desafiar insurgência recursal.

Portanto, o correto manejo do recurso em sentido estrito, tempestivamente interposto, assegura o controle da decisão de pronúncia, conforme garantido pelo ordenamento processual penal.

A alternativa A está incorreta. O RESE poderá ser interposto no prazo de cinco dias (art. 586 do CPP).

A alternativa B está incorreta. Apesar de indicada como incorreta pela banca, acreditamos ser a alternativa correta da questão, com fundamento nos artigos 581, IV e 586 do CPP.

A alternativa C está correta. Alternativa indicada como correta pela banca.

A alternativa D está incorreta. Cabe RESE da decisão de pronúncia do réu (artigo 581, IV do CPP).

A alternativa E está incorreta. Cabe RESE da decisão de pronúncia do réu (artigo 581, IV do CPP).

QUESTÃO 66. Verificando determinado acórdão do Superior Tribunal de Justiça, observa-se na parte final da decisão: “Diante do exposto, não conheço do ‘habeas corpus’, mas concedo a ordem de ofício para anular a decisão de quebra telemática e todos os atos ou provas que foram produzidos a partir da decisão anulada.”. No campo das nulidades, expõe a lei que, quando o juiz declarar a nulidade de determinado ato processual, deverá invalidar os atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência. Na hipótese, a disposição processual consubstancia

a) o princípio da convalidação.

b) o princípio do prejuízo.

c) o princípio da instrumentalidade das formas.

d) o princípio da causalidade.

e) o princípio da autonomia dos atos processuais ou da separação dos atos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a temática dos princípios no âmbito do processo penal.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de princípio que permite que determinados atos processuais inicialmente viciados sejam posteriormente convalidados, desde que preencham os requisitos legais e não acarretem prejuízo à parte. Não admite convalidação da prova narrada no enunciado.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de princípio segundo o qual não há nulidade sem demonstração de prejuízo concreto à parte; a mera inobservância formal de regra processual não invalida o ato se não houver dano. Não se admite a sua aplicação em relação a prova ilícita.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de princípio que valoriza o resultado útil do ato processual em detrimento da forma estrita, admitindo a validade de atos que atingem sua finalidade mesmo com inobservância de formalidades. Não se admite a sua aplicação em relação a prova ilícita.

A alternativa D está correta. De acordo com esse princípio, a nulidade de um ato contamina os subsequentes que dele dependam diretamente, tornando-os igualmente nulos se forem consequência direta do vício.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de princípio que estabelece que a nulidade de um ato não compromete, em regra, a validade dos demais atos autônomos e independentes no processo. Não é cabível em relação ao caso narrado no enunciado.

QUESTÃO 67. Considerando os temas ação civil ex delicto e sentenças absolutórias, assinale, entre as seguintes hipóteses, aquela que NÃO repercutirá em eventual discussão no âmbito cível.

a) Sentença em que se declara estar provada a inexistência do fato.

b) Sentença em que se declara não haver prova da existência do fato.

c) Sentença em que se declara estar provado que o réu não concorreu para a infração penal.

d) Sentença em que se declara que o réu agiu amparado pela excludente do exercício regular de direito sem qualquer tipo de excesso.

e) Sentença em que se declara que o réu agiu amparado pela excludente do estrito cumprimento do dever legal sem qualquer tipo de excesso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a temática da ação civil ex delicto, exigindo do candidato o conhecimento acerca das hipóteses em que eventual sentença absolutória em ação penal não repercutirá em discussão no âmbito cível. Necessário o conhecimento dos artigos abaixo elencados:

Art. 65, CPP. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Art. 66, CPP. Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese que repercutirá em eventual discussão no âmbito cível, considerando ter ficado comprovado a inexistência do fato.

A alternativa B está correta. Trata-se de hipótese que não repercutirá em eventual discussão no âmbito cível, considerando que a absolvição ocorreu por ausência de provas, na seara criminal, sobre a existência do fato. Desse modo, os fatos poderão ser comprovados no âmbito cível, ainda que não sejam tipificados como crimes no ordenamento jurídico.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de hipótese que repercutirá em eventual discussão no âmbito cível, considerando ter ficado comprovado o não envolvimento do réu com a infração penal.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de hipótese que repercutirá em eventual discussão no âmbito cível, conforme art. 65 do CPP.

A alternativa E está incorreta. Trata-se de hipótese que repercutirá em eventual discussão no âmbito cível, conforme art. 65 do CPP.

QUESTÃO 68. A legislação processual penal, arrimada na Constituição Federal, não autoriza a concessão de liberdade provisória mediante fiança em determinadas hipóteses de crimes. Assinale, entre as seguintes alternativas, aquela que, objetivamente, permite a concessão da benesse.

a) Epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º, do Código Penal).

b) Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A, do Código Penal).

c) Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou à automutilação realizados por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitidos em tempo real (art. 122, caput e § 4º, do Código Penal).

d) Crime de Tortura (Lei nº 9.455/1997).

e) Homicídio consumado (art. 121, caput, do Código Penal).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre os crimes hediondos.

A alternativa A está incorreta. Esse é um dos crimes hediondos, conforme o art. 1º, inciso VII, da Lei nº 8.072/1990. Nos crimes hediondos, não é cabível fiança (art. 2º, II, da Lei nº 8.072/90). Portanto, não é possível conceder liberdade provisória mediante fiança.

A alternativa B está incorreta. Esse crime também é considerado hediondo. Por isso, não admite fiança, nos termos da Lei dos Crimes Hediondos.

A alternativa C está incorreta. Nesse caso, a pena é aumentada até o dobro, ou seja, pena máxima de 4 anos de reclusão. Apesar do crime grave, não é hediondo, no entanto, a fiança não é permitida.

A alternativa D está incorreta. A Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997), em seu art. 1º, § 7º, veda expressamente a concessão de fiança e liberdade provisória. Logo, não cabe liberdade provisória com fiança nesse caso.

A alternativa E está correta. O homicídio simples não está incluído na lista de crimes hediondos ou equiparados (Lei nº 8.072/1990), portanto não há vedação legal à concessão de liberdade provisória mediante fiança. Nesses casos, a legislação processual penal permite que o juiz, de forma discricionária, analise os requisitos para conceder fiança, sem proibição expressa.

QUESTÃO 69. Um funcionário público, sentindo-se ofendido por suposto crime contra a honra em decorrência do exercício de suas funções, ofereceu representação, iniciando-se a investigação de crime de ação penal pública condicionada à representação do ofendido. Finda a

apuração, o membro do Ministério Público Estadual promoveu o arquivamento por atipicidade da conduta. Tendo o ofendido sido cientificado do ocorrido, poderá

a) propor queixa-crime se ainda estiver dentro do prazo decadencial, em razão do disposto na Súmula 714, do Supremo Tribunal Federal: “É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.”.

b) requerer, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, a submissão da matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

c) propor queixa-crime se ainda estiver dentro do prazo decadencial, mas, para tanto, deverá se valer de procurador com poderes especiais, devendo constar do instrumento de mandato o nome do querelante e a menção do fato criminoso, salvo quando tais esclarecimentos dependerem de diligências que devem ser previamente requeridas no juízo criminal.

d) provocar, por simples petição, mediante representação processual de advogado, o reexame da fundamentação contida no arquivamento, por instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

e) ingressar com recurso ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 30 (trinta) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão aborda a temática do arquivamento de inquérito policial. De acordo com o artigo 28 do CPP:

Art. 28. Ordenado o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer elementos informativos da mesma natureza, o órgão do Ministério Público comunicará à vítima, ao investigado e à autoridade policial e encaminhará os autos para a instância de revisão ministerial para fins de homologação, na forma da lei.

§ 1º Se a vítima, ou seu representante legal, não concordar com o arquivamento do inquérito policial, poderá, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da comunicação, submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

A alternativa A está incorreta. Apesar do teor da súmula 714 do STF, não será possível ao ofendido mover ação penal privada após ter apresentado representação ao Ministério Público em relação ao mesmo fato. Nesse caso, haveria evidente desrespeito à coisa julgada formada na ação penal promovida pelo MP.

A alternativa B está correta. Trata-se da previsão do art. 28, §2º do CPP.

A alternativa C está incorreta. Não será possível ao ofendido mover ação penal privada após ter apresentado representação ao Ministério Público em relação ao mesmo fato. Nesse caso, haveria evidente desrespeito à coisa julgada formada na ação penal promovida pelo MP.

A alternativa D está incorreta. Afirmativa em desacordo com a previsão do art. 28, §2º do CPP.

A alternativa E está incorreta. Afirmativa em desacordo com a previsão do art. 28, §2º do CPP.

QUESTÃO 70. Aluisio respondeu pela prática do crime de estupro. Durante a instrução, o advogado juntou uma série de documentos dando conta de que Aluisio seria dependente

químico. O juiz determinou a instauração de incidente para avaliar o quadro apresentado. O perito oficial, por laudo, concluiu: “o réu é dependente de droga (cocaína) e, em razão da dependência ao tempo da ação ou da omissão, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento”. Todas as provas apontam Aluisio como autor do crime. Com base nas informações mencionadas, assinale a alternativa que apresenta a solução prevista em lei para o caso narrado.

a) O juiz absolverá o agente, reconhecendo, por força pericial, que este era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, podendo o juiz determinar o seu encaminhamento para tratamento médico adequado.

b) O juiz condenará o réu, podendo reduzir a pena de um terço a dois terços, uma vez que, ao tempo da ação ou da omissão, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

c) O juiz absolverá o agente, determinando sua internação por prazo indeterminado.

d) O juiz absolverá o agente, determinando sua internação por prazo equivalente ao previsto no patamar máximo previsto para o tipo penal cometido.

e) O juiz condenará o réu, reduzindo a pena de um a dois sextos, se o agente, em virtude de dependência, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a temática da causa excludente de culpabilidade decorrente da inimputabilidade do réu. Exigia que o candidato tivesse conhecimento do dispositivo abaixo mencionado:

Art. 26, CPP - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento

Ademais, fazia-se necessário o conhecimento acerca da súmula 527 do STJ:

Súmula 527-STJ: O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

A alternativa A está correta. Inteiramente de acordo com a previsão do art. 26 do CPP.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o laudo pericial acostado aos autos, o réu era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. A causa de diminuição de pena prevista no parágrafo único do artigo 26 do CP apenas é aplicada aos casos em que o réu não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

A alternativa C está incorreta. De acordo com a súmula 527 do STJ, o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

A alternativa D está incorreta. De acordo com a súmula 527 do STJ, o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

Não significa dizer que deverá ser determinada a internação do réu por prazo equivalente ao previsto no patamar máximo previsto para o tipo penal cometido.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o laudo pericial acostado aos autos, o réu era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. A causa de diminuição de pena prevista no parágrafo único do artigo 26 do CP apenas é aplicada aos casos em que o réu não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

QUESTÃO 71. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.

a) Pessoas com deficiência intelectual dependem de realização de perícia médica para o exercício de direitos políticos.

b) A deficiência intelectual impede o alistamento eleitoral e a candidatura a cargos públicos.

c) Pessoas com deficiência intelectual podem ser candidatas, desde que atendam aos requisitos constitucionais de elegibilidade.

d) A capacidade eleitoral de pessoas com deficiência intelectual depende de autorização judicial específica.

e) A Lei Brasileira de Inclusão estabelece que pessoas com deficiência intelectual somente poderão exercer o direito ao voto com assistência de curador legalmente nomeado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a referida Lei não faz tais restrições em relação ao exercício de seus direitos políticos, veja: “Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.”

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a referida Lei garante seu alistamento eleitoral bem como sua candidatura a cargos públicos, veja: “Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º À pessoa com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, inclusive por meio das seguintes ações: (...)”.

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei supracitada, veja: “Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.”

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, a referida Lei não faz tais restrições em relação ao exercício de seus direitos políticos, veja: “Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.”

A alternativa E está incorreta, pois a Lei não faz tal exigência, buscando facilitar esse direito. Veja: “Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º À pessoa com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, inclusive por meio das seguintes ações: I - garantia de que os procedimentos, as instalações, os materiais e os equipamentos para votação sejam apropriados,

acessíveis a todas as pessoas e de fácil compreensão e uso, sendo vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência; II - incentivo à pessoa com deficiência a candidatar-se e a desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, inclusive por meio do uso de novas tecnologias assistivas, quando apropriado;”.

QUESTÃO 72. Quanto às imunidades parlamentares, especialmente à imunidade material (ou inviolabilidade) e suas limitações, assinale a alternativa correta.

a) A imunidade material protege todas as opiniões, palavras e votos proferidos por parlamentares, em qualquer circunstância, incluindo ataques pessoais e discursos de ódio ou incitação a crimes como o racismo, pois visa garantir a liberdade de expressão absoluta.

b) A imunidade material é uma prerrogativa pessoal do parlamentar, irrenunciável e vitalícia, e sua aplicação é restrita ao recinto do Congresso Nacional, não se estendendo a manifestações feitas em entrevistas ou redes sociais.

c) A imunidade formal (ou processual) protege os parlamentares de serem processados judicialmente, mesmo com crime inafiançável em flagrante, e permite que os processos criminais contra eles sejam sustados indefinidamente por decisão da Casa Legislativa.

d) A imunidade material abrange manifestações feitas fora do recinto do Congresso Nacional, como em entrevistas, desde que haja um nexo funcional com o exercício do mandato.

e) A imunidade material permite que parlamentares sejam responsabilizados apenas civilmente, mas nunca criminalmente, por opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão aborda a temática das imunidades parlamentares. Necessário o conhecimento dos artigos abaixo:

Art. 53, CF. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

Ademais, no julgamento da ação penal 1044/DF, em que o STF condenou Deputado Federal por palavras e opiniões manifestadas durante o exercício do cargo, venceu o argumento de que as declarações do réu

não foram apenas opiniões relacionadas ao mandato e, portanto, não estariam protegidas pela imunidade parlamentar nem pela liberdade de expressão. Firmou-se assim a seguinte tese:

A liberdade de expressão existe para a manifestação de opiniões contrárias, jocosas, satíricas e até mesmo errôneas, mas não para opiniões criminosas, discurso de ódio ou atentados contra o Estado Democrático de Direito e a democracia.

STF. Plenário. AP 1044/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 20/4/2022 (Info 1051).

A alternativa A está incorreta. Afirmativa em desacordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa B está incorreta. Afirmativa em desacordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal. A imunidade parlamentar é uma prerrogativa funcional, que visa proteger o exercício do cargo eletivo e não a figura do parlamentar.

A alternativa C está incorreta. Afirmativa em desacordo com o artigo 53, §2º da CF.

A alternativa D está correta. Afirmativa em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa E está incorreta. Afirmativa em desacordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (AP 1044/DF).

QUESTÃO 73. Os direitos políticos, globalmente considerados, são direitos humanos, sendo possível o controle de constitucionalidade de tratados internacionais que se referem a direitos políticos. A respeito do tema, é correto afirmar que

a) os direitos políticos não são considerados direitos humanos em sua totalidade, visto que a Constituição Federal os trata em capítulo separado dos direitos e garantias individuais, e os tratados internacionais sobre o tema não possuem hierarquia constitucional.

b) embora os direitos políticos sejam reconhecidos como direitos humanos em documentos internacionais, no Brasil, tratados que os abordem não podem ser submetidos a controle de constitucionalidade, pois, uma vez incorporados, integram o bloco de constitucionalidade com equivalência a emendas.

c) Os direitos políticos são inequivocamente direitos humanos, e a Constituição Federal, em seu Art. 5º, § 2º, incorpora tratados internacionais de direitos humanos ao ordenamento jurídico. No entanto, o controle de constitucionalidade de tais tratados é restrito à via preventiva e apenas se tiverem status supralegal.

d) Os direitos políticos são amplamente reconhecidos como direitos humanos, conforme documentos internacionais e a própria Constituição Federal. Tratados internacionais sobre direitos humanos, incluindo os que tratam de direitos políticos, podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

e) A equiparação de tratados internacionais sobre direitos humanos a emendas constitucionais, prevista no Art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988, torna-os automaticamente imunes a qualquer controle de constitucionalidade, mesmo em caso de conflito com cláusulas pétreas da Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema direitos políticos.

A alternativa A está incorreta. Os direitos políticos são considerados direitos humanos.

A alternativa B está incorreta. Tratados que abordam os direitos políticos podem ser submetidos a controle de constitucionalidade.

A alternativa C está incorreta. É possível o controle de constitucionalidade tanto na via preventiva como repressiva.

A alternativa D está correta. Os direitos políticos são amplamente reconhecidos como direitos humanos, conforme documentos internacionais e a própria Constituição Federal. Tratados internacionais sobre direitos humanos, incluindo os que tratam de direitos políticos, podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

Os direitos políticos são considerados direitos humanos porque fazem parte do conjunto de garantias fundamentais necessárias para assegurar a dignidade, a liberdade e a igualdade dos indivíduos em uma sociedade democrática. Eles estão intimamente ligados ao exercício da cidadania e à participação ativa na vida pública, aspectos essenciais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana.

Do ponto de vista jurídico, os direitos políticos estão consagrados em diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, que em seu artigo 21 afirma que "toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos", e que "a vontade do povo será a base da autoridade do governo". Também o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 1966, reafirma esses direitos, estabelecendo que toda pessoa tem o direito de votar e ser votada em eleições periódicas, genuínas, com sufrágio universal e igual, realizadas por voto secreto.

Além disso, os direitos políticos são meios fundamentais para a proteção de outros direitos humanos. Por meio do voto, da liberdade de expressão política e da possibilidade de se candidatar a cargos públicos, os cidadãos podem influenciar políticas públicas, denunciar violações de direitos e exigir prestação de contas dos governantes. Assim, os direitos políticos atuam como um mecanismo de controle democrático e de promoção dos direitos civis, sociais, econômicos e culturais.

Portanto, os direitos políticos são considerados direitos humanos porque fazem parte do núcleo essencial de garantias que asseguram a dignidade, a liberdade e a igualdade dos indivíduos. Eles são fundamentais não apenas como expressão da cidadania e da autonomia dos indivíduos, mas também como instrumentos para a proteção e a realização dos demais direitos humanos. Sua preservação e promoção são, assim, indispensáveis para a construção e manutenção de sociedades justas, democráticas e inclusivas.

Por fim, deve ser aplicado o artigo 5º, § 3º da CRFB: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais."

A alternativa E está incorreta. É possível o controle de constitucionalidade.

QUESTÃO 74. A respeito de candidatura avulsa ou independente no sistema eleitoral brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) O sistema eleitoral brasileiro permite que o eleitor em pleno gozo de seus direitos políticos apresente candidatura avulsa.

b) Através do sistema de pluripartidarismo, o candidato pode lançar sua candidatura avulsa.

c) No sistema eleitoral brasileiro, a legislação atual impede o registro de candidaturas avulsas, obrigando o candidato à vinculação partidária.

d) O candidato pode apresentar candidatura avulsa, independentemente de estar em dia com a Justiça Eleitoral.

e) O candidato precisa de autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o registro de candidatura avulsa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema candidatura avulsa.

A alternativa A está incorreta. No sistema eleitoral brasileiro, a legislação atual impede o registro de candidaturas avulsas, obrigando o candidato à vinculação partidária.

A alternativa B está incorreta. No sistema eleitoral brasileiro, a legislação atual impede o registro de candidaturas avulsas, obrigando o candidato à vinculação partidária.

A alternativa C está correta. No sistema eleitoral brasileiro, a legislação atual impede o registro de candidaturas avulsas, obrigando o candidato à vinculação partidária.

Conforme a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97), 14 do Art. 11: “Art. 11. Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições. § 14 É vedado o registro de candidatura avulsa, ainda que o requerente tenha filiação partidária”.

Deve ser observado os requisitos do artigo 14 § 3º da CRFB para a candidatura é um requisito é a filiação partidária:

“§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.”

Ademais, o TSE já se manifestou sobre a impossibilidade de candidatura avulsa:

“Eleições 2022 [...] Requerimento de registro de chapa presidencial e candidaturas a presidente e vice-presidente. Partido sem registro no Tribunal Superior Eleitoral. [...] o pedido de registro de candidatura ao pleito de 2022, assim como a pretensão ao reconhecimento do registro da agremiação nesta Corte Superior, teve seu seguimento negado ao fundamento de que o requisito atinente ao registro do estatuto do partido político no TSE não foi atendido, obstando, assim, o conhecimento da pretensão à candidatura. [...] 7. No sistema eleitoral, é vedada a candidatura avulsa, porquanto o legislador

constituente, ao estipular as condições de elegibilidade, prescreveu requisitos objetivos, de modo que apenas os candidatos filiados e que sejam escolhidos em convenção partidária podem participar das eleições. [...]” (Ac. de 29.9.2022 no AgR-PetCiv nº 060074383, rel. Min. Sérgio Banhos.)

“[...] Condição de elegibilidade. Art. 14, § 3º, da constituição federal. Candidatura avulsa. Impossibilidade. [...] 1. É inadmissível formalizar candidatura avulsa a cargo eletivo, dado que a filiação partidária é condição de elegibilidade com assento no texto constitucional (art. 14, § 3º, da CF). Precedentes desta Corte Superior. [...]” (Ac. de 1º.7.2021 no AgR-MS Civ nº 060021668, rel. Min. Carlos Horbach.)< <https://temasselecionados.tse.jus.br/temas-selecionados/registro-de-candidato/candidatura-avulsa>>

A alternativa D está incorreta. No sistema eleitoral brasileiro, a legislação atual impede o registro de candidaturas avulsas, obrigando o candidato à vinculação partidária.

A alternativa E está incorreta. No sistema eleitoral brasileiro, a legislação atual impede o registro de candidaturas avulsas, obrigando o candidato à vinculação partidária.

QUESTÃO 75. Com base na teoria da democracia militante, a respeito da negação ou cassação do registro de partidos políticos com objetivos antidemocráticos, assinale a alternativa correta.

a) A democracia deve tolerar todos os grupos políticos, mesmo aqueles que buscam sua destruição, para preservar a liberdade de expressão, pois a cassação de partidos é inconstitucional, independentemente de seu programa.

b) Em um regime democrático, a liberdade de expressão possui valor e não pode ser utilizada como escudo por aqueles que pretendem destruir a própria democracia, devendo ser negado ou cassado o registro de partidos com objetivos antidemocráticos para proteger a estrutura democrática.

c) Os partidos políticos possuem a liberdade de escolherem se sujeitar aos princípios da soberania nacional, do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana, ainda que afrontem a democracia em prol de sua ideologia política.

d) Zelar pela guarda da própria constituição é zelar pela própria democracia, através de instrumentos aptos a debelar qualquer tentativa de destruir o regime democrático, mesmo que não comprovado risco imediato de ruptura institucional e independentemente de ser respeitado o devido processo legal.

e) A Constituição Federal não prevê hipótese alguma de cassação ou negação de registro de partidos políticos, mesmo que defendam ideais contrários ao regime democrático.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema partidos políticos.

A alternativa A está incorreta. A democracia não deve tolerar todos os grupos políticos como aqueles que buscam sua destruição, para preservar a liberdade de expressão.

A alternativa B está correta. Em um regime democrático, a liberdade de expressão possui valor e não pode ser utilizada como escudo por aqueles que pretendem destruir a própria democracia, devendo ser negado ou cassado o registro de partidos com objetivos antidemocráticos para proteger a estrutura democrática.

Conforme o artigo 17, § 4º da CRFB: “Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos

fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.”

A teoria da democracia militante (*ou* democracia combativa) é uma concepção político-jurídica que defende a necessidade de uma democracia se proteger ativamente contra movimentos, ideologias e partidos que, embora atuem dentro das regras democráticas, têm como objetivo destruir os próprios fundamentos do regime democrático. Em outras palavras, é a ideia de que uma democracia não deve ser ingênua nem permissiva com forças antidemocráticas, mesmo que essas forças façam uso dos direitos e liberdades garantidos pelo próprio sistema democrático.

A teoria da democracia militante parte da premissa de que a liberdade democrática não pode servir de abrigo para aqueles que desejam destruí-la. Ela propõe um equilíbrio delicado entre tolerância e autodefesa, exigindo que o regime democrático atue com firmeza — mas também com responsabilidade jurídica e moral — contra ameaças internas à sua sobrevivência. Sua relevância permanece atual, sobretudo diante do crescimento de movimentos extremistas em várias partes do mundo.

A alternativa C está incorreta. Os partidos políticos possuem a liberdade de escolherem se sujeitar aos princípios da soberania nacional, do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana, desde que não afrontem a democracia em prol de sua ideologia política.

“Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.”

A alternativa D está incorreta. Zelar pela guarda da própria constituição é zelar pela própria democracia, através de instrumentos aptos a debelar qualquer tentativa de destruir o regime democrático, desde que comprovado risco imediato de ruptura institucional e deve ser respeitado o devido processo legal.

A alternativa E está incorreta. A Constituição Federal prevê hipótese de cassação ou negação de registro de partidos políticos. Nos termos do artigo 17, § 4º da CRFB: “Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: § 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.”

QUESTÃO 76. “O documentário 'Mar de lixo', produzido e dirigido pelo cineasta maranhense Taciano Brito, enfoca a atividade de três lixões na Grande Ilha: o lixão da Pindoba, em Paço do Lumiar; o de Timúba, em São José de Ribamar; e do Aterro da Ribeira, em São Luís, já desativado. As cercanias entre a degradação da vida humana e a deterioração da geologia da cidade, considerada frágil – por tratar-se de uma ilha –, ficam em suspenso”. (G1 - Maranhão, online). No contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em relação à classificação dos resíduos quanto à origem, assinale a alternativa correta.

a) Os resíduos de serviços de saúde, gerados por unidades de saúde situadas em área urbana, são classificados como resíduos sólidos urbanos.

b) Os resíduos originários da varrição e de limpeza de logradouros e vias públicas são classificados como resíduos sólidos urbanos.

c) Os resíduos da construção civil, decorrentes de empreendimentos urbanos ou rurais, são classificados como resíduos sólidos urbanos.

d) São considerados rejeitos sólidos urbanos os resíduos gerados nos processos produtivos e nas instalações industriais.

e) Os resíduos domiciliares, originários de atividades domésticas em residências urbanas ou rurais, são classificados como resíduos sólidos urbanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 13, I, “g”, da PNRS: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;”.

A alternativa B está correta. Conforme art. 13, I, “b” e “c”, da PNRS: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;”.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 13, I, “h”, da PNRS: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;”.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 13, I, “f”, da PNRS: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;”.

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 13, I, “a” e “c”, da PNRS: “Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação: I - quanto à origem: a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas; c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;”.

QUESTÃO 77. A empresa Açai Ltda. iniciou atividade empresarial em área de preservação permanente, envolvendo a extração de frutos de buriti e de juçara para tratamento e comercialização, inclusive com exportação. Após funcionar por quase 5 (cinco) anos, o órgão fiscalizador ambiental constatou a falta de licenciamento para atividade e promoveu o embargo do empreendimento. A empresa impetrou mandado de segurança contra o ato da autoridade que determinou a paralisação da atividade, oportunidade em que alegou o exercício da atividade de exploração e comercialização por longo tempo, sendo desnecessário licenciamento diante do fato consumado. A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

a) Ante a consumação da instalação do empreendimento, cabe ao ente estatal o ônus probatório quanto à existência de degradação ambiental.

b) A omissão fiscalizatória do ente estatal supre o licenciamento ambiental, permitindo-se empresa a continuidade do empreendimento.

c) O exercício da atividade por tempo razoável implica afirmação de inexistência de degradação ambiental, incidindo a teoria do fato consumado.

d) A exploração por longo tempo de recursos naturais em área de preservação permanente, sem prévio licenciamento, constitui direito líquido e certo do empreendedor.

e) Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de direito ambiental.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Responsabilidade Ambiental.

A alternativa A está incorreta. Há inversão do ônus da prova. Conforme Súmula 618 do STJ: “A inversão do ônus da prova aplica-se às ações de degradação ambiental.”

A alternativa B está incorreta. A ausência ou insuficiência da fiscalização ambiental por parte do poder público não elimina a obrigatoriedade do licenciamento, que é um procedimento administrativo essencial para atividades potencialmente poluidoras ou que causem degradação ambiental. Conforme art. 10 da PNMA: “Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.”

A alternativa C está incorreta. Não se aplica a teoria do fato consumado em direito ambiental, conforme Súmula 613 do STJ: “Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.”

Automaticamente e pelo mesmo fundamento, a alternativa E fica correta.

A alternativa D está incorreta. Não existe direito líquido e certo. Conforme decidiu o STJ: “(...) 2. A regulamentação da pesca da tainha pelas autoridades apontadas como coatoras está respaldada na Constituição da República (art. 170, V e 225) e na legislação infraconstitucional (Lei n. 10.683/2003 e Decreto n. 6.981/2009), não se cogitando de direito adquirido à continuidade da atividade em descompasso com o regramento em vigor. Isso porque, independentemente de eventual direito à reparação por danos sofridos ou pela indevida frustração de uma legítima expectativa (matéria fora de cogitação no presente writ), não se confere ao agente econômico a prerrogativa de extinguir o recurso natural explorado ou de permanecer vinculado a um normativo reconhecidamente ineficaz pelo poder estatal. 3. A adoção de regras mais rígidas para a pesca da tainha foi devidamente motivada pelas autoridades coatoras com base em pareceres técnicos que demonstraram uma ameaça de sobre-exploração da espécie, isto é, “aquela cuja condição de captura de uma ou de todas as classes de idade em uma população são tão elevadas que reduz a biomassa, o potencial de desova e as capturas no futuro, a níveis inferiores aos de segurança”. (e-STJ fl. 519). 4. Considerando os limites probatórios da ação mandamental, o impetrante não logrou elidir a presunção de legalidade dos atos impugnados, inexistindo contrariedade a direito líquido e certo. Os normativos impugnados foram editados pelas autoridades competentes, atenderam à finalidade legal, estiveram devidamente fundamentados e não se apresentaram flagrantemente desproporcionais ou desarrazoados. (...)”. (STJ. Mandado De Segurança n. 17.292-DF (2011/0138791-9). Min. Rel. Castro Meira).

QUESTÃO 78. A Lei Estadual nº 5.405, de 08 de abril de 1992, que institui o Código de Proteção de Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão, estabeleceu as finalidades da Política Estadual de Meio Ambiente e, dentre outros, definiu como objetivo o exercício do poder de polícia para condicionar ativa ou passivamente, ou restringir, o uso e gozo de bens e atividades, em benefício da manutenção do equilíbrio ecológico. Em relação à definição legal de poder de polícia, assinale a alternativa correta.

a) O poder de polícia mencionado na lei compreende a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando o direito, interesse ou liberdade, regula ou impõe a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, conservação e

restauração do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a realização de atividades econômicas dependentes de concessão, licença ou autorização do poder público, no que diz respeito ao exercício dos direitos individuais ou coletivos, em harmonia com o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida.

b) O poder de polícia mencionado na lei não abrange atividades, programas, diretrizes e normas relacionadas com flora, fauna, pesca, ar, conservação e uso do solo e do subsolo, dos recursos hídricos, bem como a defesa do patrimônio cultural paisagístico e turístico.

c) O poder de polícia mencionado na lei se restringe ao estabelecimento de preceitos disciplinares da utilização e exploração dos recursos naturais, possuindo como objetivo principal a orientação preventiva sobre a proteção ambiental, sem prejuízo da adoção de medidas corretivas e de imputação de responsabilidade por dano ao meio ambiente.

d) O poder de polícia mencionado na lei está limitado à adoção de medidas no sentido de coordenar ou articular os diferentes órgãos e entidades públicas e privadas atuantes na região, compreendendo também os conselhos ou órgãos municipais de defesa do meio ambiente, visando criar condições para o atendimento das demandas socioeconômicas regionais em harmonia com a proteção ambiental.

e) O poder de polícia mencionado na lei não alcança as áreas de domínio privado incluídas nos espaços territoriais especialmente protegidos, sem necessidade de transferência ao domínio público, que ficarão sob regime jurídico disciplinador das atividades, empreendimentos, processos, uso e ocupação do solo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Código de Proteção de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (Lei Estadual nº 5.405/92).

Sobre o poder de polícia, é o parágrafo único do art. 3º da Lei Estadual 5.405/92 que regula, trazendo o seguinte: “Parágrafo único. Considera-se poder de polícia, para o efeito desta lei, a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando o direito, interesse ou liberdade, regula ou impõe a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, conservação e restauração do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a realização de atividades econômicas dependentes de concessão, licença ou autorização do poder público, no que diz respeito ao exercício dos direitos individuais ou coletivos, em harmonia com o bem-estar e melhoria da qualidade de vida.”

Portanto, a alternativa A está correta. Automaticamente, as alternativas B, C, D e E ficam incorretas, pois não correspondem à definição trazida pela Lei.

QUESTÃO 79. Considerando as Leis nº 9.263/1996 e nº 9.434/1997, que tratam, respectivamente, do planejamento familiar e da remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, assinale a alternativa correta.

a) A realização de experiências com seres humanos no campo da regulação da fecundidade somente será permitida se previamente autorizada, fiscalizada e controlada pela direção nacional do Sistema Único de Saúde, se no território nacional, ou controlada pela Organização Mundial de Saúde no exterior, com indicação da entidade científica reconhecida internacionalmente.

b) Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção, que deverá ocorrer mediante avaliação e acompanhamento clínico e com informação sobre os seus riscos, vantagens, desvantagens e comprovada eficácia.

c) É condição para que se realize a esterilização o registro de expressa manifestação da vontade em documento escrito e firmado, após a informação a respeito dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais, dificuldades de sua reversão e opções de contracepção reversíveis existentes, sendo vedada a esterilização cirúrgica em mulher durante os períodos de parto ou aborto, exceto nos casos de comprovada necessidade, por cesarianas sucessivas anteriores, e a esterilização cirúrgica durante o período de parto será garantida à solicitante se observados o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a manifestação da vontade e o parto e as devidas condições médicas.

d) É permitido à gestante dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo, inclusive, desde que devidamente orientada, quando se tratar de doação de tecido para ser utilizado em transplante de medula óssea, caso e ato não ofereça risco à sua saúde ou ao feto, assim como é garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto.

e) O indivíduo juridicamente incapaz não poderá fazer doação nos casos de transplante de medula óssea.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos temas Planejamento Familiar (Lei nº 9.263/1996) e Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento (Lei nº 9.434/1997).

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 8º da Lei 9.263/96: “Art. 8º A realização de experiências com seres humanos no campo da regulação da fecundidade somente será permitida se previamente autorizada, fiscalizada e controlada pela direção nacional do Sistema Único de Saúde e atendidos os critérios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 9º da Lei 9.263/96: “Art. 9º Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 10, §§ 1º e 2º, da Lei 9.263/96: “§ 1º É condição para que se realize a esterilização o registro de expressa manifestação da vontade em documento escrito e firmado, após a informação a respeito dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais, dificuldades de sua reversão e opções de contracepção reversíveis existentes. § 2º A esterilização cirúrgica em mulher durante o período de parto será garantida à solicitante se observados o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias entre a manifestação da vontade e o parto e as devidas condições médicas.”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 9º, § 7º, da Lei 9.434/97: “§ 7º É vedado à gestante dispor de tecidos, órgãos ou partes de seu corpo vivo, exceto quando se tratar de doação de tecido para ser utilizado em transplante de medula óssea e o ato não oferecer risco à sua saúde ou ao feto.”

A alternativa E está incorreta. Conforme art. 9º, § 6º, da Lei 9.434/97: “§ 6º O indivíduo juridicamente incapaz, com compatibilidade imunológica comprovada, poderá fazer doação nos casos de transplante

de medula óssea, desde que haja consentimento de ambos os pais ou seus responsáveis legais e autorização judicial e o ato não oferecer risco para a sua saúde.”

QUESTÃO 80. Quanto à classificação, o crime de “Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais”, previsto no artigo 273 do Código Penal, é

a) comum, formal, comissivo e, excepcionalmente, omissivo impróprio ou comissivo por omissão, instantâneo, de perigo comum abstrato, unissubjetivo, plurissubsistente, qualificado pelo resultado de forma livre; admite tentativa; admite a forma culposa; sendo o dano mero exaurimento.

b) comum, formal, comissivo, instantâneo, de perigo comum concreto, plurissubjetivo, plurissubsistente, qualificado pelo resultado de forma livre; admite tentativa; admite a forma culposa; sendo considerado crime de dano.

c) próprio, formal, comissivo e, excepcionalmente, omissivo impróprio ou comissivo por omissão, instantâneo, de perigo comum abstrato, unissubjetivo, plurissubsistente, qualificado pelo resultado de forma livre; não admite tentativa; admite a forma culposa; sendo o dano mero exaurimento.

d) próprio, material, comissivo e, excepcionalmente, omissivo impróprio ou comissivo por omissão, instantâneo, de perigo comum abstrato, unissubjetivo, unissubsistente, qualificado pelo resultado de forma livre; admite tentativa; admite a forma culposa; sendo o dano mero exaurimento.

e) comum, formal, comissivo, instantâneo, de perigo comum concreto, unissubjetivo, plurissubsistente, preterdoloso; admite tentativa; admite a forma culposa; sendo considerado crime de dano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a temática da classificação dos crimes.

O crime previsto no art. 273 do CP, assim prevê:

Art. 273 - Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais: Pena - reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, e multa.

§ 2º - Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa

Pode ser classificado da seguinte forma:

- Crime comum: Praticado por qualquer pessoa, sem exigência de condição especial.
- Crime formal: Consuma-se com a conduta, mesmo sem o resultado naturalístico.
- Crime comissivo (excepcionalmente, omissivo impróprio ou comissivo por omissão): Praticado por uma ação. Quando omissivo impróprio, decorre de omissão equivalente à ação (dever legal de agir).
- Crime instantâneo: Consuma-se em um único momento, sem prolongamento no tempo.
- Crime de perigo abstrato: O risco ao bem jurídico é presumido pela lei, sem necessidade de prova.
- Crime unissubjetivo: Pode ser praticado por um só agente, sem necessidade de concurso de pessoas.

- Crime plurissubsistente: Composto por vários atos ou fases até a consumação.
- Crime qualificado pelo resultado: Possui um resultado agravador não essencial ao tipo, geralmente por dolo no antecedente e culpa no consequente (ex: resultado morte).
- Crime que admite tentativa: Admite a interrupção da execução antes da consumação.
- Crime que admite a forma culposa: A lei prevê expressamente a forma culposa.
- Crime em que o dano é mero exaurimento: O prejuízo causado não é requisito necessário para a consumação do crime.

A alternativa A está correta. Classificação integralmente de acordo com a explicação acima mencionada.

A alternativa B está incorreta. Não se trata de crime de perigo comum concreto, plurissubjetivo e não é considerado crime de dano.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de crime próprio.

A alternativa D está incorreta. Não se trata de crime próprio e material.

A alternativa E está incorreta. Não se trata de crime de perigo comum concreto e não é considerado crime de dano.

QUESTÃO 81. Considerando o direito à saúde da mulher, a Lei nº 8.080/1990 prevê especificamente que:

a) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, mediante prévia notificação, e, no caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, obrigatoriamente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento.

b) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo período do atendimento, independentemente de notificação, e o acompanhante será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.

c) Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação, e, em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto em artigo da referida lei deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e por seu acompanhante, para arquivamento em seu prontuário, e comunicada à vigilância em saúde do Município e ao Promotor de Justiça com atribuição legal à saúde pública.

d) No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo

corpo clínico, admite-se toda pessoa indicada pela paciente como acompanhante, desde que com prévia identificação.

e) Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e na defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante indicado e requerido, com justificativa judicial a ser promovida nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Direito à Saúde (Lei 8.080/90), mais especificamente a Saúde da Mulher.

No tocante ao acompanhamento da mulher nos serviços de saúde, o art. 19-J, caput e § 1º, dispõe: “Art. 19-J. Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia. § 1º O acompanhante de que trata o caput deste artigo será de livre indicação da paciente ou, nos casos em que ela esteja impossibilitada de manifestar sua vontade, de seu representante legal, e estará obrigado a preservar o sigilo das informações de saúde de que tiver conhecimento em razão do acompanhamento.”

Complementarmente, quando o atendimento envolver sedação ou rebaixamento do nível de consciência, os §§ 2º e 2º-A ditam: “§ 2º No caso de atendimento que envolva qualquer tipo de sedação ou rebaixamento do nível de consciência, caso a paciente não indique acompanhante, a unidade de saúde responsável pelo atendimento indicará pessoa para acompanhá-la, preferencialmente profissional de saúde do sexo feminino, sem custo adicional para a paciente, que poderá recusar o nome indicado e solicitar a indicação de outro, independentemente de justificativa, registrando-se o nome escolhido no documento gerado durante o atendimento. § 2º-A Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito previsto neste artigo deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.”

Portanto, a alternativa correta é a letra B.

Analisemos as incongruências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. Não é necessária prévia notificação, conforme art. 19-J, caput, da Lei 8.080/90, acima já transcrito.

A alternativa C está incorreta. Não é necessário o acompanhante também assinar a renúncia, bastando que a paciente o faça, conforme art. 19-J, § 2º-A, da Lei 8.080/90, acima já transcrito.

A alternativa D está incorreta. Nestes casos, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde. Conforme art. 19-J, § 4º, da Lei 8.080/90: “§ 4º No caso de atendimento realizado em centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva com restrições relacionadas à segurança ou à saúde dos pacientes, devidamente justificadas pelo corpo clínico, somente será admitido acompanhante que seja profissional de saúde.”

A alternativa E está incorreta. Não há necessidade de justificativa judicial. Conforme art. 19-J, § 5º, da Lei 8.080/90: “§ 5º Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido.”

QUESTÃO 82. Assinale a alternativa correta.

a) A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento, e seu término dar-se-á por solicitação escrita do paciente e por determinação do médico assistente, na presença de duas testemunhas.

b) A internação psiquiátrica voluntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

c) A análise sobre a imputabilidade da pessoa, quando necessária, poderá ser qualificada com requisição de informações sobre o atendimento e o tratamento dispensado nos serviços aos quais a pessoa esteja vinculada, respeitado o sigilo de informações pessoais e médicas, permitido ao juiz determiná-la compulsoriamente, mediante perícia, para determinar a culpabilidade ou não do réu para aplicação de necessária medida de segurança.

d) A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos; sendo considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: a) internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; b) internação involuntária: aquela que se dá sem consentimento do usuário e a pedido de terceiro; c) internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

e) A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico assinado por dois médicos e circunstanciado que caracterize os seus motivos; sendo considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: a) internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; b) internação involuntária: aquela que se dá sem consentimento do usuário e a pedido de terceiro; c) internação compulsória: aquela determinada pela Justiça; d) internação obrigatória judicial: aquela que se dá em casos de viciados em substâncias entorpecentes e de ofício para apuração da imputabilidade do réu.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais (Lei 10.216/2001).

A alternativa A está incorreta. Não há necessidade da presença de 2 testemunhas. Conforme art. 7º da Lei 10.216/2001: “Art. 7º A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que a consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento. Parágrafo único. O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.”

A alternativa B está incorreta. Tais requisitos são para a internação involuntária. Conforme art. 8º, § 1º, da Lei 10.216/2001: “§ 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.”

A alternativa C está incorreta. Não é possível determinar compulsoriamente. Conforme art. 10 da Resolução 487/2023 do CNJ: “Art. 10. A análise sobre a imputabilidade da pessoa, quando necessária, poderá ser qualificada com requisição de informações sobre o atendimento e o tratamento dispensado nos serviços aos quais a pessoa esteja vinculada, respeitado o sigilo de informações pessoais e médicas. Parágrafo único. Considerando que o incidente de insanidade mental que subsidiará a autoridade judicial na decisão sobre a culpabilidade ou não do réu é prova pericial constituída em favor da defesa, não é possível determiná-la compulsoriamente em caso de oposição desta.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 6º da Lei 10.216/2001: “Art. 6º A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica: I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário; II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; e III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.”

A alternativa E está incorreta, vide explicação da alternativa D.

QUESTÃO 83. “Cerne do direito da criança e do adolescente, constante do ECA desde sua redação original conforme referência expressa, [...] pode ser conceituado como a garantia de efetivação completa de todos os direitos da criança e do adolescente, sem exclusão e de forma complementar, abrangendo todos os bens da vida necessários a um desenvolvimento saudável, em condições de liberdade e dignidade. Extraído principalmente do art. 3º do ECA, ganha com a sua explicitação no inciso II do parágrafo único do art. 100, igualmente do ECA, a exortação ao intérprete e aplicador da lei que sempre levem em conta a necessidade da completude da proteção, imprescindível para o desenvolvimento pleno.”

O enunciado doutrinário exposto se refere a qual princípio informador de medidas de proteção, previsto na Lei nº 8.069/1990?

- a) Princípio da titularidade de direitos.**
- b) Princípio da proteção prioritária.**
- c) Princípio da proteção integral.**
- d) Princípio da responsabilidade primária do poder público.**
- e) Princípio do superior interesse da criança.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os princípios que norteiam o Estatuto da Criança e Adolescente.

O enunciado doutrinário apresentado refere-se ao princípio da proteção integral, que constitui o eixo central da doutrina que fundamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Previsto desde a sua redação original, esse princípio está consagrado principalmente no artigo 3º e também no inciso II do parágrafo único do artigo 100 do ECA. Trata-se de uma diretriz que determina que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos e, por isso, devem ter assegurada a efetivação completa de todos os seus direitos fundamentais, sem qualquer forma de exclusão e de forma complementar, assegurando um desenvolvimento saudável em condições de liberdade, dignidade e respeito. A proteção integral impõe ao intérprete e ao aplicador do direito o dever de considerar a totalidade dos bens da vida necessários ao pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, reconhecendo sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Esse princípio também tem base constitucional, especialmente no artigo 227 da Constituição Federal, que estabelece o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais com absoluta prioridade. Assim, ao tratar da completude da proteção, da necessidade de garantir todas as dimensões do desenvolvimento e da centralidade da criança como titular de direitos, o texto em questão descreve com precisão o conteúdo e a importância do princípio da proteção integral.

QUESTÃO 84. A emancipação fará com que o menor atinja a capacidade civil plena por concessão dos pais no exercício do poder familiar a eles conferido pela lei, além da possibilidade de referida capacidade civil ser conquistada por meio de outras causas indicadas no artigo 5º, parágrafo único, do Código Civil. Considerando a emancipação do menor, assinale a alternativa correta.

a) Os efeitos da emancipação não se restringem apenas às hipóteses pertinentes ao poder familiar, à guarda ou ao exercício dos direitos que dependam de autorização dos pais, por força do exercício do poder familiar, dada a plenitude dos direitos auferida com a maioridade civil de exercício, sem prejuízo de outros direitos fundamentais gerais previstos na Constituição Federal a todos os cidadãos.

b) Os efeitos da emancipação devem ser analisados diante do caso concreto, mas, em princípio, restringem-se às hipóteses pertinentes ao poder familiar, à guarda ou ao exercício dos direitos que dependam de autorização dos pais, por força do exercício do poder familiar, restando aplicáveis ao emancipado os direitos fundamentais do adolescente previstos na Lei nº 8.069/1990.

c) Os efeitos da emancipação restringem-se às hipóteses pertinentes ao poder familiar, à guarda ou ao exercício dos direitos que dependam de autorização dos pais, por força do exercício do poder familiar, restando aplicáveis ao emancipado os direitos fundamentais do adolescente previstos na Lei nº 8.069/1990.

d) Os efeitos da emancipação restringem-se às hipóteses pertinentes ao poder familiar, à guarda, ao direito de visitação dos pais, alimentos ou exercício dos direitos que dependam de autorização dos pais, por força do exercício do poder familiar, restando aplicáveis ao emancipado alguns dos direitos fundamentais do adolescente previstos na Lei nº 8.069/1990.

e) Os efeitos da emancipação são imediatos e plenos, fazendo cessar quaisquer discussões sobre a aplicabilidade dos direitos fundamentais do adolescente previstos na Lei nº 8.069/1990, que estejam em discussão judicial, sem prejuízo de outros direitos fundamentais gerais previstos na Constituição Federal a todos os cidadãos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre emancipação.

A alternativa A está incorreta. A emancipação confere capacidade civil plena para atos da vida civil, mas não faz com que o emancipado tenha a mesma situação de um adulto plenamente livre de regras especiais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ainda se aplica para garantir a proteção especial, já que o desenvolvimento do adolescente pode ser incompleto. Portanto, a afirmação de que a emancipação concede "plenitude" irrestrita dos direitos civis, afastando o ECA.

A alternativa B está correta. A emancipação concede capacidade civil para a prática de atos da vida civil, mas não afasta automaticamente as normas especiais de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Portanto, mesmo emancipado, o adolescente continua protegido pelas regras do ECA, que visam assegurar sua proteção integral devido à sua condição de vulnerabilidade e desenvolvimento incompleto. Assim dispõe o enunciado 530 da VI Jornada de Direito Civil.

A alternativa C está incorreta. Vide comentário da letra "B".

A alternativa D está incorreta. A emancipação não se restringe apenas a esses aspectos específicos (visitação, alimentos, etc.), mas sim a um conjunto mais amplo de direitos civis relacionados à capacidade para praticar atos da vida civil. Além disso, o uso de "alguns" direitos fundamentais do

adolescente também não é correto, pois o ECA é aplicável integralmente enquanto o adolescente tiver menos de 18 anos.

A alternativa E está incorreta. Como já mencionado, a emancipação não elimina automaticamente a proteção especial prevista no ECA. A proteção do ECA é independente da emancipação, porque visa garantir o desenvolvimento saudável do adolescente, que ainda é considerado vulnerável e sujeito a regras específicas, apesar da capacidade civil ampliada.

QUESTÃO 85. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos ou particulares, são obrigados a:

a) Proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais; quando solicitado, fornecer declaração de nascimento na qual constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

b) Manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe; acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, durante a permanência da mãe na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente, e por seis meses após o parto.

c) Desenvolver atividades de educação, de conscientização e de esclarecimentos a respeito da saúde mental da mulher no período da gravidez e do puerpério, por profissional da área médica pediátrica e psicólogos, sob a fiscalização do Ministério Público.

d) Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezesseis anos; identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.

e) Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos; identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pelas autoridades administrativas competentes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o acesso à saúde de gestantes.

A alternativa A está incorreta. Não há exigência de prestar orientação aos pais. Vejamos: ECA- “Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: (...) III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais; IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato”

A alternativa B está incorreta. Só há previsão do momento em que a mãe permanece na unidade hospitalar. Vejamos: ECA- “Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: (...) V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe. VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)”.

A alternativa C está incorreta. Não consta fiscalização pelo Ministério Público. Vejamos: ECA – “Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: (...) VII – desenvolver atividades de educação, de conscientização e de esclarecimentos a respeito da saúde mental da mulher no período da gravidez e do puerpério. “

A alternativa D está incorreta. O prazo é de 18 anos. Vejamos: ECA- “Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos”.

A alternativa E está correta. Redação dos incisos I e II do art. 10 do ECA: “Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a: I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos; II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente”.

QUESTÃO 86. Em relação ao poder familiar, é correto afirmar que

a) É direito indisponível, inalienável, irrenunciável e incompatível com transação, mas admite-se a possibilidade de entrega do filho para fins de adoção, e somente é extinto pela morte dos pais ou do filho, pela emancipação, pela maioridade, pela adoção, por decisão judicial de perda do poder familiar.

b) É direito disponível por admitir a possibilidade de entrega do filho para fins de adoção, inalienável, irrenunciável e incompatível com transação, e somente é extinto pela morte dos pais ou do filho, pela emancipação ou por decisão judicial de perda do poder familiar.

c) É direito indisponível, inalienável, renunciável por admitir a possibilidade de entrega do filho para fins de adoção, e é extinto pela morte dos pais ou do filho, pela emancipação, pela maioridade, pela adoção e por decisão judicial de perda do poder familiar.

d) É direito disponível por admitir a possibilidade de entrega do filho para fins de adoção ou colocação temporária em família substituta, inalienável, irrenunciável e incompatível com transação, revogável, e somente é extinto pela morte dos pais ou do filho, ou pela maioridade deste.

e) É direito indisponível, inalienável, irrenunciável, irrevogável, compatível com transação para adoção ou colocação em família substituta, pois admite a possibilidade de entrega do filho para fins de adoção, e somente é extinto pela morte dos pais ou do filho, pela emancipação, pela maioridade, ou por decisão judicial de perda do poder familiar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o poder de família.

A alternativa A está correta. O poder familiar é caracterizado por ser um direito indisponível, inalienável, irrenunciável e incompatível com a transação. Isso significa que os pais não podem abrir mão ou transferir esses direitos e deveres por vontade própria. No entanto, admite-se a possibilidade de entrega do filho para fins de adoção, o que não configura uma disposição do poder familiar, mas sim uma medida que requer intervenção judicial e visa o melhor interesse da criança. Além disso, o poder familiar é extinto nas seguintes situações: Pela morte dos pais ou do filho; Pela emancipação do filho; Pela maioridade do filho; Pela adoção do filho; Por decisão judicial de perda do poder familiar. Portanto, a descrição da alternativa (A) está correta ao afirmar que o poder familiar é indisponível, inalienável,

irrenunciável e incompatível com a transação, mas admite a possibilidade de entrega do filho para adoção, sendo extinto nas situações mencionadas, nos termos do art. 1.635 do CC: “Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar: I - pela morte dos pais ou do filho; II - pela emancipação, nos termos do art. 5º, parágrafo único; III - pela maioridade; IV - pela adoção; V - por decisão judicial, na forma do artigo 1.638”.

A alternativa B está incorreta. O poder familiar é indisponível.

A alternativa C está incorreta. A renúncia não é possível.

A alternativa D está incorreta. É irrevogável até a extinção legal.

A alternativa E está incorreta. Não pode haver transação sobre o poder familiar.

QUESTÃO 87. Assinale a alternativa correta.

a) O produto adquire a classificação de defeituoso quando outro de melhor qualidade for colocado no mercado.

b) A teoria do desvio produtivo do consumidor impõe ao produtor ou ao prestador de serviço o dever de indenizar o consumidor pelo tempo de vida útil empregado para a obtenção da solução do problema decorrente do defeito de um produto ou serviço.

c) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

d) O direito de reclamar por vício oculto de bem durável caduca em noventa dias, contados da data da aquisição.

e) Aprovado o orçamento pelo consumidor, ficam os contraentes obrigados a seu cumprimento, respondendo o consumidor por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a teoria do desvio produtivo.

A alternativa A está incorreta. O produto não adquire esse tipo de classificação. Conforme determina o art. 12, §2º, do CDC: § 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

A alternativa B está correta. A alternativa trouxe o conceito de teoria do desvio produtivo do consumidor. REsp 1634851: 5. *À frustração do consumidor de adquirir o bem com vício, não é razoável que se acrescente o desgaste para tentar resolver o problema ao qual ele não deu causa, o que, por certo, pode ser evitado - ou, ao menos, atenuado - se o próprio comerciante participar ativamente do processo de reparo, intermediando a relação entre consumidor e fabricante, inclusive porque, juntamente com este, tem o dever legal de garantir a adequação do produto oferecido ao consumo. 6. À luz do princípio da boa-fé objetiva, se a inserção no mercado do produto com vício traz em si, inevitavelmente, um gasto adicional para a cadeia de consumo, esse gasto deve ser tido como ínsito ao risco da atividade, e não pode, em nenhuma hipótese, ser suportado pelo consumidor. Incidência dos princípios que regem a política nacional das relações de consumo, em especial o da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, I, do CDC) e o da garantia de adequação, a cargo do fornecedor (art. 4º, V, do CDC), e observância do direito do consumidor de receber a efetiva reparação de danos patrimoniais sofridos por ele (art. 6º, VI, do CDC). 7. Como a defesa do consumidor foi erigida a princípio geral da atividade econômica pelo art. 170, V, da Constituição Federal, é ele - consumidor - quem deve escolher a alternativa que lhe parece menos onerosa ou*

embaraçosa para exercer seu direito de ter sanado o vício em 30 dias - levar o produto ao comerciante, à assistência técnica ou diretamente ao fabricante -, não cabendo ao fornecedor impor-lhe a opção que mais convém.8. Recurso especial desprovido. (STJ - REsp: 1634851 RJ 2015/0226273-9, Relator.: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/09/2017, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/02/2018).

A alternativa C está incorreta. Pelo contrário, a ignorância pelo fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade, conforme estabelece o art. 23 do CDC: *A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.*

A alternativa D está incorreta. O prazo para reclamar por vício oculto começa a contar do momento em que ficar evidenciado o defeito e não da data da aquisição como a alternativa sugere. Art. 26 [...] §3º, do CDC: *Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.*

A alternativa E está incorreta. O CDC estabelece que o consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros que não estavam previstos no orçamento prévio, conforme §3º do art. 40 do CDC. *Art. 40, §§2º e 3º. Art. 40. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços. [...] § 2º Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes. § 3º O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.*

QUESTÃO 88. Assinale a alternativa correta.

- a) O "puffing" corresponde ao emprego de adjetivos exagerados na publicidade da oferta para convencimento dos consumidores e vincula o anunciante.**
- b) O "teaser" constitui oferta válida, que vincula o anunciante, obrigando-o ao cumprimento do anúncio.**
- c) A imposição de contrapropaganda ("corrective advertising") deve decorrer de decisão em ação civil pública, sendo ilegal sua imposição administrativa.**
- d) É admissível a cláusula contratual que permite ao fornecedor a avaliação unilateral do preço.**
- e) São considerados autônomos o contrato principal de fornecimento de produto ou serviço e o contrato de crédito destinado ao financiamento.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre práticas comerciais.

A banca considerou a Letra A como correta. Porém, divergimos deste gabarito, uma vez que o "puffing" não pode ser considerado de caráter vinculante. Dessa forma, não existiria gabarito correto.

A alternativa A está correta (cabe recurso). O *puffing* não vincula o anunciante. Este entendimento decorre do próprio conceito jurisprudencial sobre o tema. O STJ no REsp 1.370.677/SP estabeleceu que é possível a utilização do *puffing* para enaltecer certas características do produto anunciado. Agora, este exagero não vincula o anunciante, uma vez que a característica que tenta exagerar não é passível de apropriação pelos consumidores. Expressões como "o melhor hambúrguer do mundo" ou "ar-

condicionado silencioso” não são passíveis de vincular o anunciante, uma vez que seria impossível que os consumidores conseguissem atestar tais hipóteses. Veja-se o julgado do STJ sobre o tema: *A publicidade do tipo puffing, cuja mensagem enaltece o fato de um aparelho de ar condicionado ser silencioso, não tem aptidão para ser fonte de dano difuso, pois não ostenta qualquer gravidade intolerável em prejuízo dos consumidores em geral. (Info. 792, STJ). STJ. 4ª Turma. REsp 1.370.677-SP, Rel. Min. Raul Araújo, julgado em 17/10/2023 (Info 792). CONSUMIDOR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDICIONADOR DE AR. PROPAGANDA ENGANOSA . PUBLICIDADE ENALTECENDO A CARACTERÍSTICA DE SER SILENCIOSO. DANOS MORAIS COLETIVOS. AUSÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO . IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. 1. Na espécie, a propaganda foi tida por enganosa, pelas instâncias ordinárias, em virtude de perícia na qual constatado que os aparelhos condicionadores de ar não eram realmente silenciosos, ao contrário do afirmado na publicidade veiculada em 1989. Em razão disso, concluíram ter ocorrido danos morais coletivos . 2. Mesmo na atual quadra de desenvolvimento do direito consumerista, afirmar-se, em propaganda, que aparelhos de ar condicionado são "silenciosos" pode ser considerado mero puffing, ou seja, técnica publicitária de lícita utilização de exagero, para enaltecer certa característica do produto. 3. Os danos morais coletivos são adstritos a hipóteses em que configurada grave ofensa à moralidade pública, sob pena de banalização do instituto, tornando-se somente mais um custo para as sociedades empresárias, a ser repassado aos consumidores . 4. Recurso especial provido, com a improcedência da ação civil pública em relação à recorrente.*

A alternativa B está incorreta. O “teaser” não constitui oferta válida, uma vez que não preenche o requisito previsto no CDC: Art. 30. *Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.* Inclusive, no Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária está definido que o “Teaser” é apenas uma campanha que busca criar expectativas sobre o lançamento futuro de determinado produto: Art. 9º *A atividade publicitária de que trata este Código será sempre ostensiva, com indicação clara da marca, da firma ou da entidade patrocinadora de qualquer anúncio ou campanha. Parágrafo Único - Ficam excetuadas do preceito acima as campanhas em fase de “teaser” (mensagens que visam criar expectativa ou curiosidade, sobretudo em torno de produtos a serem lançados).* Doutrina: Para Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques e Leonardo Roscoe Bessa (Manual de Direito do Consumidor. São Paulo: RT, 2014, p. 280) “o teaser nada mais é que uma parte da mensagem publicitária. E o que o CDC exige é que esta e não o seu fragmento seja identificável facilmente (caput do art. 36). Logo, o princípio da identificação vale também para o teaser, só que sua aplicação faz-se apenas após a apresentação de seu fragmento final”. De acordo com Leonardo de Medeiros Garcia (Código de Defesa do Consumidor Comentado_. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 292-292) “a utilização do teaser não encontra óbice no CDC. Consiste o teaser em criar uma expectativa ou curiosidade em relação aos produtos ou serviços que serão lançados (ex.: ‘Aí vem o filme mais esperado do ano, aguardem!’)”.

A alternativa C está incorreta. A contrapropaganda não decorre exclusivamente de ação civil pública. Esta pode decorrer de decisão administrativa. CDC. Não decorre de decisão em ação civil pública. Prevista no CDC. Art. 60. *A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos, sempre às expensas do infrator. § 1º A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, freqüência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.* Inclusive, o artigo 56, XII, do CDC, estabelece ser uma sanção administrativa. Art. 56. *As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas: [...] XII - imposição de contrapropaganda.*

A alternativa D está incorreta. É considerada abusiva a cláusula que permita a avaliação unilateral do preço. CDC. Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: [...] X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

A alternativa E está incorreta. São considerados conexos e não autônomos. CDC. Art. 54-F. São conexos, coligados ou interdependentes, entre outros, o contrato principal de fornecimento de produto ou serviço e os contratos acessórios de crédito que lhe garantam o financiamento quando o fornecedor de crédito: [...].

QUESTÃO 89. A lei que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa assegura aos apostadores todos os direitos dos consumidores previstos no Código de Defesa do Consumidor e, além disso, estabelece os direitos básicos dos apostadores e as políticas corporativas obrigatórias. Nesse sentido, assinale a alternativa que corresponde a uma política corporativa obrigatória.

a) A proteção dos dados pessoais, na forma da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

b) A prestação de informação e de orientação adequadas e claras quanto aos riscos de perda dos valores das apostas e aos transtornos de jogo patológico.

c) A prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, especialmente quanto ao cumprimento dos deveres previstos na Lei de Lavagem de Capitais e na Lei de Antiterrorismo.

d) A prestação de informação e de orientação adequadas e claras acerca das regras e das formas de utilização de recintos, equipamentos, sistemas e canais eletrônicos das apostas.

e) A prestação de informação e de orientação adequadas e claras sobre as condições e os requisitos para acerto de prognóstico lotérico e aferição do prêmio, vedada a utilização de escrita dúbia, abreviada ou genérica no curso de efetivação da aposta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre políticas corporativas obrigatórias nas apostas de quota fixa.

A alternativa A está incorreta. É direito básico e não política corporativa obrigatória. Art. 27, §1º, IV, da Lei 14.790 de 2023: *IV - a proteção dos dados pessoais conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).*

A alternativa B está incorreta. É direito básico e não política corporativa obrigatória. Art. 27, §1º, III, da Lei 14.790 de 2023: *III - a informação e a orientação adequadas e claras quanto aos riscos de perda dos valores das apostas e aos transtornos de jogo patológico; e*

A alternativa C está correta. É uma política corporativa obrigatória prevista no art. 8º, II, da Lei 14.790 de 2023: *Art. 8º Sem prejuízo de outros requisitos estabelecidos na regulamentação do Ministério da Fazenda, a expedição e a manutenção da autorização para exploração de apostas de quota fixa serão condicionadas à comprovação, pela pessoa jurídica interessada, da adoção e da implementação de políticas, de procedimentos e de controles internos de: [...] II - prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, especialmente quanto ao cumprimento dos deveres previstos nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;*

A alternativa D está incorreta. É direito básico e não política corporativa obrigatória. Art. 27, §1º, I, da Lei 14.790 de 2023: *I - a informação e a orientação adequadas e claras acerca das regras e das formas de utilização de recintos, equipamentos, sistemas e canais eletrônicos das apostas;*

A alternativa E está incorreta. É direito básico e não política corporativa obrigatória. Art. 27, §1º, II, da Lei 14.790 de 2023: *II - a informação e a orientação adequadas e claras sobre as condições e os requisitos para acerto de prognóstico lotérico e aferição do prêmio, vedada a utilização de escrita dúbia, abreviada ou genérica no curso de efetivação da aposta;*

QUESTÃO 90. Maria adquiriu um automóvel e firmou contrato de seguro compreensivo, com a Seguradora Efetiva, abrangendo todas as hipóteses de sinistro. O valor total do prêmio foi parcelado em 12 vezes, vencível cada parcela no dia 05 de cada mês. Maria deixou de efetuar o pagamento da 11ª parcela e, dez dias depois no vencimento, teve seu automóvel furtado. Após o fato, Maria efetuou o pagamento da parcela vencida, acrescida da multa contratual, e requereu a respectiva indenização. A Seguradora Efetiva negou a indenização, sob a justificativa de que a segurada estava inadimplente na data do sinistro e, ao mesmo tempo, notificou-a sobre o cancelamento do contrato. A respeito do caso narrado, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

Item I – A seguradora está obrigada à indenização, diante do adimplemento substancial do contrato.

Item II – Em qualquer situação de inadimplência, a seguradora fica desobrigada de indenizar o segurado.

Item III – O cancelamento do contrato por inadimplência exige a constituição do devedor em mora e, enquanto não efetivada a comunicação, a seguradora deve responder pela mesma indenização.

Item IV – Mesmo diante do descumprimento substancial do contrato, decorrente de longa inadimplência, persiste o dever de indenizar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre adimplemento substancial.

Item I – correto. A seguradora está obrigada a indenizar, diante do adimplemento substancial. Esta situação restou reconhecida no REsp 76.362/STJ: *EMENTA: SEGURO. Inadimplemento da segurada. Falta de pagamento da última prestação. Adimplemento substancial. Resolução. A companhia seguradora não pode dar por extinto o contrato de seguro, por falta de pagamento da última prestação do prêmio, por três razões: a) sempre recebeu as prestações com atraso, o que estava, aliás, previsto no contrato, sendo inadmissível que apenas rejeite a prestação quando ocorra o sinistro; b) a seguradora cumpriu substancialmente com a sua obrigação, não sendo a sua falta suficiente para extinguir o contrato; c) a resolução do contrato deve ser requerida em juízo, quando será possível avaliar a importância do inadimplemento, suficiente para a extinção do negócio. Recurso conhecido e provido.*

Item II – incorreto. Como visto, não será em qualquer situação de inadimplência, uma vez que, quando existir adimplemento substancial, a seguradora deverá indenizar o segurado (inteligência do REsp 76.362/STJ).

Item III – correto. De fato, o item trouxe o entendimento sumulado do STJ sobre o tema: S. 616 STJ. *A indenização securitária é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no*

pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro.

Item IV – incorreto. Nos casos de longa inadimplência, não há o dever de indenizar. O examinador tentou confundir o conceito de “adimplemento substancial” com “descumprimento substancial”. O primeiro permite a indenização quando não foi paga apenas a última parcela; o descumprimento substancial prevê uma inadimplência significativa por parte do segurado, o que permitiria a seguradora não indenizá-lo em caso de sinistro.

A alternativa D está incorreta. Apenas I e III.

QUESTÃO 91. Nos termos da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), assinale a alternativa correta.

a) À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável e, não estando a pessoa idosa em condições de proceder à opção, esta será feita pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, ouvido o Ministério Público.

b) É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de 10% (dez por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa.

c) Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil, sendo a obrigação alimentar solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores, e as transações relativas a tais alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

d) Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, por motivo de idade ou sob o argumento de superendividamento da pessoa idosa é crime passível de reclusão de 2 (dois) a 3 (anos), sem multa.

e) As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os seus direitos reconhecidos na lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; em razão de sua condição pessoal. Nessas hipóteses, o Poder Judiciário, de ofício, poderá determinar, dentre outras medidas, o abrigo temporário em entidade, comunicando o Ministério Público para providências penais contra os responsáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre o Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa A está incorreta, pois, caso a pessoa idosa não esteja em domínio de suas faculdades mentais, a opção será feita seguindo a seguinte sequência, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa: "Art. 17. À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável. Parágrafo único. Não estando a pessoa idosa em condições de proceder à opção, esta será feita: I – pelo curador, quando a pessoa idosa for interdita; II – pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil; III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar; IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público."

A alternativa B está incorreta, pois, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, são asseguradas 5% e não 10% das vagas, veja: "Art. 41. É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamento públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa."

A alternativa C está correta, por ser o teor dos Arts. 11-13 do Estatuto da Pessoa Idosa, veja: "Art. 11. Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil."; "Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores." e "Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil."

A alternativa D está incorreta, pois contraria a pena do art. 96 do Estatuto da Pessoa Idosa, veja: "Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa."

A alternativa E está incorreta, por ser um poder do Ministério Público ou do Judiciário, a requerimento daquele, nos termos da Lei supracitada, veja: "Art. 43. As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; III – em razão de sua condição pessoal." e "Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação; IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação; V – abrigo em entidade; VI – abrigo temporário."

QUESTÃO 92. Deixar de prestar assistência à pessoa idosa, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública constitui

a) Crime sujeito à detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa, sendo a pena aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte, admitida a forma culposa e o perdão judicial.

b) Crime sujeito à detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa, sendo a pena aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

c) Infração administrativa, se a vítima estiver sob os cuidados de entidades de atendimento que descumprirem determinações da lei, sujeitando o administrador ao afastamento compulsório pelo Ministério Público.

d) Crime sujeito à detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa, sendo a pena aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte, admitida a forma culposa, mas vedado perdão judicial.

e) Crime sujeito à reclusão de 2 (dois) anos a 5 (cinco) anos e multa, sendo a pena aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre a pena referente ao crime previsto pelo art. 97 do Estatuto da Pessoa Idosa.

A alternativa B está correta, pois é a pena determinada pelo art. 97 do supracitado Estatuto: "Deixar de prestar assistência à pessoa idosa, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa. Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte."

As demais alternativas - A, C, D e E - estão, por consequência, incorretas, por trazerem penas distintas.

QUESTÃO 93. Para fins de aplicação da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é correto afirmar que

a) Barreiras arquitetônicas são as existentes nos edifícios públicos e barreiras nos transportes são as existentes nos sistemas e nos meios de transportes públicos.

b) Barreiras nas comunicações e na informação são qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

c) Barreiras atitudinais são atitudes ou comportamentos que impeçam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

d) Barreiras tecnológicas são as que impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias de redes sociais públicas e de órgãos governamentais.

e) Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre alguns conceitos apresentados pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A alternativa A está incorreta, pois o Estatuto traz conceituações diversas, veja: "Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;"

A alternativa B está incorreta, pois o Estatuto traz conceituações diversas, veja: "Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao

acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;"

A alternativa C está incorreta, pois o Estatuto traz conceituações diversas, veja: "Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;"

A alternativa D está incorreta, pois o Estatuto traz conceituações diversas, veja: "Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;"

A alternativa E está correta, por ser a exata conceituação apresentada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, veja: "Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;"

QUESTÃO 94. Conforme a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis.

II. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva; agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente a questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários; criar mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de subsidiado e de parcerias institutos de pesquisa oficiais; eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva; facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais. E, para fazer cumprir o tal plano específico, os procedimentos constantes do plano de medidas deverão ser avaliados, pelo menos, a cada 3 (três) anos.

III. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência sujeita o agente à pena de reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. Se qualquer um desses crimes é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza, a pena de reclusão será de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa, e o juiz poderá determinar,

ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência, o recolhimento ou a busca e apreensão dos exemplares do material discriminatório e/ou a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet, sendo que, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido será efeito da condenação.

IV. Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres constitui crime, apenado com detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa. Na mesma pena incorre quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei.

a) I, II, III e IV.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II, III e IV.

d) Apenas I e IV.

e) Apenas II e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A afirmação I está correta, por ser o que determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência, veja: "Art. 66. Cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis."

A afirmação II está incorreta, pois o prazo apresentado no art. 75 para avaliar os procedimentos é de, pelo menos, a cada 2 anos, veja: "Art. 75. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de: (...) Parágrafo único. Para fazer cumprir o disposto neste artigo, os procedimentos constantes do plano específico de medidas deverão ser avaliados, pelo menos, a cada 2 (dois) anos."

A afirmação III está correta, por ser o que determina o art. 88 da supracitada Lei, veja: "Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência: Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. § 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agentes. § 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput deste artigo é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. § 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: I - recolhimento ou busca e apreensão dos exemplares do material discriminatório; II - interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet. § 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido."

A afirmação IV está incorreta, pois a pena para esta conduta, alterada pela Lei nº 15.163, de 2025, é a seguinte: "Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa."

Assim sendo, a alternativa a reunir somente os itens corretos, I e III é a letra B, estando as demais, A, C, D e E, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 95. Assinale a alternativa correta.

a) Para os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência, bastará a notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos aos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência, considerando-se violência contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico.

b) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é dispensável para a realização de tratamento, hospitalização e pesquisa científica, quando em situação de curatela.

c) Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência admite a forma culposa.

d) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo a finalidade de: proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público; recebimento de restituição de imposto de renda; tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências, extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal.

e) Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de: acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro; promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança; aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal; identificação e controle da gestante de alto risco; aprimoramento do atendimento neonatal, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos, inclusive por telessaúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A alternativa A está incorreta, por contrariar as determinações do Estatuto da Pessoa com Deficiência, veja: "Art. 26. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência."

A alternativa B está incorreta, pois o art. 12 do Estatuto da Pessoa com Deficiência determina sua imprescindibilidade, veja: "O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o tipo penal exige a forma dolosa, conforme leciona a professora Gisele Belo, do Estratégia Concursos: "O art. 102 do Estatuto do Idoso trata da apropriação ou desvio de bens. Portanto, do abuso financeiro. Desta forma, incorre no delito aquele que se apropria, desvia ou da aplicação diversa da de sua finalidade a: bens; proventos; pensão; ou outro rendimento do idoso. O autor do fato estará, desse modo, sujeito a pena de reclusão de 1 a 4 anos, além da pena de multa. Verifica-se no tipo penal que a pena é mais grave, uma vez que aqui a conduta do criminoso está voltada para o patrimônio do idoso e seu sustento. O intuito, por meio de ação ou da omissão do agente, é modificar a propriedade e a posse dos valores destinados ao idoso, fazendo com que a vítima não tenha condições de utilizar os recursos a que tem direito." (CANTO, Gisele Belo. PRINCIPAIS PONTOS DOS CRIMES DO ESTATUTO DO IDOSO (LEI Nº 10.741/2003) PARA O CONCURSO-PC-RJ. Disponível em:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/estatuto-idoso-concurso-pc-rj/>. Acesso em: 21/07/25).

A alternativa D está incorreta, pois, nos termos do artigo art. 9º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, há a ressalva da extensão aos casos dos incisos VI e VII do artigo, veja: "A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de: I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público; III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas; IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque; V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis; VI - recebimento de restituição de imposto de renda; VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências. § 1º Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo."

A alternativa E está correta, por ser o que determina o Estatuto da Pessoa com Deficiência, veja: "Art. 19. Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de: I - acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro; II - promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança; III - aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal; IV - identificação e controle da gestante de alto risco. V - aprimoramento do atendimento neonatal, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos, inclusive por tele-saúde."

QUESTÃO 96. São direitos referentes à educação previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, EXCETO

- a) Direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.**
- b) Direito de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.**
- c) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.**
- d) Direito de organização e participação em entidades estudantis.**
- e) Direito de garantia de vaga no mesmo estabelecimento a irmão(s), desde que frequente (m) a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de direitos referentes à educação, previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.

A alternativa A está incorreta, por ser um dos direitos à educação previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, veja: "Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;".

A alternativa B está correta, por ser a única a trazer uma exceção aos direitos à educação previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, veja: "Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação

para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica."

A alternativa C está incorreta, por ser um dos direitos à educação previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, veja: "Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;"

A alternativa D está incorreta, por ser um dos direitos à educação previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, veja: "Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;"

A alternativa E está incorreta, por ser um dos direitos à educação previstos no Estatuto da Criança e Adolescente, veja: "Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica."

QUESTÃO 97. A educação inclusiva, assegurada no art. 208, III, da Constituição Federal, foi também incorporada no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo art. 24 dispõe: "Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;

b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;

c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre."

Segundo a Convenção, os Estados Partes devem assegurar que

I. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional sob alegação de deficiência, facultando-se às crianças com deficiência o acesso ao ensino primário;

II. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

III. Sejam providenciadas as adaptações razoáveis de acordo com as necessidades majoritárias e gerais dos alunos;

IV. As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação.

Estão corretas:

a) Apenas II e III.

b) Apenas I e II.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas III e IV.

e) Apenas I e IV.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009).

A afirmação I está incorreta, pois contraria o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009), que estipula: "2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;".

A afirmação II está correta, por ser o que o artigo 24, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009), estipula: "2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: (...) b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;".

A afirmação III está incorreta, pois contraria o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009), que estipula: "2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: (...) c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;".

A afirmação IV está correta, por ser o que o artigo 24, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto 6.949/2009), estipula: "2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que: (...) d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;".

Assim sendo, a única alternativa a reunir somente as afirmações corretas, I e IV, é a alternativa C, estando as demais, A, B, D e E, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 98. O art. 212-A da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020, determina aos Estados, Distrito Federal e Municípios a destinação de parte dos recursos indicados no caput do art. 212 à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais. O inc. I do art. 212-A assegura à instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional relaciona as hipóteses que constituem despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. Nesse sentido, assinale a alternativa cuja despesa possa ser classificada como de manutenção e desenvolvimento do ensino.

a) Despesas com subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter educativo, assistencial, desportivo ou cultural.

b) Despesas com a formação de quadros especiais para Administração Pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos.

c) Despesas com programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.

d) Despesas com obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.

e) Despesas com o uso e a manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das despesas classificadas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos da LDB (Lei 9.394/1996).

A alternativa A está incorreta, pois o artigo art. 71 da LDB (Lei 9.394/1996) traz essa como uma das hipóteses que não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, veja: "Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: (...) II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;"

A alternativa B está incorreta, pois o artigo art. 71 da LDB (Lei 9.394/1996) traz essa como uma das hipóteses que não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, veja: "Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: (...) III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;"

A alternativa C está incorreta, pois o artigo art. 71 da LDB (Lei 9.394/1996) traz essa como uma das hipóteses que não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, veja: "Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: (...) IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;"

A alternativa D está incorreta, pois o artigo art. 71 da LDB (Lei 9.394/1996) traz essa como uma das hipóteses que não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, veja: "Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: (...) V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;"

A alternativa E está correta, pois o artigo art. 70 da LDB (Lei 9.394/1996) traz essa como uma das hipóteses que constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, veja: "Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: (...) III - uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;"

QUESTÃO 99. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial foi promulgada no âmbito interno pelo Decreto nº 65.810/1969. Por sua vez, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, foi originariamente promulgada pelo Decreto nº 89.460/1984, que apontou reservas, eliminadas pelo Decreto nº 4.377/2002, já que as reservas haviam sido retiradas pelo Brasil em 20 de dezembro de 1994. Ambas definem a "discriminação racial" e a "discriminação contra a mulher", e propõem a classificação da discriminação em direta ("disparate treatment") e

indireta ("disparate impact"). Nesse contexto, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. O assédio ("harassment") constitui conceito de discriminação direta.

II. A instrução para discriminar ("instruction to discriminate") integra o conceito de discriminação indireta.

III. A vitimização ("victimization"), também compreendida como atos de retaliação, compõe o conceito de discriminação direta.

IV. O impacto desigual ("uneven impact"), relacionado ao impacto desigual entre grupos, está inserido no contexto da discriminação direta.

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas III e IV.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

O item I está correto. O assédio é uma forma explícita de tratamento desigual baseado em características pessoais, portanto discriminação direta, nos termos do art. 1º, §1º da convenção.

O item II está incorreto. A instrução para discriminar é uma ação direta e consciente para praticar discriminação, logo está relacionada à discriminação direta.

O item III está correto. Retaliação contra alguém que denuncia discriminação é uma forma clara e direta de discriminação.

O item IV está incorreto. Impacto desigual entre grupos refere-se à discriminação indireta, pois não decorre de uma ação explícita, mas do efeito de políticas ou práticas aparentemente neutras que afetam desproporcionalmente determinados grupos.

QUESTÃO 100. A atuação do Ministério Público junto aos povos e comunidades tradicionais deve observar como diretriz fundamental

a) o respeito à autoidentificação de pessoa ou grupo como representante de povo ou comunidade tradicional.

b) a priorização do atendimento presencial e da recepção nas unidades, sendo que o atendimento remoto deverá ocorrer em circunstâncias excepcionais, devidamente motivadas, devendo ser oferecidas à pessoa atendida as condições necessárias para apresentar suas demandas.

c) o respeito à autoatribuição de identidade como povo e comunidade tradicional, cabendo ao órgão do Ministério Público atuar e zelar para que o Poder Público não exerça qualquer discriminação.

d) a garantia do direito à consulta prévia, livre e informada aos povos interessados nos casos específicos em que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, sob pena de ensejar a nulidade de processos e procedimentos.

e) a adoção dos meios necessários para facilitar o diálogo e permitir a compreensão da linguagem ou dos modos de vida dos grupos, valendo-se, quando necessário, de intérpretes, da antropologia e de outras áreas do conhecimento para a identificação de especificidades socioculturais dos grupos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a atuação do Ministério Público junto aos povos e comunidades tradicionais.

O art. 5º, §1º, da Resolução nº 230/2021, prevê de forma expressa que a consulta prévia é diretriz fundamental da atuação do Ministério Público junto aos povos e comunidades tradicionais, veja: “A diretriz fundamental de participação consiste na garantia do direito à consulta prévia, livre e informada aos povos interessados nos casos específicos em que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; (...)”. As demais alternativas apresentam diretrizes previstas no art. 6º da mesma resolução. De fato, a questão pedia a “diretriz fundamental”, o que difere das diretrizes previstas no art. 6º.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)